RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL – 2003

Brasília, dezembro de 2003

©UNESCO 2004 Edição publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil

Social and Human Sciences Sector
Division of Social Sciences Research and Policy
Policy and Cooperation in Social Sciences Section/UNESCO-Paris

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são, necessariamente, as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião, por parte da UNESCO, a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL – 2003

Julio Jacobo Waiselfisz (Coord.)

Roseane Xavier

Maria Maciel

Patrícia Dantas Barbosa

Edições UNESCO **BRASIL**

Conselho Editorial da UNESCO no Brasil

Jorge Werthein
Cecilia Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Desenvolvimento Social

Julio Jacobo Waiselfisz
Carlos Alberto Vieira
Marlova Jovchelovitch Noleto
Edna Roland

Revisão: Eduardo Perácio (DPE Studio) e Reinaldo Lima
Assistente Editorial: Rachel Gontijo de Araújo
Diagraação: Eduardo Perácio (DPE Studio)
Projeto Gráfico: Edson Fogaça

© UNESCO, 2004

Waiselfisz, Julio Jacobo
Relatório de desenvolvimento juvenil 2003 / Julio Jacobo Waiselfisz. – Brasília : UNESCO, 2004.
200p.

ISBN: 85-87853-92-9

1. Jovens – Desenvolvimento Socioeconômico 3. Jovens – Desenvolvimento Educacional 4. Jovens – Saúde 5. Jovens – Desenvolvimento Cultural 6. Situação Socioeconômica – Juventude I.UNESCO II. Título

CDD 305.235

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 07
ABSTRACT..... 11
INTRODUÇÃO..... 13
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE JUVENTUDE E DESIGUALDADES..... 15
2. NOTAS TÉCNICAS E METODOLÓGICAS..... 29
3. EDUCAÇÃO..... 37
3.1. A situação do analfabetismo entre os jovens..... 37
3.2. Escolarização: freqüência à escola..... 57
3.3. Anos de estudo..... 73
3.4. Qualidade do ensino..... 82
4. RENDA E ATIVIDADES..... 87
4.1. Renda..... 87
4.2. Atividades..... 97
4.2.1. Situação rural / urbana..... 114
4.2.2. Diferenças por gênero..... 123
4.2.3. Variações por cor..... 136
4.3. Educação, trabalho e renda..... 144
5. SAÚDE..... 149
5.1. Mortalidade por causas violentas..... 152
5.2. Mortalidade por causas internas..... 159
5.3. Maternidade 11 a 19 anos..... 167
6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL..... 173
6.1. O IDJ..... 173
6.2. Comparação entre IDJ e IDH..... 179
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 185
LISTA DE TABELAS..... 193
LISTA DE GRÁFICOS..... 195
LISTA DE SIGLAS..... 197
NOTAS SOBRE OS AUTORES..... 199

APRESENTAÇÃO

Desde 1997, a UNESCO no Brasil vem realizando estudos e pesquisas sobre a temática da juventude, enfocando diferentes áreas e dimensões que envolvem os jovens brasileiros na atualidade - educação, cultura, violência, saúde, emprego, pobreza, cidadania, identidade.

Passados esses anos, é bem mais amplo o reconhecimento, entre os pesquisadores e autoridades governamentais, de que os jovens constituem hoje uma parcela da população particularmente vulnerável aos problemas sociais e econômicos do país. As questões referentes à juventude mostram-se mais presentes na pauta dos planejadores e, ainda que de forma esparsa, nos desenhos das políticas sociais.

Por outro lado, ao contrário do que se poderia desejar, os números levantados em diversos estudos temáticos não têm demonstrado um quadro muito diferente daquele que levou a UNESCO a iniciar a linha de pesquisa em torno da juventude. E apesar da crescente preocupação com o assunto entre pesquisadores de entidades governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, as avaliações da situação dos jovens no país têm-se dado até o momento de forma fragmentada - temporal, espacialmente e por área temática.

A publicação do *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*, da UNESCO, portanto, vem ao encontro de uma importante demanda de pesquisadores, planejadores, executores e outros públicos. O Relatório fornece um amplo panorama da juventude no Brasil, permitindo uma avaliação do quadro atual por meio da visão conjunta de áreas sociais estratégicas e representativas da qualidade de vida dos jovens, nas diversas unidades federativas do país.

O Relatório tem o mérito de aliar amplitude e síntese, oferecendo, a um só tempo, o mapeamento da situação dos jovens nas áreas de educação, renda e saúde, e um índice sintético elaborado a partir dessas dimensões – o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ).

A criação do IDJ é sem dúvida uma contribuição ímpar para a focalização do planejamento e da execução de políticas sociais para a juventude. Seu maior mérito, no entanto, está no fato de que sua adoção e réplica nos próximos anos poderão possibilitar o acompanhamento sistemático e evolutivo da situação dos nossos jovens, explicitando os avanços, os aspectos mais críticos e os locais onde esse segmento se encontra mais exposto a situações de vulnerabilidade e exclusão social, subsidiando a avaliação de políticas sociais e a tomada de decisões.

O Relatório é enfático ao chamar a atenção para a continuidade e reprodução, sobre os nossos jovens, de velhos padrões de desigualdade já amplamente discutidos no Brasil. A concentração de renda persiste e é claramente influenciada pela cor, pelo sexo e por fatores regionais. Estreitamente ligada a esses aspectos, está a desigualdade na distribuição de renda indireta (acesso a serviços essenciais, como educação e saúde).

No diferenciado acesso à educação (em termos quantitativos e qualitativos) é que fica mais claro o círculo perverso da desigualdade: ainda é grande a parcela de jovens de baixa renda que, por começarem a trabalhar mais cedo, deixam a escola entre os 15 e 17 anos (ou antes), muitas vezes sem chegar ao ensino médio. Segmentos com menores níveis de escolarização, por sua vez, têm menos chances de ingressar no estreito mercado de trabalho. A "seleção" para o mercado de trabalho pareceria simplesmente "meritocrática", se não estivéssemos falando de jovens – um segmento ainda em formação –, e se a continuidade da vida escolar e a qualidade do ensino não sofressem os impactos de uma estrutura de oportunidades desigualmente distribuída e discriminatória.

No que diz respeito à saúde, o Relatório não somente reitera a preocupante exposição dos jovens às mortes por causas violentas. Ele também indica a fragilidade ou ausência de políticas de saúde específicas para a juventude, tanto do sexo masculino quanto do feminino, o que pode ser observado no número de mortes por causas internas.

Afora os custos para o Estado que poderiam ser evitados com profilaxia, os atuais números da mortalidade juvenil explicitam, além de inestimáveis perdas humanas, uma imensa perda da potencial população economicamente ativa do país.

Esses resultados, evidentemente, diferem nas regiões e unidades federativas, mostrando-se mais positivos ou mais críticos em determinadas áreas. Contudo, o *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003* mostra-nos que os indicadores analisados são preocupantes no país como um todo. Ou seja, a despeito de vastas discussões e planos relacionados ao tema, o Brasil ainda carece de uma política efetiva para a juventude.

A expectativa é a de que essa publicação contribua para o delineamento de ações concretas que se convertam em resultados e mudanças das condições dos jovens, no sentido de tornar possível um Brasil mais equilibrado e justo nas próximas gerações.

Jorge Werthein

Representante da UNESCO no Brasil

ABSTRACT

This study focuses on the situation of youths in Brazil. Its main goal is to serve as the Youth Development Index, a synthetic indicator of living conditions in the various federative units in the country. The establishment of the Youth Development Index was based on criteria used by the United Nations Development Program in the selection of Human Development Index indicators. These indicators were adapted so as to address issues that pertain specifically to youths aged 15 to 24. The following areas were selected to determine the Index: *education*, based on illiteracy rates, the number of youths attending high school and higher education institutions and the quality of the education offered to youths; *health*, based on mortality rates considering internal causes and violence-related deaths; and *income*, indicated by the *per capita* income of youths in the federative units. The study used data from the 2001 National Household Survey, carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, from the Ministry of Health's 2000 Information System on Mortality (SIM/DATASUS) and from SAEB (National System for the Evaluation of Basic Education) reports. The objective was to obtain a synthesized view of the locations, aspects and degrees of development of Brazilian youth and to contribute to greater precision in guiding, planning and establishing social policies for youths in Brazil. In addition to the Youth Development Index, specific chapters were dedicated to each of these dimensions. They verify the influence of several aspects such as race, gender and location – rural or urban – and provide a comprehensive view of the progress and limitations of our youth.

INTRODUÇÃO

As situações de exclusão, aliadas às desfavoráveis condições socioeconômicas, representam cenários significativamente comprometedores para o processo de integração social dos jovens. Na América Latina, apesar de avanços em diversos indicadores sociais, tais como os apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) divulgado anualmente, a juventude ainda está sujeita a sérias limitações, relacionadas a direitos básicos como o de acesso ao conhecimento disponível e adequado às modernas necessidades sociais, ou ao direito de uma vida longa e saudável, muitos dos quais percebidos nos déficits educacionais, nas formas de inserção no mercado de trabalho e nos padrões de mortalidade.

Por outro lado, a despeito da atenção que o tema da juventude vem assumindo nas discussões acerca dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico e social, tanto em países em desenvolvimento da América Latina e Caribe quanto em países desenvolvidos como os Estados Unidos, pouco se dispõe de medidas específicas para mensuração dos graus de exclusão e de vulnerabilidade da juventude, tanto nos países como entre países. No Brasil, dispomos do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), criado pela Fundação SEADE, em São Paulo, em 2002, e ampliado para a realidade nacional no Atlas da Exclusão Social elaborado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (Unicamp)[1]. O IVJ, no entanto, mede especificamente a vulnera-

1 PORCHMAN, Marcio e AMORIN, Ricardo (Orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

bilidade da juventude ao crime (o que constitui um importante indicador), mas não se propõe a ser um índice extenso de desenvolvimento da juventude.

Baseada nesta observação e nas diversas pesquisas que vem desenvolvendo sobre a juventude no Brasil, a UNESCO realizou o presente estudo, focalizando a situação social e econômica das juventudes no Brasil e visando à constituição de um indicador sintético do nível de desenvolvimento dos jovens em várias dimensões, ao qual denominou Índice de Desenvolvimento da Juventude (IDJ). O estudo utilizou as bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2001, do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS) de 2000 e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2001. A constituição do IDJ utilizou os critérios que norteiam a escolha dos indicadores utilizados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD.

Nas páginas que seguem, o leitor encontrará, no primeiro capítulo, algumas considerações acerca de juventude e desigualdades. No segundo, a exposição dos aspectos técnicos e metodológicos do estudo. No terceiro, quarto e quinto capítulos, é feita uma análise da juventude no Brasil, respectivamente, nas áreas de educação, renda e saúde – a partir de dados fornecidos pela PNAD, pelo SIM e pelo SAEB, tendo as cinco grandes regiões brasileiras e as unidades federativas como os referenciais comparativos. No sexto capítulo, apresenta-se o Índice de Desenvolvimento Juvenil por unidades federativas. Por fim, as considerações finais, à luz do discutido nos capítulos anteriores.

Com isso, espera-se obter uma demonstração sintética dos locais, aspectos e graus de inclusão/exclusão da juventude brasileira, contribuindo para melhor focalização do planejamento e da execução de políticas sociais para os jovens do Brasil.

I. CONSIDERAÇÕES SOBRE JUVENTUDE E DESIGUALDADES

A literatura sobre a temática da juventude está eivada de conceitos, cujas abordagens ora são convergentes, ora são divergentes, dependendo do enfoque adotado ou da área de conhecimento em que os estudos se desenvolvem. Sem dúvida, o termo juventude é de conceituação complexa e qualquer tentativa nesse sentido não pode desprezar pelo menos duas perspectivas de análise: uma biopsicológica e outra sociológica.

É inegável que, em abordagens feitas sobre a temática aludida, as perspectivas citadas estão intimamente imbricadas. Bastar olhar o verbete cultura da juventude, no *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, e lá encontraremos que compreender a cultura da juventude envolve considerações tanto sócio-históricas quanto psicológicas, estas últimas baseadas em teorias como psicodinâmica, desenvolvimentista, cognitiva, da personalidade, behaviorista...[2] – enfim, teorias que abrangem, de certa forma, o problema da transformação biopsicológica.

É ainda no Dicionário citado, desta feita em outro verbete – movimento da juventude –, que se afirma que as explicações para os movimentos da juventude têm vindo de diferentes disciplinas, onde se dá destaque à psicologia social e à sociologia. No caso da primeira disciplina, as explicações *(...) concentram-se nas características*

[2] BRAUNGART, Richard G.; BRAUNGART, Margaret M. Cultura da juventude. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 167-168.

de desenvolvimento de jovens que promovem conflitos com base em faixa etária (...) nas histórias familiares específicas e nos traços de personalidade de jovens ativistas políticos (...)[3]. Nas explicações sociológicas, enfatizam-se, dentre outras, a importância da socialização política (família, escola, meios de comunicação...), a rápida transformação de uma sociedade e as condições e estruturas de oportunidades que favorecem a formação de movimentos da juventude.[4]

O percurso por essas perspectivas traz à baila um questionamento que pode ser resumido com uma breve interrogação, inserida – de forma implícita ou explícita – no debate sobre a temática da juventude: é ela, a juventude, a mesma coisa que adolescência?

Os termos juventude e adolescência podem ser tratados como sinônimos em dicionários de língua portuguesa[5] ou, indistintamente, em um ou outro estudo sobre a juventude brasileira, ao se analisar o quadro demográfico da população jovem.[6] Mas, em pesquisas desenvolvidas pela UNESCO, *há distinção entre juventude e adolescência no que se refere aos aspectos social, cultural e emocional. O termo juventude tem um sentido dinâmico e coletivo, e nos remete a um segmento populacional que faz parte de uma determinada sociedade, ao passo que a adolescência nos conduz a um aspecto mais relacionado ao plano individual e demarcado cronologicamente*.[7] Comumente, estudos realizados pela UNESCO não hesitam em acatar o já definido em documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS): a adolescência estaria atrelada a um processo biológico que inclui uma série de mudanças de ordem fisiológica enquanto juventude estaria vinculada a uma categoria essencialmente sociológica, *(...) indicaria o processo de prepara-*

---

[3] BRAUNGART, Richard G.; BRAUNGART, Margaret M. Movimento da juventude. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 448.

[4] *Idem*, p. 448.

[5] Ver, por exemplo, o verbete juventude em: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1697.

[6] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Políticas de juventud en América Latina. Evaluación y deseño. Disponível em: http://echo.ilo.org/public/spanish/region/ampro/centefor/ temas/youth/doc. Acesso em: 16/06/2003.

[7] WAISELFISZ, J. Jacobo. Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. Brasília: UNESCO; Cortez, 1998, p. 153.

ção para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos.[8]

Por certo se sabe que não há definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude. Do ponto de vista sociológico, a juventude tem sido considerada não apenas como uma categoria etária, mas também como um processo. E, assim sendo, *para se entenderem os processos sociais em que os jovens se envolvem, é necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos (...). A história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores (...)*[9]. No campo, por exemplo, a CEPAL chegou a considerar que a juventude pode chegar até aos 29 anos.[10] Pesquisa feita no âmbito de organizações internacionais como OPAS e OMS aponta que, no Chile, essa idade máxima vai até os 30 anos.[11] Alguns países, como o Japão, chegam ao aparente paroxismo de classificar como jovens os indivíduos com idade até cerca de 35 anos.[12]

Dada essa diversidade do conceito de juventude e os vieses históricos e culturais que o perpassam, nenhum corte etário seria, por si só, perfeito ou impassível de ressalvas. Mesmo assim, serve como denominador comum disponível para a coleta de dados e comparações entre determinadas micro e macrorregiões acerca da juventude.

Um outro importante aspecto que envolve o conceito de juventude está relacionado à questão da identidade coletiva. Trata-se, nesse caso, do debate entre os que a concebem como "quase grupo", dotado de uma identidade latente, de uma "categoria", ou seja, um simples contingente populacional com características comuns.

---

[8] WAISELFISZ, J. Jacobo. Mapa da Violência III. Brasília: UNESCO; Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002, p. 18.

[9] MINAYO, Maria Cecília de Souza et alii. Fala galera: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p. 12.

[10] ABRAMOVAY, Ricardo et alii. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998, p. 37.

[11] RODRÍGUEZ, Garcia et alii. El ambiente legislativo y de políticas relacionado com la salud del adolescente en América Latina y el Caribe. Washington, OPAS/OMS/Fundación W.K. Kellogg, jun. 1999. In: http://www.adolec.org/pdf/legislative/pdf.

[12] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde do Adolescente e do Jovem. Políticas de juventude: evolução histórica e definição. Brasília, DF, Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento, v. 1, ago. 1999. Disponível em: http://www.bireme.br/bvs/adlec. Acesso em 16/06/2003.

Esse aspecto remete aos movimentos de juventude, que tomaram evidência ainda no século XIX. De acordo com Parsons, as transformações geradas pela modernização, a ascensão da classe média, a urbanização e a ampliação da educação pública promoveram segregações baseadas na idade ou nas gerações, suscitando o aparecimento de culturas da juventude. Culturas da juventude vir-se-iam formando ao longo da história moderna, às vezes juntas, às vezes separadas dos movimentos políticos de juventude.[13] Mas a discussão sobre a existência ou não desse quase grupo – sua identidade, a construção social dessa possível identidade e as contradições sociais que envolvem essa construção – foi travada notadamente nos anos 60, ora através do resgate das idéias do filósofo espanhol Ortega y Gasset[14] ora por meio da sociologia da juventude de Karl Mannheim.[15] No Brasil, esse trabalho foi desenvolvido principalmente por Maria Alice Foracchi.[16]

Desde então, amplas revisões em torno dos conceitos de juventude e de identidade na sociologia têm sido desenvolvidas. Diante da globalização e da pós-modernidade, o atual momento é caracterizado pela ênfase no pluralismo.[17] Nesse contexto, as tentativas de identificação de uma cultura ou de uma identidade da juventude mudam seu foco para a investigação de culturas e identidades juvenis.[18]

Diferentes na idade, vivendo, ou não, a mesma história, cultura ou tradição, a verdade é que não há um único tipo de jovem. Há jovens, no plural, que, independentemente da condição socioeconômica, lutam para – de alguma forma – não ser excluídos do processo de integração social. Querem ser incluídos, reconhecidos, sejam eles das

---

[13] PARSONS, T. Social Structure and personality. Nova York: Free Press, 1964. *Apud* BRAUNGART, Richard G.; BRAUNGART, Margaret M. Cultura da juventude. *In*: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 167.

[14] ORTEGA Y GASSET, José. Em torno de Galileu: esquema das crises. Petrópolis: Vozes, 1989.

[15] MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (org.). Sociologia da juventude. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1968. MANNHEIM, Karl O problema sociológico das gerações. *In*: FORACCHI, Maria Alice (org.). Mannheim. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

[16] FORACCHI, Maria Alice. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.

[17] HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

[18] CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento, Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: DP&A, n. 1, maio 2000.

periferias urbanas ou pertencentes a camadas sociais economicamente mais favorecidas – como se pode apreender a partir do box que segue.

NÃO HÁ UM TIPO ÚNICO DE JOVEM[19]

O balanço da bibliografia sobre juventude demonstra que predominam as análises que enfocam o lado problema dos jovens, suas atitudes "desviantes", manifestas em rebeldias, revoltas e delinqüências. Observa-se também uma certa polarização nos estudos com concentração em jovens que se encontram excluídos do processo de integração social.

Outros tendem a generalizar, para toda a sociedade, uma cultura juvenil que está assentada em valores e comportamentos mais típicos de jovens de classes médias. A inclusão e a exclusão diferem nas formas de abordagem.

(...) considera-se que existe uma cultura juvenil que apresenta maior visibilidade nas últimas décadas, a partir das transformações ocorridas na sociedade. Essa cultura não é, entretanto, homogênea, variando de acordo com a situação de classe, e mesmo dentro desta não se pode estabelecer a priori que todos os jovens tenham o mesmo tipo de comportamento.

Considera-se que a cultura juvenil apresenta ambivalências: de um lado aceita os princípios da sociedade de consumo e seus valores; ao mesmo tempo, tende a ser contra. As manifestações contrárias não assumem as características de protestos políticos organizados, mas se manifestam de outras formas.

Não há um tipo único de jovem. Os jovens de periferia apresentam descontentamento por sua exclusão social agravada, circunstancialmente de forma violenta, buscam reconhecimento e valorização como cidadãos. A literatura já aprofunda estudos e divulga material significativo.

Com relação aos jovens de classe média, nota-se a existência de poucos estudos a respeito. Explica-se essa ausência pelo estereótipo consolidado violência/miséria. As classes populares já seriam "perigosas" e as classes médias estariam iniciando um processo de crise. Alguns estudos tendem a demonstrar que os jovens de classe média experimentam exclusão existencial e processos identitários. Buscam afirmar-se por meio da contestação de valores tradicionais recebidos nos vários níveis da sociedade, o que pode vir a gerar violência.

Julio Jacobo Waiselfisz
Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco

[19] WAISELFISZ, 1998, *op. cit.* pp. 158-159.

Pretende-se, neste trabalho, analisar as desigualdades entre os jovens. Não qualquer tipo ou forma de desigualdade, mas aquelas que, de acordo com as evidências e os dados disponíveis, originam condições e possibilidades diferenciadas de acesso aos benefícios que a sociedade oferece.

Diferenças sociais sempre existiram na história da humanidade, inclusive nas sociedades tidas como primitivas ou "igualitárias". Aspectos biológicos como sexo, idade, força, tamanho etc. constituiriam, originalmente, fatores de diferenciação individual, determinantes dos diversos papéis, atividades ou tarefas que os indivíduos poderiam assumir na organização da sociedade: quem comandaria o grupo, quem cuidaria das crianças, quem sairia para caçar.

Mas as diferenças individuais só vieram a se transformar em desigualdades sociais quando foram associadas a mecanismos e privilégios no acesso aos recursos, serviços, benefícios ou honrarias que a sociedade oferece a seus membros. Noutras palavras, quando alguns papéis ou posições possibilitaram a quem as exerce se apropriar de uma parcela maior de recursos ou benefícios sociais em relação aos demais indivíduos.

A explicação dessas desigualdades foi um dos temas centrais na emergência das ciências sociais contemporâneas. Alguns dos seus fundadores, como Durkheim, Weber e Marx, ao formularem teorias sobre o desenvolvimento das sociedades, debruçaram-se sobre os diferentes agrupamentos sociais, os conflitos e suas manifestações políticas, com visões que, de uma forma ou de outra, perduram até os dias atuais.

Marx, ainda no século XIX, considera que os indivíduos se diferenciam pela posição que ocupam no processo produtivo, dividindo a sociedade entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, tendo estes últimos para vender apenas sua força de trabalho. Isso origina a existência de duas classes fundamentais na sociedade, com objetivos e interesses contraditórios. Assim, cada período histórico da humanidade estaria definido pelos conflitos entre duas classes fundamentais: senhores e servos, burgueses e proletários... Os grupos restantes ou classes sociais intermediárias teriam interesses conjunturais, apoiando ora uma ora outra classe fundamental.

Diferentemente de Marx, que toma como ponto de partida a estrutura econômico-social como um todo, Weber parte dos indivíduos e da distribuição desigual de poder na sociedade. Para Weber, além das classes sociais definidas pela ordem econômica, existiriam também o prestígio social (estamentos) e o poder político (partidos) como fontes de distribuição diferenciada de possibilidade de acesso ao mercado, definindo as estruturas de poder dentro de cada sociedade concreta.

Já para Durkheim,[20] as fontes das desigualdades sociais deveriam ser encontradas nas estruturas ocupacionais, que geram associações e corporações que medeiam as relações entre o Estado e os indivíduos, determinando interesses, oportunidades e valores comuns.

Com diferentes nuanças acadêmicas e políticas até os dias de hoje, as três correntes explicativas perduram no desenvolvimento de novos marcos interpretativos ou propostas explicativas sobre as desigualdades existentes na sociedade.

Na América Latina e especificamente no Brasil, nas quatro últimas décadas, o debate sobre as desigualdades sociais, econômicas e demográficas que afetam a população em geral e sua juventude passou por diferentes enfoques, motivados tanto pela conjuntura econômica, social e política quanto pela concepção predominante entre os pesquisadores da questão social.

Nos anos 60 e 70 as discussões giram mais em torno dos problemas urbanos e dos numerosos processos migratórios existentes. O conceito central é o de marginalidade e, associado a ele, os da mendicância e da delinqüência[21]. Entre as principais visões emergentes nesse contexto, está a explicação da marginalidade (urbana) como resultado do êxodo rural, que provoca a formação de favelas e o inchaço das grandes metrópoles.[22] A marginalidade rural que motiva o êxodo, nessa perspectiva, fica como uma lacuna.

---

[20] DURKHEIM, E. The Division of Labor in Society, New York: Free Press, 1973.

[21] VÉRAS, Maura Pardini. Exclusão Social, um problema de 500 anos: notas preliminares. In SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

[22] Encontra-se nesse período a gênese da associação entre marginalidade (pobreza) e delinqüência (criminalidade), que tem repercussões significativas nos estudos sobre violência e juventude na década posterior.

Contrapondo-se a essa visão, no início dos anos 70, toma força a tese de que a pobreza e o próprio êxodo rural têm suas raízes nas contradições do modo de produção capitalista. As pessoas não estão "à margem". Pelo contrário, integram a cadeia produtiva, constituindo um *exército industrial de reserva* para serem incorporados rapidamente como força de trabalho nos momentos de expansão do ciclo econômico. Nessa perspectiva, é feita também a crítica ao modelo de (sub)desenvolvimento da economia dependente da América Latina, a cuja estrutura a pobreza e a marginalidade estão atreladas.

Nos anos 80, com o aumento da pobreza e da recessão e com a transição democrática, a temática social amplia-se para englobar, além das já abordadas, questões civis e políticas: *(...) chama-se a atenção para a questão da democracia, da segregação urbana (efeitos perversos da legislação urbanística), a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais, as lutas sociais.*[23] O conceito de marginalidade cede espaço para o de cidadania e para as necessidades de sua reconstrução.

Nos anos 90, como alternativa teórica para nomear os "não-cidadãos" (aqueles que se encontram sem acesso à "cidadania", em suas diversas dimensões – civil, política, econômica, cultural etc.), assume destaque o conceito de *exclusão social*. Esse conceito emerge, pode-se dizer, sob a demanda de identificar as novas assimetrias sociais geradas pelas transformações tecnológicas no mundo do trabalho e pela globalização da economia.

O desemprego estrutural atinge o mundo globalmente e produz uma série de novas contradições e situações. De um lado, reduzindo em termos relativos e, em muitos casos, em termos absolutos, o operariado industrial e fabril. De outro, incrementando diversas formas de precarização das relações laborais e dos mecanismos de proteção e seguridade social. Aumenta o subemprego e o assalariamento do setor de serviços e o trabalho feminino em condições diferenciais, mas são excluídos os mais jovens e os mais velhos.[24] Os postos de trabalho

---

[23] VÉRAS *in* SAWAIA, 2001, *op. cit.*, p. 31.

[24] ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a centralidade e as metamorfoses do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 1998, p. 42.

formal tornam-se insuficientes para a massa de trabalhadores, que se tornam "desfiliados" do sistema, para usar a expressão de Robert Castel.[25] O autor, crítico do conceito de exclusão, atenta para o fato de que na lógica do modo de produção capitalista a existência de "excluídos" – termo que pressupõe a possibilidade de inclusão – perdeu sua funcionalidade, uma vez que já não existe a necessidade do exército industrial de reserva.

Desse modo, à velha exclusão soma-se uma nova exclusão (novos pobres): a da classe média que, mesmo com qualificação profissional, perde lugar no mundo do trabalho. Isso, num contexto em que o emprego formalizado, que sempre foi o principal meio de acesso aos benefícios sociais proporcionados pelo Estado, como é o caso do Brasil, entra em crise devido a fatores como o desemprego, a informalidade, o subemprego e a exclusão, esta última relacionada inclusive à seguridade social.[26]

Mas o conceito de exclusão social mostrou-se excessivamente dicotômico, na medida em que não possibilitou englobar os segmentos que, embora historicamente protegidos e mesmo no presente não possam ser considerados excluídos (no âmbito produtivo ou em outras esferas sociais), mostram-se extremamente fragilizados no contexto social. Diante desse quadro, um outro conceito começa a ser utilizado como alternativa ao de exclusão: o de *vulnerabilidade social*.[27]

No sentido corrente, o termo vulnerabilidade remete a risco, fragilidade ou possibilidade de dano. De um modo geral, a abordagem analítica da vulnerabilidade diferencia-se desse sentido comum pela ênfase no seu contraponto: as potencialidades ou a capacidade de resposta dos sujeitos frente às situações adversas.

---

[25] CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

[26] ROBERTS, Bryan R. A dimensão social da cidadania. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 33, ano 12, fev. 1997, p. 14.

[27] VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales. Santiago do Chile: Proyeto Regional de Población CELADE-FNUAP (Fondo de las Naciones Unidas) / Centro Latinoamericano y Cabeño de Demografía (CELADE) - División de Población, sep 2000, p. 14.

Se as abordagens nesse campo são variadas, as propostas conceituais de Moser, Kaztman e Filgueira[28] aparentam ser as de maior abrangência. Para esses autores, o termo *vulnerabilidade* está associado:

> • *à carência de ativos sociais e à capacidade dos sujeitos para mobilizá-los. São chamados de ativos os recursos necessários para* qualquer família *enfrentar os choques ou se adaptar às mudanças externas: trabalho, capital humano (educação), moradia, relações domésticas, capital social (normas e redes sociais que facilitam a ação coletiva);*
>
> • *aos desajustes entre os ativos disponíveis e a estrutura de oportunidades. Nesse caso, relaciona-se à capacidade dos atores sociais de melhorarem sua situação (estratégias de integração social e mobilidade social vertical) e controlar as forças que comprometem seu bem-estar ou seu futuro, através de recursos das pessoas, recursos de direitos, recursos em relações sociais. Nesse ínterim, as condições de vulnerabilidade remetem tanto à disponibilidade de ativos quanto às possibilidades de acesso oferecidas pelo* Estado, *pelo mercado e pela* comunidade.

Abramovay e outros autores nos proporcionam uma excelente síntese do escopo conceitual da vulnerabilidade, entendida como (...) *o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.*[29] Por esse ângulo, os dados sobre educação, saúde e trabalho, podem ser entendidos como insumos básicos para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos, podem indicar a existência de debilidades (e os graus dessas debilidades) no acesso dos jovens a esses bens e serviços, explicar sua

---

[28] FILGUEIRA, C. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. Documento presentado en el seminário internacional Las Diferentes Expresiones de la Vulnerabilidad Social em América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 20 y 21 de junio, 2001. KAZTMAN, Rubén. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. 5º Taller Regional. La Medición de la Pobreza: métodos y aplicaciones (continuación). Santiago de Chile, Banco Interamericano de Desarrollo (BID)/ Banco Mundial/ Comisión Econômica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/ Instituto Brasileiro de Defensa del Consumidor (IDEC)/ Aguascalientes, 6 de junio, 2000. LC/R.2026. MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reductions strategies. Gran Bretaña. World development, v. 26. n. 1, Elsevier Science, 1998.

[29] ABRAMOVAY, Miriam et alii. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002, p. 13.

dificuldade em acessar as estruturas de oportunidades e indicar os focos de reprodução de situações de vulnerabilidade social.

Na tentativa de sistematizar os diversos fatores e situações que determinam ou influenciam a existência de desigualdades na sociedade, foram propostos diversos modelos de produção e reprodução das diferenças. Para nossos fins, resultou útil um esquema de análise explicativo da distribuição desigual da renda entre os indivíduos, proposto por Ferreira,[30] adequando-o devidamente para o contexto mais amplo dos benefícios sociais em sua integralidade. Seriam, por esse modelo, quatro grupos de fatores os que permitiram explicar as diferenças de acesso a tais benefícios:

1. Características adscritas. Distinções entre os indivíduos ou grupos quanto a suas características hereditárias, tanto biológicas (sexo, cor/raça etc.) quanto socioeconômicas (nível econômico familiar), podem atuar como fatores de diferenciação nas possibilidades de acesso aos benefícios sociais.
2. Características adquiridas. Nesse caso, a diferenciação encontra-se relacionada ao histórico de vida e de atuação dos sujeitos. Esse campo abrange diferenças entre indivíduos ou grupos com relação a fatores adquiridos ao longo do tempo, como educação, renda, experiência política, participação em redes sociais etc.
3. O terceiro grupo de fatores se relaciona com os mecanismos mediante os quais a sociedade transforma características individuais em diferentes condições de acesso aos benefícios econômicos, políticos e/ou sociais. Essa diferenciação pode acontecer por:
   3a. *discriminação*: quando indivíduos ou grupos com características adquiridas semelhantes têm acesso desigual aos benefícios sociais devido a diferentes características adscritas (sexo, cor etc.);
   3b. *segmentação*: quando ocorre a desigualdade de acesso a benefícios sociais entre pessoas ou grupos com idênticas características, com base em âmbitos sociais ou geográficos de atuação. Nesse caso, diferenças regionais, de setor ocupacional, de local de moradia etc. podem fazer com que indivíduos com características idênticas tenham desiguais possibilidades de participação nos benefícios sociais.

[30] FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (org). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

3c. *retribuição*: quando há diferenças no retorno social com base em alguma das características adquiridas – nível educacional, originando maiores salários ou condições de usufruir outros benefícios; experiência política, facilitando o acesso a determinados benefícios etc.

4. Disponibilidade de benefícios sociais. É o que poderíamos denominar de mercado de benefícios ou de oportunidades, isto é, o volume e a disponibilidade dos diversos benefícios aos quais o cidadão pode ter acesso.

Ao longo do presente estudo, utilizaremos os diferentes conceitos até aqui arrolados – diferenças, desigualdades, marginalidade, cidadania, exclusão, vulnerabilidade – tentando, de alguma forma, seu enquadramento no marco conceitual de origem. Nem sempre isso será possível, seja pela complexidade e diversidade de situações que a realidade nos apresenta, seja pela convergência ou sobreposições que tais conceitos possuem.

Partindo desses conceitos para a formulação do nosso campo de estudo, assim como não se desconhece que os variados processos de exclusão e vulnerabilidade têm uma gênese basicamente econômica, não se deve esperar que a inserção dos excluídos ou a minimização dos graus de vulnerabilidade possam se dar apenas pela via econômica. *Ocorre que analisar o problema dos excluídos sob o viés econômico nada nos diz sobre a necessidade – que não é econômica, mas ética e política – de sua inclusão.*[31]

Mormente em nome dessa necessidade – menos econômica e mais ética e política – cabe indagar: como acelerar o crescimento do país sem produzir cada vez mais excluídos e novas fontes de vulnerabilidade social? Como garantir a inserção, mesmo que gradual, dos 34 milhões de jovens brasileiros no processo de produção de bens, não só materiais, mas também simbólicos? Mais que isso, como lhes garantir acesso às oportunidades econômicas, sociais e culturais?

Buscando respostas às perguntas formuladas, a discussão tem sido ampliada e o desenvolvimento econômico passou a ser integrante de

[31] OLIVEIRA, Luciano. Os "excluídos" existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 33, ano 12, fev. 1997, p. 60.

algo maior chamado desenvolvimento humano. Essa discussão, embora de forma bastante abreviada, fica muito clara no *box* que segue.

FALÁCIAS E MITOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL[32]

A experiência da América Latina e de outras regiões do globo indica que o crescimento econômico é imprescindível (...) No entanto, ensina também que é simplificar extremamente o tema do desenvolvimento e de suas dimensões sociais aventurar que o crescimento econômico sozinho produzirá os resultados necessários(...).

A falácia de que o crescimento basta transmite a visão de que se estaria avançando se o produto bruto per capita subir, e que os olhares devem estar voltados para o mesmo. A ONU desenvolveu na última década um corpo conceitual amplamente difundido no âmbito internacional, "o paradigma do desenvolvimento humano", que ataca de modo radical este arrazoamento. O crescimento só não basta, ele é necessário mas não suficiente; assim, caberia iniciar uma discussão maior. Perguntar-nos quando realmente uma sociedade avança e quando está retrocedendo. Os parâmetros definitivos, é a sugestão, devemos encontrá-los no que está acontecendo com as pessoas. Aumenta ou diminui a expectativa de vida? Melhora ou piora a qualidade de vida? A ONU apresentou um índice de desenvolvimento humano que veio sendo aperfeiçoado ano após ano, o qual inclui indicadores que refletem a situação de todos os países do mundo em áreas tais como: expectativa de vida, população com acesso a serviços de saúde, população com acesso a água potável, população com acesso a serviços de coleta de esgoto e detritos, escolaridade, mortalidade infantil, produto bruto per capita ponderado pela distribuição de renda. Os ordenamentos dos países do mundo segundo suas conquistas em desenvolvimento humano, que vêm sendo publicados anualmente pela ONU, através do PNUD, revelam um quadro que em diversos aspectos não coincide com o que decorre dos simples recordes de crescimento econômico.

As conclusões resultantes enfatizam que quanto maior o crescimento e mais recursos existirem, ampliam-se as possibilidades para a sociedade, mas a vida das pessoas, que é a finalidade última, não pode ser medida por algo que é um meio, deve ser medida por índices que reflitam o que ocorre em âmbitos básicos da vida cotidiana.

Bernardo Kliksberg
Assessor da Organização das Nações Unidas, OIT, UNESCO, UNICEF e outros organismos internacionais

[32] KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001, pp. 22-24.

Isso posto, as dimensões selecionadas para compor um Índice de Desenvolvimento Juvenil partem de uma compreensão ampla do desenvolvimento humano, como um conjunto de dimensões sociais e econômicas, que nos permitam focalizar as situações de segregação, exclusão e vulnerabilidade a que nossos jovens se encontram submetidos.

2. NOTAS TÉCNICAS E METODOLÓGICAS

Criado pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, o IDH veio reformular o indicador até então utilizado para medir o desenvolvimento dos países: o PIB *per capita*. O IDH mede o grau de desenvolvimento de uma nação levando em conta não só esse indicador, mas também a *expectativa de vida* da população (esperança de vida ao nascer), o *acesso ao conhecimento* (alfabetização adulta, taxa de escolaridade bruta combinada do ensino fundamental, secundário e superior) e o *acesso a serviços básicos* que proporcionem uma condição de vida digna, como saneamento.[1]

A consideração das três últimas dimensões representa a mudança de uma concepção de desenvolvimento de um ponto de vista meramente econômico para uma perspectiva mais ampla, a que muitos autores passaram a denominar *paradigma do desenvolvimento humano*. Como afirmam Najberg e Oliveira, *[u]m dos grandes méritos desse índice é utilizar dados básicos de existência quase universal. É também essa característica que possibilita o cálculo do IDH (e de suas variantes) para unidades subnacionais, tais como regiões, estados e municípios, ou ainda para grupos ou partições da população, segundo atributos não geográficos tais como gênero, etnia, situação urbana ou rural etc.*[2]

---

[1] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2002. Disponível em: http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/Left.htm. Acesso em: 02/05/2003.

[2] NAJBERG, Sheila; OLIVEIRA, André de Souza de. Políticas públicas: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e variantes. *Informe-se*, nº 19, out/2000, p. 2. Disponível em: www.federativo.bndes.gov.br/bf_bancos/estudos/e0001405.pdf.

Os indicadores utilizados na composição do IDH têm o mesmo peso na avaliação. Para que possam ser combinados em um índice único, eles primeiramente são transformados em índices parciais. A combinação desses índices, ponderados igualmente, gera o indicador síntese.

A composição do IDJ seguiu um modelo semelhante ao do IDH. Mas, por outro lado, o modelo foi adaptado para expressar questões específicas dos jovens, bem como a configuração de tais questões na realidade brasileira.

Nesse sentido, foram eleitas dimensões que contemplassem as peculiaridades das juventudes e que mensurassem, de maneira conjunta, os graus de exclusão/integração social desse segmento.

As dimensões consideradas no cálculo do IDJ e seus respectivos indicadores foram a seguintes:

a) Educação, *integrada por três indicadores:*

- Analfabetismo. A alfabetização tem sido vastamente reconhecida como fator determinante na situação econômica e social das pessoas. Não poderia deixar de constituir, portanto, um dos indicadores básicos do IDJ. Embora fosse relevante a abordagem de várias esferas da alfabetização (funcional, em prosa, documental, quantitativa),[3] foi utilizado no estudo o conceito operacionalizado na PNAD, em que são definidas como alfabetizadas *as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem.*[4] Operacionalmente foi definida como a relação entre o número de analfabetos na faixa de 15 a 24 anos registrados pela PNAD 2001 e a população de 15 a 24 anos de uma UF determinada.
- Escolarização adequada. Esse indicador corresponde à taxa de escolarização combinada utilizada no IDH, que se baseia no so-

---

Acesso em: 07/05/2003. Dada a extensão territorial brasileira e a ampla desigualdade na distribuição de renda, houve a necessidade de se criar, com base no IDH, indicadores espacialmente desagregados, adaptados para realidades micro como os municípios, para mensurar as desigualdades de desenvolvimento humano existentes no país. Em 1996 o PNUD, junto com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) publicaram o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) no Brasil. Desde então, novos índices desagregados foram constituídos, sendo os principais o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice de Condições de Vida (ICV).

[3] PNUD/ RDH 2002, *op. cit.*, p. 143.2

[4] PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO./IBGE, 2001. *Notas Técnicas*. Microdados, CD-ROM.

matório da taxa bruta de matrícula de todos os níveis de ensino.[5] Substitui também a opção utilizada no IDH-M que, em lugar das taxas de matrícula, recorre ao indicador "freqüência à escola", também em todos os níveis educacionais.[6] Aqui, como no IDH-M, foi utilizada a freqüência à escola, mas restrita aos níveis de ensino correspondentes à faixa etária focalizada neste estudo (15 a 24 anos). Segundo o Ministério da Educação, a faixa etária adequada para o ensino médio vai de 15 a 17 anos e, em situação regular, um jovem estaria concluindo o curso superior por volta dos 22 anos. Baseada nesse pressuposto, a taxa de escolarização *adequada* é constituída a partir do número de jovens que freqüentam o ensino médio em diante. Dessa forma, o indicador desconsidera os jovens de 15 a 24 anos cursando ainda o ensino fundamental. O indicador foi operacionalmente definido como a porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que freqüentam escola de Ensino Médio ou Superior registrado pela PNAD 2001 em relação à população de 15 a 24 anos de uma determinada UF.

- Qualidade do ensino: sem correlato no IDH. Tão importante quanto os aspectos quantitativos da cobertura incluídos no IDH são os aspectos que apontam para a qualidade do acesso ao conhecimento. Mas, provavelmente esse aspecto não foi incluído no IDH porque não são muitos os países do mundo que contam com mecanismos de avaliação que, de forma sistemática, possibilitem aferir essa qualidade do ensino. Como o Brasil possui, desde o ano de 1990, uma sistemática nacional que pondera a qualidade do ensino: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC), julgou-se conveniente considerar mais esse indicador dentro do índice educacional. O SAEB, a cada dois anos, aplica provas de Língua Portuguesa e Matemática a amostras representativas de alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a alunos da 3ª série do Ensino Médio. Os resultados das provas são divulgados em uma

[5] PNUD/ RDH 2002, *op. cit.*, p. 146.

[6] INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*: entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados. Disponível em: http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos_IDH/Novo_Atlas-Press_release_1.doc. Acesso em: 23/07/2003.

escala única para todas as séries, escala que vai de 150 a 500 pontos. Para a construção do IDJ, foram selecionadas as séries disponíveis que correspondiam à faixa etária em foco: 8ª do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Assim, esse indicador foi operacionalmente definido como a média estandardizada[7] das escalas de proficiência da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino médio, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática aferidas pelo SAEB 2001.

b) Saúde, *integrada por 2 indicadores:*

- Mortalidade por causas internas. Refere-se às mortes de jovens por problemas que erodem sua saúde física. Em mais de 80% dos casos desse tipo de mortalidade entre os jovens, segundo análise do próprio Ministério da Saúde disponibilizada pelo DATASUS, as causas seriam perfeitamente "evitáveis".[8] Ou seja: as mortes ocorrem apesar da existência de cobertura de saúde e de possibilidades de profilaxia, o que estaria evidenciando, quando a mortalidade é elevada, a fragilidade do serviço público e a ausência de políticas de acesso dos jovens à saúde. Este indicador guarda estreita relação não somente com a pobreza mas, sobretudo, com a possibilidade de acesso a serviços sociais.[9] Operacionalmente, esse indicador foi trabalhado relacionando o número de óbitos por causas internas em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, registrados nas bases de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.
- Mortalidade por causas violentas. A seleção desse indicador remete a uma especificidade recente da juventude: a vulnerabilidade dos jovens à violência nos países da América Latina. O indicador foi construído somando o número de óbitos por homicídios, por suicídios e por acidentes de transporte[10] registrados em 2000 no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, por cada 100.000 jovens.

---

[7] Ver procedimentos de estandardização mais à frente, neste mesmo capítulo.

[8] SIM/DATASUS. *Mortalidade*: notas técnicas, 2003. Disponível em: http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm. Acesso em: 02/06/2003.

[9] SEN, Amartya. A economia da vida e da morte. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), n. 23, ano 8, out.1993.

[10] Corresponde às categorias agressões intencionais, lesões auto-infringidas e acidentes de transporte da Classificação Internacional de Doenças – CID-10 – utilizada pelo SIM.

c) Renda

- Renda familiar *per capita*. Correlato do PIB *per capita* utilizado pelo IDH, corresponde ao total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens de 15 a 24 anos, segundo declarado no levantamento da PNAD 2001, relacionado com o número de membros integrantes do grupo. Para possibilitar a comparabilidade atual e futura, os rendimentos mensais foram reduzidos a salários-mínimos, cujo valor, na época do levantamento da PNAD 2001, era de R$ 180,00.

Para a construção do IDJ, as taxas, médias ou porcentagens originais dos indicadores de base foram transformados em índices seguindo os mesmos procedimentos utilizados pelo IDH:

$$\textit{Índice} = \frac{\textit{Valor observado} - \textit{Valor mínimo}}{\textit{Valor máximo} - \textit{Valor mínimo}}$$

A partir destas dimensões, foram utilizados os seguintes parâmetros para o cálculo do IDJ:

DIMENSÕES/ INDICADORES	Limites do indicador		Peso do indicador na dimensão	Peso da dimensão no IDJ
	Mínimo 0	Máximo 1		
EDUCAÇÃO	**0**	**1**		
Analfabetismo	20%	0%	1/3	
Escolarização adequada	10%	50%	1/3	
Qualidade do ensino	**0**	**1**	1/3	1/3
Português, 8ª Série do EF	194,0	277,6	1/4*	
Matemática, 8ª Série do EF	200,8	286,4	1/4*	
Português, 3ª Série do EM	213,7	313,9	1/4*	
Matemática, 3ª Série do EM	219,4	339,9	1/4*	
SAÚDE	**0**	**1**		
Mortalidade por causas internas	100	0	1/2	1/3
Mortalidade por causas violentas	200	0	1/2	
RENDA	**0**	**1**	1	1/3
Renda familiar *per capita*	0,5	3,5		

* Peso da variável no indicador

No IDH, a média dos índices parciais tem como resultado o índice final, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O mesmo procedimento foi utilizado para se avaliar o IDJ nas UFs.

Na Região Norte, algumas adaptações foram necessárias, em virtude da abrangência geográfica da PNAD. Nessa Região, exceto no estado de Tocantins, a zona rural não está contemplada. Considerando que, em geral, como mostram os dados, em todas as unidades federativas a área rural apresenta resultados menos favoráveis nos vários indicadores, ocorre na Região Norte e em suas unidades federativas uma elevação artificial dos resultados, pela presença exclusiva da área urbana.

Desse modo, nas análises dos capítulos prévios ao IDJ foram utilizados os dados da PNAD, tal como disponibilizados pelo IBGE, sem dados da zona rural na Região Norte (exceto Tocantins). Mas para o cálculo do IDJ foi realizado um ajuste que consistiu em estimar os valores da zona rural nos estados não cobertos pela PNAD nessa área, quais sejam: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Esse ajuste tomou como base a estrutura de dados do censo 2000 e o comportamento diferenciado das áreas rurais do resto do país, notadamente o Nordeste, segundo os dados da mesma PNAD de 2001. Em outros termos, para a obtenção das taxas da zona urbana foi utilizado apenas um estimador: a PNAD de 2001. Para a obtenção das taxas da zona rural dos 6 estados da Região Norte, foram utilizados dois estimadores: os dados da PNAD de 2001 e, após a apresentação desses, o censo 2000, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{TR_C} = [\, TU_{UF}.\, PR_{UF}(\%)] + [TR_{UF}.\, PR_{UF}(\%)\,]$$

Onde:

- PR_{UF} = População rural da unidade federativa (%).
- TU_{UF} = Taxa da área urbana da unidade federativa (PNAD 2001).
- TR_{UF} = Taxa da área rural da unidade federativa (estimativa).
- TR_C = Taxa calculada da área rural.

Outra decisão decorrente da estrutura dos dados refere-se à análise por cor, embora neste caso não haja relação com o cálculo do IDJ. Na faixa de 15 a 24 anos, os índios e amarelos representam na PNAD apenas 0,1% e 0,4%, respectivamente, da amostra. Tais proporções inviabilizariam o tratamento dos dados e comprometeriam sua confiabilidade. Optou-se, desse modo, por observar a presença do viés racial apenas entre brancos e pretos/pardos.

Finalmente, antes de prosseguir com a apresentação dos resultados, resta ainda precisar qual o conceito de juventude que orientou este trabalho.

A juventude foi delimitada na faixa etária de 15 a 24 anos e caracterizada como *(...) o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional*.[11] Análises previamente realizadas apontaram para especificidades dentro dessa faixa, conforme predominância dos jovens em atividades socialmente definidas (trabalho e escola). Isso possibilitou três cortes etários: 15 a 17, 18 a 19 e 20 a 24 anos e a adoção de quatro situações assim especificadas por Filgueira e Fuentes:[12]

- ***Jovens que estudam e não trabalham***: tipicamente, os jovens nessa combinação seriam economicamente dependentes e estariam em situação residencial em relação aos pais. Tal combinação, segundo os autores, seria mais comum entre os jovens não pobres e solteiros que moram com a família.
- ***Jovens que trabalham e estudam***: esta fase caracterizaria uma transição entre a vida jovem e a vida adulta.
- ***Jovens que apenas trabalham e não estudam*** (abandono do sistema escolar): esta fase caracterizaria a configuração de papéis adultos.
- ***Jovens que não estudam nem trabalham***: esta categoria caracterizaria o jovem em situação mais grave de exclusão social, uma vez que demonstra a frustração da própria "fase de transição" que constitui a juventude: o sujeito já está se desvinculando dos

[11] Waiselfisz, 1998, *op. cit.*, p. 153.

[12] COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Panorama Social de América latina 2000. Santiago de Chile: CEPAL, 2000. *Apud* ABRAMOVAY, Miriam *et alii*. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:* desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002, p. 45.

> seus papéis de jovem, mas não está conseguindo se inserir socialmente para desempenhar seus papéis de adulto.

Dadas essas definições, dimensões e pressupostos, podemos agora seguir com a discussão dos dados obtidos das diversas fontes para os indicadores, analisando-os conforme faixas etárias, sexo, cor e áreas rural e urbana, para só depois chegarmos à apresentação dos IDJs nas unidades federativas.

3. EDUCAÇÃO

3.1 A SITUAÇÃO DO ANALFABETISMO ENTRE OS JOVENS

Antes de entrar na análise a que o subtítulo se propõe, inicialmente se faz necessário dizer o que se entende por (an)alfabetismo, termo que tem assumido conotações tão diversas que se chega a sugerir a sua utilização no plural, como pode ser apreendido no *box* que segue.

ALFABETISMOS OU ANALFABETISMOS[1]

O termo alfabetização está sendo substituído, gradativamente, pela noção de alfabetismo, não só para melhor traduzir o conceito em inglês de literacy, como para dar idéia mais ampla da ação de alfabetizar, a qual implica avanços na compreensão e no domínio de códigos, seu manejo na sociedade e na prática social de ler e escrever.

A introdução de novas tecnologias está desmistificando a escrita como código único e conduzindo às noções de "alfabetismos" ou "analfabetismos" – no plural – para designar a referência a múltiplos códigos e à multiplicidade de significações que pode adquirir o "alfabetismo" em diferentes culturas e com variados níveis de exigência. Na verdade, somos todos analfabetos, de um modo ou de outro, perante diferentes tipos de informação e comunicação.

[1] WERTHEIN, Jorge. Alfabetismos ou analfabetismos. *Construção e identidade:* as idéias da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2002, pp. 39-40.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, de 1990, teve influência marcante na definição de "alfabetismo" ao ampliar sua abrangência de forma a incluir as necessidades básicas de aprendizagem, tanto no domínio da escrita, leitura e aritmética quanto em relação às habilidades para resolver problemas. Tal conceito tem a vantagem de contemplar as competências adquiridas em sistemas não formais e nas experiências pessoais, em contextos cotidianos de aprendizagem.

Esse novo enfoque fortalece a visão ética de jovens e adultos, valoriza as aprendizagens ativas, revaloriza o aporte cultural de cada pessoa e comunidade e incentiva a solidariedade e a cooperação na luta pela erradicação do analfabetismo.

Jorge Werthein
Representante da UNESCO no Brasil.

Essa ampla e atual visão de alfabetismo é fruto da maturação do conceito de alfabetização, que tem evoluído no decorrer do tempo. À época da fundação da UNESCO, a alfabetização era vista predominantemente como a capacidade de ler, escrever e fazer cálculos aritméticos. Promover a alfabetização significava então dar aos indivíduos a capacidade de decodificar e codificar a linguagem em forma escrita (...)[2] *Mais recentemente, ao se abordar o termo referido, ao lado da preferência pela sua utilização no plural, observa-se a sua inevitável associação com o espectro mais amplo das práticas sociais de comunicação, como se pode ver a seguir.*

ALFABETIZAÇÃO: UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO[3]

O foco cada vez mais intenso colocado sobre as práticas de alfabetização, o uso da alfabetização e os contextos onde ela é transmitida levou ao reconhecimento de que a alfabetização serve a propósitos múltiplos e é adquirida de diversas maneiras. A alfabetização, portanto, passou a ser encarada não como um conceito único, mas sim plural: as alfabetizações. Tanto nas práticas individuais de alfabetização

[2] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Alfabetização. A perspectiva da UNESCO. In: UNESCO. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 33.

[3] UNESCO. Alfabetização. A perspectiva da UNESCO. In: UNESCO, 2003, *op. cit*., pp. 35-37.

quanto no uso comunitário da alfabetização, sua natureza plural ficou evidente: burocrática, religiosa, pessoal, cultural, na língua materna ou em línguas oficiais, adquirida na escola ou fora dela. Esse enfoque dá ênfase ao fato de que a alfabetização está sempre engastada em outras realidades sociais: trabalho, família, religião, relações com o Estado etc. (...).

(...) Em meio a esses fatos novos, dois conceitos fundamentais já se tornaram claros. Em primeiro lugar, a alfabetização, em si, é ambígua, nem positiva nem negativa, e seu valor depende da maneira como ela é adquirida ou transmitida e do modo como ela é usada. Ela pode ser um fator de liberação ou, na linguagem de Paulo Freire, de domesticação. Nesse particular, a alfabetização se vê na mesma situação que a educação em geral, quanto a seu papel e a sua finalidade. Em segundo lugar, a alfabetização se vincula a um vasto espectro de práticas sociais de comunicação, só podendo ser tratada paralelamente aos demais meios de comunicação, como rádio, televisão, computadores, mensagens de texto em telefones celulares, imagens visuais etc. O desenvolvimento maciço das comunicações eletrônicas não substituiu a alfabetização impressa, embora forneça um novo contexto para ela: os gráficos assumiram um papel importante como complementação de textos; o aprendizado e a recreação computadorizados ocupam tanto crianças quanto adultos, tomando o lugar da leitura de livros – todos esses fenômenos vêm transformando a maneira pela qual encaramos a alfabetização (...).

UNESCO / 2003

Não obstante o vasto campo em que uma abordagem sobre a (an)alfabetização no país pode se inserir, o conceito utilizado pela pesquisa IBGE/PNAD 2001 é bem mais limitado: *considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse*.[4] Assim sendo, apesar da moderna abrangência do termo, considerando a ausência de dados, a análise que daqui por diante será realizada levará em conta as bases de dados da PNAD.

Observando a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE/2003, mais especificamente onde se apresenta um perfil educacional da po-

[4] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS – PNAD – 2001. Microdados CD-ROM. Rio de Janeiro, 2001.

pulação brasileira, encontra-se que *a taxa de analfabetismo caiu e o acesso à escola e à escolaridade da população melhoraram*.[5]

No entanto, mesmo considerando que o número de pessoas que aprenderam a ler e a escrever aumentou, em várias faixas etárias, nossa taxa de analfabetismo é ainda muito elevada. A UNESCO considera que a situação é preocupante. Apesar dos empreendimentos que foram feitos na década transcorrida entre as Conferências de Jomtien e a de Dacar, *(...) os esforços de alfabetização não foram suficientes em face do crescimento demográfico e de outros fatores (...).* O fato é que *o analfabetismo está comprometendo o futuro do Brasil,* contribuindo para aumentar o número de excluídos. Não se pode fechar os olhos para essas evidências e o *(...) Brasil precisa engajar-se plenamente na Década da Alfabetização das Nações Unidas, que começa este ano e se estende até 2012*.[6]

DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALFABETIZAÇÃO[7]

O lançamento da Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003-2012) é uma ocasião especial que nos traz diferentes emoções e pensamentos(...).

O Plano de Ação Internacional, preparado pela UNESCO em colaboração com seus parceiros e aprovado pela Assembléia Geral da ONU, identifica várias áreas de ação fundamentais e estratégias associadas. Esforços em prol da mobilização de recursos nos níveis nacional e internacional são imperativos. O tempo impede um tratamento expandido dessas questões, mas gostaria de ressaltar quatro pontos.

Primeiro, *ações no âmbito da Década da Alfabetização requerem, para sua efetividade máxima, uma estreita colaboração em todos os níveis. A UNESCO, como coordenadora da Década em nível internacional, fará o seu máximo para construir o espírito e a prática da parceria.*

---

[5] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais 2003,* p. 13. Disponível em: htpp://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm. Acesso em: 14/06/2003.

[6] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Alfabetização como liberdade.* Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 7.

[7] MATSUURA, Koichiro. *Discurso do Sr. Koichiro Matsuur*a, por ocasião do lançamento da Década das Nações Unidas para a Alfabetização, em Nova Iorque, 13 de fevereiro de 2003. In: UNESCO, 2003, *op. cit*., pp. 11-13.

Segundo, *a perspectiva de gênero deve atravessar todas as ações. A alfabetização das mulheres deve receber apoio especial, mas a perspectiva de gênero também deve incluir considerações mais amplas, como conteúdos de aprendizado, métodos e ambientes.*

Terceiro, *as ações não devem se limitar aos canais tradicionais. Nós devemos procurar abordar o que eu chamaria de "a dimensão da alfabetização", um conjunto de políticas, programas e projetos que não são explicitamente sobre alfabetização. A alfabetização não é uma panacéia universal para todos os problemas do desenvolvimento, mas, como uma ferramenta do desenvolvimento, é versátil e testada.*

Quarto, *as ações devem ser informadas por evidências confiáveis e avaliações cuidadosas e objetivas da experiência. A UNESCO, incluindo seu Instituto de Estatística, atuará de forma próxima a seus parceiros na importante área da avaliação da alfabetização.*

O conceito e a prática da alfabetização são parte de um debate mais amplo sobre para que serve a educação. O slogon que a UNESCO adotou na Década – "Alfabetização como liberdade" – foi criado para encorajar abordagens para a aquisição e desenvolvimento da alfabetização, que liberta as pessoas da ignorância, incapacidade e exclusão, e as liberta para a ação, escolhas e participação.

Koichiro Matsuura
Diretor-Geral da UNESCO

Particularmente no Brasil, o engajamento pleno na Década da Alfabetização não pode desconhecer estatísticas que apontam um índice de analfabetismo de 13,6% na população com mais de 15 anos. Índices bem superiores a de países vizinhos como Argentina (3,2%), Chile (4,2%) e Colômbia (8,4%).[8]

No que diz respeito aos jovens de 15 a 24 anos – objeto desta pesquisa –, os índices se apresentam diferenciados por faixas etárias nas regiões brasileiras. O índice nacional de analfabetismo entre os jovens é relativamente baixo: 4,2%. Nas regiões, há variações, para mais ou para menos. O menor índice se encontra na Região Sul (1,4%) e o maior, no Nordeste (9,6%). Nas demais regiões, Norte, Sudeste e Centro-Oeste, os índices são, respectivamente, de 4,0%, 1,6% e 2,1%.

[8] BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do analfabetismo no Brasil.* Brasília: MEC/INEP, [2003], p. 6.

Em todas as regiões, esses percentuais são menores na faixa etária de 15 a 17 anos. No Brasil em geral, e nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, os índices são, respectivamente, de 3,0%, 3,4%, 6,3%, 1,1%, 1,3% e 1,5%. Isso denota uma crescente escolarização dos mais jovens, possibilitada, dentre outras coisas, pela garantia constitucional de ensino fundamental gratuito para todos e dos esforços realizados especialmente na última década.

Na faixa entre 18 e 19 anos, o índice permanece inalterado apenas para o Sudeste (1,1%) e o Norte (3,4%). Apresenta um discreto decréscimo no Sul (1,1%) e no Centro-Oeste (1,3%). No Brasil, em geral, e no Nordeste, os índices aumentam, respectivamente, para 3,6% e 8,7%.

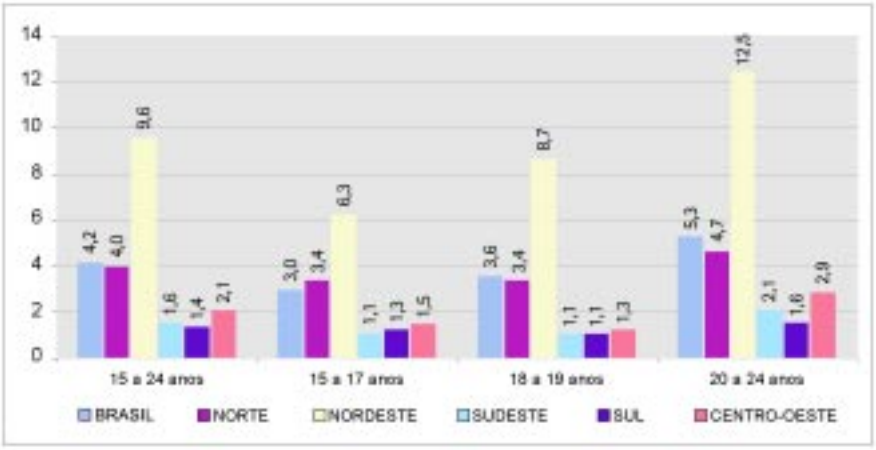
Mas é na faixa dos 20 aos 24 anos que os índices começam a se mostrar preocupantes. Em relação às faixas anteriormente analisadas, no Brasil, o índice se eleva para 5,3%. Aumenta também em todas as regiões: Norte (4,7%), Nordeste (12,5%), Sudeste (2,1%), Sul (1,6%) e Centro-Oeste (2,9%).

Esse crescimento do analfabetismo entre os jovens a partir dos 18 anos está intimamente relacionado com déficits históricos de escolarização e também com a necessidade de ingresso no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Conforme atesta a Síntese dos Indicadores Sociais 2003, do IBGE, *entre 1992 e 2001, embora o percentual de jovens de 18 e 19 anos que só trabalhava tenha caído de 40,8% para 27,7%, o percentual de estudantes nessa faixa etária era de apenas 50%. Em 2001, quase a metade (47,7%) dos jovens de 20 a 24 anos tinha como atividade exclusiva o trabalho. O mesmo se dava na faixa mais ampla, dos 15 aos 24 anos, na qual 70% dos jovens tinham uma jornada de trabalho de 40 horas ou mais por semana*.[9]

A breve análise até aqui efetivada pode ser visualizada no Gráfico que segue:

[9] IBGE, 2003, *op. cit.*, p. 9.

Gráfico 3.1: Jovens não alfabetizados segundo faixa etária por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Com o aumento da idade, cresce o número de jovens que abandonam os estudos para trabalhar – o que, paradoxalmente, compromete o seu desempenho no mercado de trabalho, sobretudo devido à baixa qualificação educacional. E assim, não só no Brasil, mas também na América Latina, (...) percebe-se uma defasagem do ensino formal frente às novas exigências de habilidades e conhecimentos, e isso tem constituído inequívoca fonte de vulnerabilidade.[10]

Analisando, mesmo que rapidamente, os índices de analfabetismo de acordo com a faixa etária, pode-se afirmar que esse déficit torna-se mais visível nos estados do Nordeste, onde os percentuais de analfabetismo são, em todas as faixas, inequivocamente maiores do que nas demais unidades federativas das outras regiões. Um outro foco deficitário se apresenta no Norte, sobretudo se considerarmos que os dados expressos na Tabela que segue só contemplam – à exceção do estado de Tocantins – os jovens da zona urbana.

[10] ABRAMOVAY *et alii*, 2002, *op. cit*., p. 45.

Tabela 3.1: Jovens não alfabetizados segundo faixa etária por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
BRASIL	**4,2**	**3,0**	**3,6**	**5,3**
Norte	**4,0**	**3,4**	**3,4**	**4,7**
Rondônia	2,1	1,6	1,0	3,0
Acre	6,3	3,8	4,9	8,9
Amazonas	2,5	2,5	2,8	2,4
Roraima	3,9	0,9	2,4	6,6
Pará	5,1	4,3	4,3	5,9
Amapá	0,5	1,5	--	0,4
Tocantins	5,2	3,9	4,0	6,6
Nordeste	**9,6**	**6,3**	**8,7**	**12,5**
Maranhão	9,6	5,3	10,0	12,9
Piauí	13,1	7,3	12,1	18,0
Ceará	9,4	5,8	8,5	12,4
Rio Grande do Norte	9,6	5,4	6,8	13,7
Paraíba	11,8	8,3	9,3	15,4
Pernambuco	9,2	7,8	8,2	10,7
Alagoas	15,4	9,7	11,6	21,0
Sergipe	8,7	6,2	6,1	11,7
Bahia	7,7	4,8	8,0	9,6
Sudeste	**1,6**	**1,1**	**1,1**	**2,1**
Minas Gerais	2,3	1,5	1,4	3,2
Espírito Santo	3,2	2,9	1,7	4,1
Rio de Janeiro	1,6	1,1	1,8	1,8
São Paulo	1,1	0,7	0,8	1,5
Sul	**1,4**	**1,3**	**1,1**	**1,6**
Paraná	1,6	1,7	1,4	1,7
Santa Catarina	1,0	0,5	0,8	1,4
Rio Grande do Sul	1,3	1,3	0,9	1,6
Centro – Oeste	**2,1**	**1,5**	**1,3**	**2,9**
Mato Grosso do Sul	2,0	2,6	0,4	2,4
Mato Grosso	2,6	1,1	2,4	3,6
Goiás	2,2	1,4	1,5	2,9
Distrito Federal	1,5	0,8	0,6	2,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

A Tabela a seguir permite visualizar o ordenamento das UFs com jovens não alfabetizados nas faixas etárias.

Tabela 3.2: Ordenamento das UFs segundo jovens não alfabetizados por faixa etária (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	%	Posição	%	Posição	%	Posição	%	Posição
Alagoas	15,4	1°	9,7	1°	11,6	2°	21,0	1°
Piauí	13,1	2°	7,3	4°	12,1	1°	18,0	2°
Paraíba	11,8	3°	8,3	2°	9,3	4°	15,4	3°
Maranhão	9,6	4°	5,3	8°	10,0	3°	12,9	5°
Rio Grande do Norte	9,6	5°	5,4	7°	6,8	8°	13,7	4°
Ceará	9,4	6°	5,8	6°	8,5	5°	12,4	6°
Pernambuco	9,2	7°	7,8	3°	8,2	6°	10,7	8°
Sergipe	8,7	8°	6,2	5°	6,1	9°	11,7	7°
Bahia	7,7	9°	4,8	9°	8,0	7°	9,6	9°
Acre	6,3	10°	3,8	12°	4,9	10°	8,9	10°
Tocantins	5,2	11°	3,9	11°	4,0	12°	6,6	12°
Pará	5,1	12°	4,3	10°	4,3	11°	5,9	13°
Roraima	3,9	13°	0,9	24°	2,4	14°	6,6	11°
Espírito Santo	3,2	14°	2,9	13°	1,7	17°	4,1	14°
Mato Grosso	2,6	15°	1,1	23°	2,4	15°	3,6	15°
Amazonas	2,5	16°	2,5	15°	2,8	13°	2,4	19°
Minas Gerais	2,3	17°	1,5	19°	1,4	19	3,2	16°
Goiás	2,2	18°	1,4	20°	1,5	18°	2,9	18°
Rondônia	2,1	19°	1,6	17°	1,0	21°	3,0	17°
Mato Grosso do Sul	2,0	20°	2,6	14°	0,4	26°	2,4	20°
Rio de Janeiro	1,6	21°	1,1	22°	1,8	16°	1,8	22°
Paraná	1,6	22°	1,7	16°	1,4	20°	1,7	23°
Distrito Federal	1,5	23°	0,8	25°	0,6	25°	2,3	21°
Rio Grande do Sul	1,3	24°	1,3	21°	0,9	22°	1,6	24°
São Paulo	1,1	25°	0,7	26°	0,8	23°	1,5	25°
Santa Catarina	1,0	26°	0,5	27°	0,8	24°	1,4	26°
Amapá	0,5	27°	1,5	18°	--	27°	0,4	27°

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

As desigualdades anteriormente observadas podem ainda ter outros contornos quando se verifica sua distribuição por sexo. Embora na faixa de 15 a 24 anos o percentual de mulheres (50,4%) seja maior do que o de homens (49,6%), é entre estes últimos que o analfabetismo é mais expressivo. Isso pode ser explicado, provavelmente, pela maior pressão social para seu ingresso no mercado de trabalho.

Tabela 3.3: Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Masculino	Feminino
Brasil	**5,3**	**3,1**
Norte	**4,9**	**3,2**
Rondônia	2,6	1,7
Acre	7,3	5,3
Amazonas	2,9	2,1
Roraima	4,3	3,5
Pará	6,3	3,9
Amapá	0,5	0,5
Tocantins	6,3	4,0
Nordeste	**12,4**	**6,9**
Maranhão	12,8	6,3
Piauí	16,8	9,6
Ceará	12,2	6,8
Rio Grande do Norte	12,9	6,4
Paraíba	15,2	8,3
Pernambuco	12,0	6,4
Alagoas	17,4	13,5
Sergipe	12,0	5,9
Bahia	9,8	5,4
Sudeste	**2,0**	**1,2**
Minas Gerais	3,0	1,6
Espírito Santo	3,7	2,7
Rio de Janeiro	1,6	1,5
São Paulo	1,4	0,8
Sul	**1,6**	**1,2**
Paraná	1,4	1,8
Santa Catarina	1,5	0,5
Rio Grande do Sul	1,7	0,9
Centro Oeste	**2,7**	**1,6**
Mato Grosso do Sul	2,8	1,3
Mato Grosso	3,4	1,9
Goiás	2,5	1,8
Distrito Federal	2,1	1,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Entre as mulheres, especificamente, é possível perceber que, comparando as faixas dos 15 aos 17 anos com a de 18 e 19 anos, os índices de analfabetismo aumentam em todas as regiões do Brasil. De certa forma, isso está associado aos altos índices de gravidez na juventude: (...) *entre as jovens de 15 a 17 anos, a proporção de mulheres com, pelo menos, um filho é de 7,3% no país.*[11] Conforme pesquisa realizada pela UNESCO, a gravidez entre jovens mantém-se elevada na maioria dos países latino-americanos, incluindo o Brasil. *Na média nacional dos países, (...) de 20 a 25% das mulheres tiveram seu primeiro filho antes dos 20 anos de idade.*[12]

Na faixa etária que vai dos 20 aos 24 anos, os percentuais de analfabetismo tendem a ser bem menores entre as mulheres, comparativamente aos dos homens, conforme se pode observar na Tabela seguinte.

Tabela 3.4: Jovens não alfabetizados segundo faixa etária e sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
BRASIL	**3,8**	**2,2**	**4,2**	**3,0**	**6,9**	**3,7**
Norte	**4,2**	**2,6**	**3,7**	**3,2**	**6,0**	**3,5**
Rondônia	2,0	1,3	1,0	1,0	3,6	2,4
Acre	4,3	3,2	3,2	6,7	12,0	6,2
Amazonas	2,9	2,1	2,2	3,4	3,2	1,6
Roraima	0,0	2,1	0,0	4,7	8,8	3,7
Pará	5,6	3,0	6,0	2,8	7,0	4,9
Amapá	0,0	2,6	0,0	0,0	0,8	0,0
Tocantins	5,0	2,7	2,1	6,2	9,5	3,8
Nordeste	**7,9**	**4,5**	**10,8**	**6,7**	**16,5**	**8,7**
Maranhão	6,7	4,1	12,4	7,3	17,9	7,8
Piauí	11,4	3,1	10,9	13,3	24,0	12,6
Ceará	7,2	4,4	9,9	7,2	17,0	8,2
Rio Grande do Norte	7,1	3,7	9,1	4,9	18,4	9,0
Paraíba	11,0	5,3	11,8	6,8	20,2	10,9
Pernambuco	9,5	5,8	10,1	6,5	14,8	6,8
Alagoas	11,4	8,0	16,1	7,1	22,5	19,6
Sergipe	6,5	5,9	11,1	1,7	16,4	7,8
Bahia	6,0	3,4	9,8	5,9	12,7	6,4

continua...

[11] IBGE, 2003, *op. cit.*, p. 3.
[12] ABRAMOVAY *et alii*, 2002, *op. cit.*, p. 51.

...continuação

Sudeste	**1,4**	**0,8**	**1,2**	**1,1**	**2,7**	**1,5**
Minas Gerais	1,8	1,2	2,1	0,7	4,1	2,2
Espírito Santo	3,0	2,8	2,0	1,4	4,9	3,3
Rio de Janeiro	1,0	1,2	1,3	2,2	2,1	1,5
São Paulo	1,1	0,3	0,6	0,9	2,0	1,1
Sul	**1,5**	**1,1**	**1,1**	**1,0**	**1,8**	**1,3**
Paraná	1,6	1,9	0,9	1,9	1,6	1,7
Santa Catarina	1,0	0,0	1,5	0,0	1,8	1,1
Rio Grande do Sul	1,6	1,0	1,1	0,6	2,1	1,1
Centro – Oeste	**1,9**	**1,0**	**1,2**	**1,4**	**3,8**	**2,0**
Mato Grosso do Sul	3,4	1,6	0,0	0,8	3,6	1,3
Mato Grosso	1,7	0,5	2,6	2,2	4,7	2,5
Goiás	1,7	1,2	1,2	1,8	3,5	2,2
Distrito Federal	1,0	0,6	0,9	0,4	3,4	1,4

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Com uma tendência inversa à mundial, as taxas de analfabetismo no Brasil entre as mulheres são, de fato, visivelmente menores do que as dos integrantes do sexo masculino, mas tendem a ser focalizadas com lentes multidimensionais, considerando estudos recentes que atrelam a importância da alfabetização das mulheres a impactos extensos nas forças e situações que atuam sobre o conjunto da sociedade.

ALFABETIZAÇÃO DAS MULHERES[13]

(...) trabalhos empíricos nos anos recentes mostraram claramente como o respeito relativo e a atenção ao bem-estar das mulheres são fortemente influenciados por variáveis como a habilidade da mulher em receber um salário independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizada e educada como participante nas decisões dentro e fora da família (...)

Estes fatores diferenciais (como, por exemplo, alfabetização e educação feminina, poder de compra das mulheres, o papel econômico que desempenham fora da família, seus direitos de propriedade, e assim por diante) podem, em uma primeira instância, parecer influências relativamente diversas e díspares que, de alguma

continua...

[13] SEN, Amartya. Algumas idéias sobre o Dia Internacional da Alfabetização. *In*: UNESCO, 2003, *op. cit*. pp. 23-24.

...continuação

forma, atuam juntas, mas o que elas todas têm em comum é a contribuição positiva para a vocalização e atuação das mulheres, por meio de uma maior independência e fortalecimento deste grupo.

Também há evidências de que a educação das mulheres e a alfabetização tendem a reduzir as taxas de mortalidade das crianças. A influência é sentida por meio de vários canais, mas talvez o mais imediato seja a importância que as mães tipicamente dão ao bem-estar de seus filhos, e a oportunidade que elas têm, quando seu papel é respeitado e fortalecido, de influenciar decisões familiares nesta direção. Estas conexões entre educação fundamental da mulher e o poder de atuação delas são centrais ao entendimento da contribuição da educação escolar para a segurança humana em geral.

Amartya Sen
Economista e criador do IDH

Prosseguindo com o tema do analfabetismo no Brasil, os dados disponíveis permitem aprofundar o estudo das desigualdades, principalmente das atribuíveis à questão de cor/raça. Para simplificar a análise, as diversas categorias de cor/raça contidas na amostra da PNAD serão reduzidas a duas: brancos, de um lado, e pretos e pardos, de outro – considerando que abrangem 99,5% do universo pesquisado.

Na faixa dos 15 aos 24 anos, as taxas de analfabetismo são, via de regra, visivelmente maiores entre pretos/pardos do que entre brancos no Brasil em geral e, em particular, nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, nessa ordem, como pode ser observado a seguir.

Tabela 3.5: Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**2,0**	**6,4**
Norte	**3,0**	**4,4**
Rondônia	2,3	2,1
Acre	4,2	6,8
Amazonas	2,2	2,6
Roraima	1,3	4,6
Pará	3,3	5,6

continua...

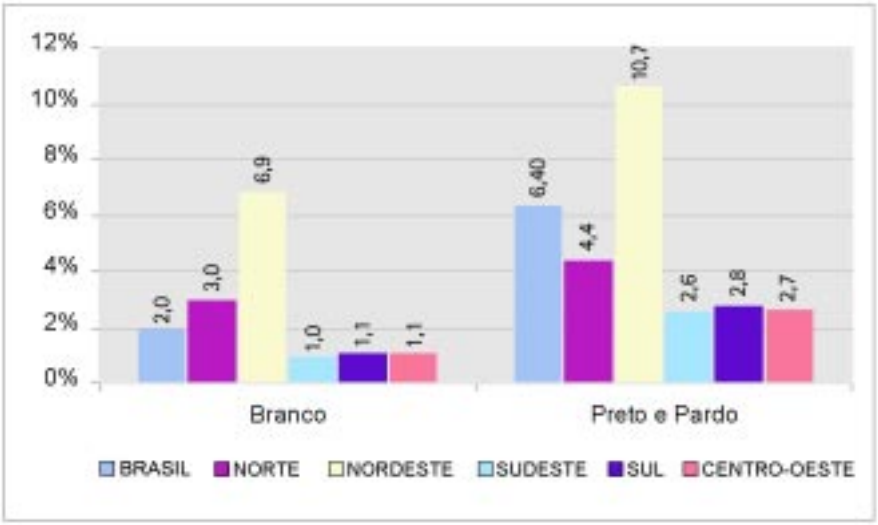
...continuação

Amapá	0,0	0,6
Tocantins	5,1	5,2
Nordeste	**6,9**	**10,7**
Maranhão	5,2	10,9
Piauí	11,3	13,6
Ceará	7,1	10,6
Rio Grande do Norte	6,1	11,9
Paraíba	7,6	13,8
Pernambuco	6,1	10,9
Alagoas	11,9	16,8
Sergipe	4	10,2
Bahia	6,2	8,0
Sudeste	**1,0**	**2,6**
Minas Gerais	1,4	3,2
Espírito Santo	0,9	4,9
Rio de Janeiro	1,1	2,2
São Paulo	0,8	2,0
Sul	**1,1**	**2,8**
Paraná	1,1	3,1
Santa Catarina	0,8	3,5
Rio Grande do Sul	1,2	2,3
Centro – Oeste	**1,1**	**2,7**
Mato Grosso do Sul	0,8	3,5
Mato Grosso	1,3	2,9
Goiás	1,4	2,7
Distrito Federal	0,6	2,2

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

O analfabetismo entre pardos e pretos no Brasil é três vezes maior, como também é maior em todas as unidades federadas e em todas as regiões do Brasil. As desigualdades raciais entre analfabetos, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, podem ser visualizadas no Gráfico a seguir.

Gráfico 3.2: Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Raciocínio semelhante ao anterior pode ser feito ao se analisar o analfabetismo por estratificação de faixas etárias. Continua a discriminação por cor entre regiões e a taxa de não alfabetizados entre pretos e pardos tende a crescer com o aumento da faixa etária. Em nada menos do que em 15 unidades federativas o percentual de analfabetismo mais que duplica, se compararmos especificamente a faixa de 15 a 17 anos com a de 20 a 24 anos.

Entre os brancos, a análise efetivada no parágrafo anterior se abranda. Embora o percentual de analfabetismo tenda a crescer com o aumento das faixas etárias, isso acontece em percentuais geralmente menores do que entre os pretos e pardos. Vejamos como essas informações podem ser visualizadas na Tabela seguinte.

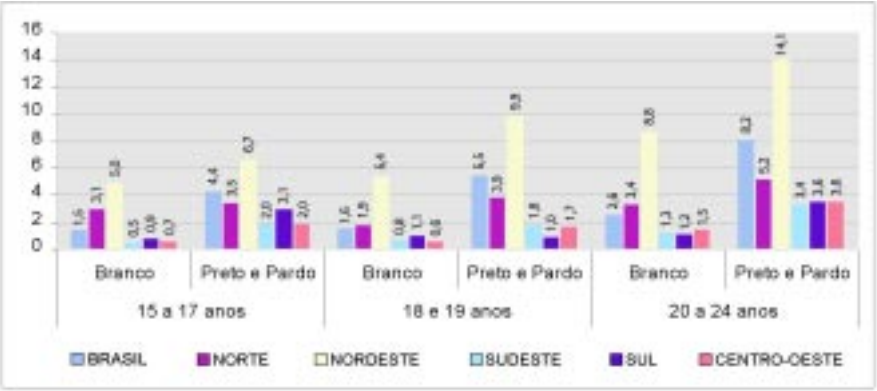
Tabela 3.6: Analfabetismo segundo faixa etária e cor por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**1,5**	**4,4**	**1,6**	**5,5**	**2,6**	**8,2**
Norte	**3,1**	**3,5**	**1,9**	**3,9**	**3,4**	**5,2**
Rondônia	2,5	1,1	0,0	1,6	3,2	3,0
Acre	4,2	3,6	0,0	6,2	6,0	9,5
Amazonas	2,2	2,6	2,6	2,9	2,1	2,5
Roraima	0,0	1,1	6,7	1,5	0,0	8,3
Pará	4,2	4,3	1,8	5,0	3,4	6,7
Amapá	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,5
Tocantins	2,2	4,5	3,0	4,4	8,0	6,1
Nordeste	**5,0**	**6,7**	**5,4**	**9,9**	**8,8**	**14,1**
Maranhão	6,0	5,0	0,0	12,7	7,3	14,8
Piauí	6,4	7,5	8,3	13,4	15,3	18,8
Ceará	4,0	6,6	5,4	9,8	9,7	14,0
Rio Grande do Norte	4,3	6,0	4,0	8,6	8,1	17,8
Paraíba	6,0	9,4	7,6	10,0	8,7	19,2
Pernambuco	5,4	9,1	6,0	9,4	6,7	12,9
Alagoas	7,5	10,4	3,0	14,8	17,3	22,6
Sergipe	6,3	6,2	3,5	7,1	2,7	14,3
Bahia	3,7	5,0	7,9	7,9	7,2	10,2
Sudeste	**0,5**	**2,0**	**0,8**	**1,8**	**1,3**	**3,4**
Minas Gerais	0,9	2,1	0,8	2,0	2,0	4,4
Espírito Santo	0,0	4,7	0,0	2,9	1,8	5,9
Rio de Janeiro	0,4	2,0	1,1	2,7	1,6	2,0
São Paulo	0,3	1,6	0,7	0,9	1,0	2,9
Sul	**0,9**	**3,1**	**1,1**	**1,0**	**1,2**	**3,6**
Paraná	1,1	3,5	1,5	1,2	1,0	3,8
Santa Catarina	0,6	0,0	0,6	3,8	1,1	5,3
Rio Grande do Sul	1,0	3,2	1,0	0,0	1,4	2,7
Centro – Oeste	**0,7**	**2,0**	**0,6**	**1,7**	**1,5**	**3,6**
Mato Grosso do Sul	1,0	4,6	0,0	0,8	1,0	4,0
Mato Grosso	0,6	1,4	1,1	2,6	1,8	3,9
Goiás	0,8	1,9	0,8	2,0	2,0	3,5
Distrito Federal	0,4	1,1	0,5	0,7	0,8	3,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

O apresentado na Tabela anterior também pode ser visualizado a partir do Gráfico que segue.

Gráfico 3.3: Analfabetismo segundo faixa etária e cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

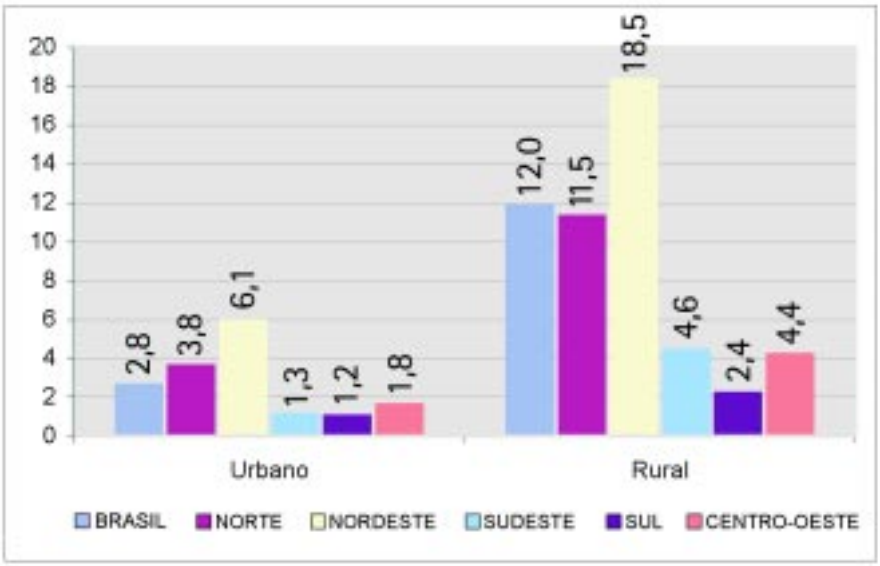
Podemos perceber pelos dados anteriormente expostos que as desigualdades entre as unidades federativas são maiores no Nordeste – sobretudo em Alagoas, Piauí e Paraíba, que se revezam nas três primeiras colocações – e no Norte do que nas demais regiões. Note-se que, no Amapá, a situação privilegiada pode não corresponder à realidade: não foram coletados dados da área rural, tampouco na amostra selecionada pela PNAD havia jovens na faixa entre 18 e 19 anos.

Focalizado o analfabetismo dos jovens por situação de domicílio (rural/urbano), a análise fica comprometida na Região Norte, onde – à exceção do estado de Tocantins – a PNAD não faz levantamento na zona rural na pesquisa. Considerando tais limitações, para efeitos comparativos dos resultados apresentados entre as regiões, desconsideraremos a região Norte.

De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE 2003, tem havido um aumento de pessoas vivendo em áreas urbanas: *(...) em 1992, 78% da população era urbana, e o percentual aumentou para 83,9% em 2001.*[14] *Embora a maior concentração de jovens de 15 a 24 anos seja urbana, é na zona rural de todas as regiões, sobretudo no Nordeste, onde se verificam as maiores taxas de analfabetismo.*

[14] IBGE, 2003, *op. cit.*, p. 14.

Gráfico 3.4: Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Analisando a situação por estados, é em Alagoas, na zona urbana do Nordeste, que se encontra a situação mais crítica, com percentual de analfabetismo de 11,6%. As menores taxas são encontradas nos estados do Sul, mais especificamente em Santa Catarina (0,9%).

No que diz respeito à zona rural, mais uma vez o Nordeste apresenta as maiores taxas de analfabetismo entre as regiões, sobretudo no estado do Piauí (24,9%). Os menores índices se encontram nos estados do Sul, mormente em Santa Catarina (1,8%).

Tabela 3.7: Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Urbano	Rural
BRASIL	**2,8**	**12,0**
Norte	**3,8**	--
Rondônia	2,1	--
Acre	6,3	--
Amazonas	2,5	--

continua...

...continuação

Roraima	3,9	--
Pará	5,1	--
Amapá	0,5	--
Tocantins	3,1	11,5
Nordeste	**6,1**	**18,5**
Maranhão	5,0	18,9
Piauí	6,4	24,9
Ceará	6,5	19,0
Rio Grande do Norte	6,2	19,7
Paraíba	8,1	22,0
Pernambuco	6,0	18,9
Alagoas	11,6	23,6
Sergipe	7,1	15,6
Bahia	4,5	14,7
Sudeste	**1,3**	**4,6**
Minas Gerais	1,8	4,9
Espírito Santo	2,8	5,0
Rio de Janeiro	1,4	7,8
São Paulo	1,0	3,5
Sul	**1,2**	**2,4**
Paraná	1,3	3,1
Santa Catarina	0,9	1,8
Rio Grande do Sul	1,2	1,9
Centro – Oeste	**1,8**	**4,4**
Mato Grosso do Sul	2,0	2,4
Mato Grosso	2,1	4,5
Goiás	1,8	5,0
Distrito Federal	1,3	5,6

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Verificando as taxas de analfabetismo por faixas etárias, a tendência é a mesma da faixa mais ampla: as maiores taxas estão na zona rural dos estados do Nordeste em detrimento dos do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Verifica-se, ainda, que, em mais de 80% das UFs de todas as regiões analisadas, as taxas de analfabetismo, tanto na zona rural como na urbana, crescem com o aumento das faixas etárias.

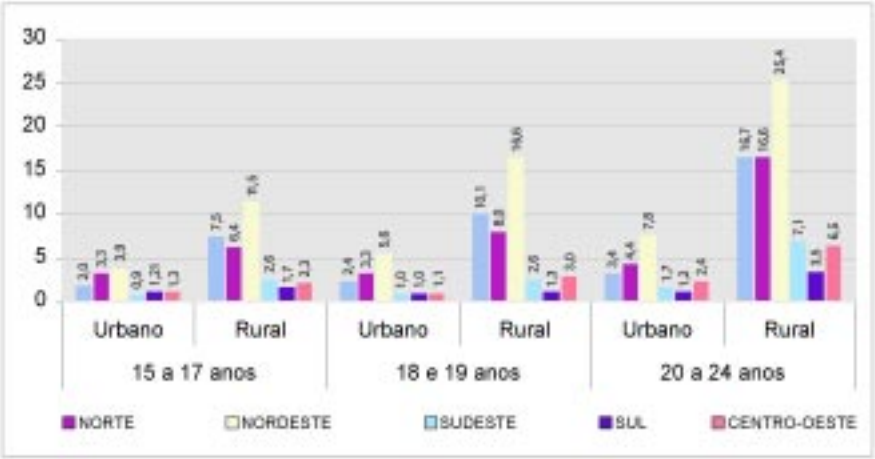
Tabela 3.8: Analfabetismo segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 A 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
BRASIL	**2,0**	**7,5**	**2,4**	**10,1**	**3,4**	**16,7**
Norte	**3,3**	**6,4**	**3,3**	**8,0**	**4,4**	**16,6**
Rondônia	1,6	--	1,0	--	3,0	--
Acre	3,8	--	4,9	--	8,9	--
Amazonas	2,5	--	2,8	--	2,4	--
Roraima	0,9	--	2,4	--	6,6	--
Pará	4,3	--	4,3	--	5,9	--
Amapá	1,5	--	0,0	--	0,4	--
Tocantins	3,0	6,4	3,2	8,0	3,1	16,6
Nordeste	**3,9**	**11,5**	**5,6**	**16,6**	**7,8**	**25,4**
Maranhão	2,7	10,3	6,3	17,8	6,3	27,4
Piauí	1,3	17,1	5,6	22,2	10,4	32,9
Ceará	4,5	9,7	6,3	16,3	8,0	27,2
Rio Grande do Norte	2,9	11,9	3,5	17,7	9,6	26,5
Paraíba	5,7	14,8	6,6	17,3	10,5	30,0
Pernambuco	5,0	15,1	5,7	15,3	6,7	23,9
Alagoas	6,3	15,5	6,4	22,8	16,9	30,8
Sergipe	3,7	13,8	4,3	14,3	10,5	18,3
Bahia	3,2	7,9	5,1	14,1	5,1	20,7
Sudeste	**0,9**	**2,6**	**1,0**	**2,6**	**1,7**	**7,1**
Minas Gerais	1,3	2,3	1,3	2,0	2,4	8,5
Espírito Santo	2,5	4,2	1,2	4,0	3,7	6,0
Rio de Janeiro	1,0	6,1	1,6	5,6	1,5	9,2
São Paulo	0,6	2,0	0,6	2,5	1,3	5,0
Sul	**1,2**	**1,7**	**1,0**	**1,3**	**1,2**	**3,5**
Paraná	1,5	2,8	1,4	1,2	1,2	4,7
Santa Catarina	0,4	0,9	0,3	2,7	1,3	2,0
Rio Grande do Sul	1,4	1,1	1,0	0,3	1,2	3,4
Centro – Oeste	**1,3**	**2,3**	**1,1**	**3,0**	**2,4**	**6,5**
Mato Grosso do Sul	2,5	3,1	0,4	0,0	2,4	3,0
Mato Grosso	1,1	1,0	1,8	4,4	2,8	7,1
Goiás	1,2	3,4	1,4	2,6	2,3	7,0
Distrito Federal	0,8	0,0	0,4	5,0	2,0	8,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

O que foi dito anteriormente pode também ser visualizado no Gráfico a seguir.

Gráfico 3.5: Analfabetismo segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

3.2 ESCOLARIZAÇÃO: FREQÜÊNCIA À ESCOLA

Estatísticas oficiais sobre a escolarização da população brasileira na atualidade evidenciam que, *na faixa dos 7 aos 14 anos, o acesso à escola está praticamente universalizado (96,5%), incluindo as áreas rurais, onde 94,7% das crianças freqüentam alguma instituição de ensino.*[15]

Analisando a situação dos jovens do Brasil (15 a 24 anos), o otimismo decresce. O percentual dos que freqüentam a escola é inferior a 50% na maior parte das UFs. A freqüência à escola diminui, sobretudo com o aumento da faixa etária, em todas as regiões e UFs, como se pode observar a seguir.

Tabela 3.9: Escolarização bruta dos jovens segundo faixa etária por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Escolarização bruta			
	15 a 24 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
BRASIL	48,6	81,1	51,4	26,2
Norte	51,6	80,1	57,8	30,4

continua...

[15] IBGE, 2003, *op. cit.*, p. 13.

...continuação

Rondônia	43,6	77,9	44,5	18,6
Acre	56,1	73,6	64,2	38,9
Amazonas	52,9	83,4	60,8	29,0
Roraima	52,8	89,6	59,0	26,8
Pará	51,0	77,6	57,3	31,1
Amapá	58,4	86,2	70,0	47,9
Tocantins	52,5	82,8	57,4	28,3
Nordeste	**51,3**	**79,3**	**56,1**	**28,9**
Maranhão	51,4	78,4	53,9	27,7
Piauí	54,9	82,1	55,2	34,2
Ceará	50,9	80,5	56,2	27,8
Rio Grande do Norte	49,7	80,4	56,7	26,2
Paraíba	49,7	78,7	53,3	26,9
Pernambuco	47,4	74,0	52,9	26,3
Alagoas	49,0	77,6	52,4	28,1
Sergipe	51,5	76,8	60,3	29,9
Bahia	54,1	82,1	59,8	31,4
Sudeste	**47,3**	**83,6**	**49,3**	**24,0**
Minas Gerais	43,9	78,9	46,1	20,3
Espírito Santo	42,6	72,1	47,1	21,9
Rio de Janeiro	50,8	85,8	54,2	29,5
São Paulo	48,0	86,3	49,3	23,9
Sul	**46,0**	**78,9**	**44,7**	**25,1**
Paraná	44,0	75,1	42,3	24,1
Santa Catarina	48,4	83,2	49,5	26,1
Rio Grande do Sul	46,4	80,1	44,6	25,4
Centro – Oeste	**47,4**	**80,2**	**50,6**	**26,5**
Mato Grosso do Sul	39,8	75,1	35,4	19,4
Mato Grosso	43,8	77,1	46,4	23,1
Goiás	49,0	81,1	54,6	26,9
Distrito Federal	54,9	87,0	59,7	35,7

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Observa-se que é na faixa dos 15 aos 17 anos que os jovens mais freqüentam a escola, possivelmente devido não só à baixa inserção no mercado de trabalho, mas à defasagem escolar em que muitos se encontram – ocasionada, não raro, por problemas históricos como evasão e repetência.

Como vimos no tópico anterior, a partir dos 18 anos o contingente de jovens que deixa os estudos para trabalhar vai aumentando, sobretudo na faixa dos 20 aos 24 anos, onde 47,7% – segundo indi-

cadores da PNAD/IBGE – tinham o trabalho como atividade exclusiva em 2001.[16]

A análise da situação por região mostra que a maior porcentagem de jovens que freqüenta a escola (escolarização bruta) está normalmente nas regiões mais pobres, Norte e Nordeste – onde índices de evasão e repetência costumam ser maiores e a defasagem escolar se apresenta mais acentuada.

O ordenamento a seguir detalha o anteriormente explicitado, apresentando a taxa de escolarização bruta (freqüência à escola) por unidades federativas, nas diferentes faixas etárias.

Tabela 3.10: Ordenamento das UFs segundo escolarização bruta dos jovens por faixa etária (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	%	Posição Geral da UF	%	Posição	%	Posição	%	Posição
Amapá	58,4	1º	86,2	3º	70,0	1º	47,9	1º
Acre	56,1	2º	73,6	26º	64,2	2º	38,9	2º
Piauí	54,9	3º	82,1	9º	55,2	12º	34,2	4º
Distrito Federal	54,9	4º	87,0	2º	59,7	6º	35,7	3º
Bahia	54,1	5º	82,1	10º	59,8	5º	31,4	5º
Amazonas	52,9	6º	83,4	6º	60,8	3º	29,0	9º
Roraima	52,8	7º	89,6	1º	59,0	7º	26,8	16º
Tocantins	52,5	8º	82,8	8º	57,4	8º	28,3	10º
Sergipe	51,5	9º	76,8	22º	60,3	4º	29,9	7º
Maranhão	51,4	10º	78,4	17º	53,9	15º	27,7	13º
Pará	51,0	11º	77,6	19º	57,3	9º	31,1	6º
Ceará	50,9	12º	80,5	12º	56,2	11º	27,8	12º
Rio de Janeiro	50,8	13º	85,8	5º	54,2	14º	29,5	8º
Rio Grande do Norte	49,7	14º	80,4	13º	56,7	10º	26,2	18º
Paraíba	49,7	15º	78,7	16º	53,3	16º	26,9	13º
Alagoas	49,0	16º	77,6	20º	52,4	18º	28,1	11º
Goiás	49,0	17º	81,1	11º	54,6	13º	26,9	14º

continua...

[16] PNAD/IBGE, 2001, *op. cit.*

...continuação

Santa Catarina	48,4	18º	83,2	7º	49,5	19º	26,1	19º
São Paulo	48,0	19º	86,3	2º	49,3	20º	23,9	22º
Pernambuco	47,4	20º	74,0	25º	52,9	17º	26,3	17º
Rio Grande do Sul	46,4	21º	80,1	14º	44,6	24º	25,4	20º
Paraná	44,0	22º	75,1	23º	42,3	26º	24,1	21º
Minas Gerais	43,9	23º	78,9	15º	46,1	23º	20,3	25º
Mato Grosso	43,8	24º	77,1	21º	46,4	22º	23,1	23º
Rondônia	43,6	25º	77,9	18º	44,5	25º	18,6	27º
Espírito Santo	42,6	26º	72,1	27º	47,1	21º	21,9	24º
Mato Grosso do Sul	39,8	27º	75,1	24º	35,4	27º	19,4	26º

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Percebe-se que, na maior parte das unidades federativas, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, mais de 50% dos jovens não freqüentam a escola. Mais grave ainda se torna a situação quando levamos em conta que, entre os que estão na escola, na faixa etária aludida, mais de 60% não se encontram nas séries correspondentes às idades que possuem. O problema da distorção série/idade ou atraso escolar num país como o Brasil é preocupante. *(...) em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para o ingresso no ensino fundamental e a de 14 para a conclusão. A faixa etária correta para o ensino médio vai de 15 a 17 anos. Esse indicador permite relacionar o percentual de alunos, em cada série, que se encontra em idade superior à recomendada.*[17]

Não obstante os avanços obtidos legalmente com a expansão da educação básica, que inclui desde a educação infantil até o ensino médio, com efetivo crescimento da matrícula neste último nível de ensino, chegar à última etapa da educação básica e concluir todas as séries correspondentes continua sendo um desafio para os nossos jovens.

[17] ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Ensino médio:* múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003, p. 26.

JOVENS BRASILEIROS E ENSINO MÉDIO: DESAFIOS DA ATUALIDADE[18]

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96) o ensino médio passou a fazer parte da educação básica no Brasil, abrindo aos jovens a possibilidade de acesso a um nível de escolaridade mais elevado. Com a prioridade conferida à universalização do ensino básico, criou-se uma nova e expressiva demanda por essa etapa, materializada pelo crescimento das matrículas: segundo dados do censo escolar divulgado pelo Ministério da Educação – MEC, em 2000, o número de alunos matriculados no ensino médio cresceu 5,4% em relação ao ano de 1999. (...)

Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, sobre a educação no Brasil em 2001, já é possível identificar tendências de melhorias no aproveitamento dos alunos da educação básica, incluindo o ensino médio. Nesse nível, houve uma evolução da taxa de aprovação dos alunos, de 71,6% para 75,8% entre 1996 e 2000, e uma diminuição no número de reprovações, de 9,5% para 7,5% no mesmo período. A quantidade de alunos que abandonam a escola também tem diminuído. Nesse mesmo intervalo de tempo ela caiu de 18,9% para 16,7%.

Embora a melhora desses indicadores represente um aumento no número de concluintes da educação básica, chegar ao ensino médio continua sendo um desafio para grande parte dos jovens. Em cada 100 daqueles que ingressam no ensino fundamental, apenas 59 conseguem concluí-la e apenas 40 alcançam o diploma do ensino médio. Apesar dos avanços ocorridos entre 1996 e 2000, esse nível de ensino ainda concentra os maiores índices de distorção idade-série, 53,3%. Em 1996, o número de alunos do ensino médio em atraso escolar era de 55,2% (INEP).

Miriam Abramovay
Professora da Universidade Católica de Brasília
Mary Castro
Pesquisadora da UNESCO no Brasil

As distorções assinaladas se estendem além do ensino médio. Na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos, era de esperar que os jovens pesquisados estivessem cursando, no mínimo, o ensino médio ou cor-

[18] *Idem,* pp. 25-26.

respondente, seja no formato regular ou supletivo, ou estivessem em níveis mais adiantados. Mas essa não é a realidade.

Existe uma diferença entre a escolarização bruta (que inclui todos os níveis de ensino – fundamental, médio e superior) e a escolarização adequada (que abrange a formação obtida do ensino médio em diante) entre os jovens de 15 a 24 anos. Uma comparação entre os dois tipos de escolarização, a partir da Tabela a seguir, permite observar a defasagem escolar entre os nossos jovens. Assim sendo, neste estudo, os dados utilizados para cálculo do IDJ consideraram, para melhor refletir a realidade do jovem, o que aqui estamos chamando de escolarização adequada.

Tabela 3.11: Escolarização bruta e escolarização adequada dos jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Escolarização bruta (%)	Escolarização adequada (%)	Escolarização defasada (%)
BRASIL	**48,6**	**29,2**	**19,4**
Norte	**51,6**	**26,6**	**25,0**
Rondônia	43,6	25,2	18,4
Acre	56,1	30,6	25,5
Amazonas	52,9	27,0	25,9
Roraima	52,8	33,1	19,7
Pará	51,0	25,6	25,4
Amapá	58,4	32,4	26,0
Tocantins	52,5	26,0	26,5
Nordeste	**51,3**	**21,6**	**29,7**
Maranhão	51,4	20,0	31,4
Piauí	54,9	23,3	31,6
Ceará	50,9	24,3	26,6
Rio Grande do Norte	49,7	25,2	24,5
Paraíba	49,7	18,7	31,0
Pernambuco	47,4	21,8	25,6
Alagoas	49,0	16,2	32,8
Sergipe	51,5	23,5	28,0
Bahia	54,1	21,2	32,9
Sudeste	**47,3**	**33,4**	**13,9**
Minas Gerais	43,9	28,0	15,9

continua...

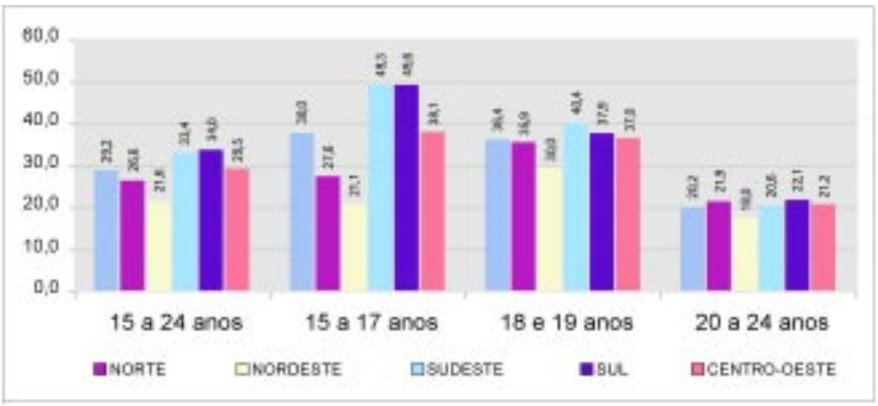
...continuação

Espírito Santo	42,6	29,7	12,9
Rio de Janeiro	50,8	33,4	17,4
São Paulo	48,0	36,4	11,6
Sul	**46,0**	**34,0**	**12,0**
Paraná	44,0	33,4	10,6
Santa Catarina	48,4	36,3	12,1
Rio Grande do Sul	46,4	33,2	13,2
Centro – Oeste	**47,4**	**29,5**	**17,9**
Mato Grosso do Sul	39,8	24,5	15,3
Mato Grosso	43,8	26,3	17,5
Goiás	49,0	29,6	19,4
Distrito Federal	**54,9**	**37,7**	**17,2**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Observando, por estratificação nas faixas etárias, o percentual de jovens que freqüenta o ensino médio ou mais (graduação, mestrado, doutorado...) é bastante reduzido. Na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos, por exemplo, em três regiões, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, os percentuais dos que freqüentam o ensino médio em diante não ultrapassam a casa dos 30%.

Gráfico 3.6: Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

À exceção de Goiás, em todas as unidades federativas a proporção de jovens que freqüenta o ensino médio em diante diminui com o aumento da faixa etária no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Já nos esta-

dos do Norte e Nordeste, com exceção de Rondônia e Acre, a tendência é haver um crescimento entre os 18 e 19 anos, embora na faixa dos 20 aos 24 anos os percentuais voltem a diminuir numa margem aproximada ou superior à das três regiões citadas. Essa diminuição se verifica sobretudo no Nordeste, mormente nos Estados de Alagoas (14,1%), Paraíba (16,6%) e Pernambuco (16,9%).

Tabela 3.12: Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Escolarização adequada			
	15 a 24 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 a 24 anos
BRASIL	**29,2**	**38,0**	**36,4**	**20,2**
Norte	**26,6**	**27,6**	**35,9**	**21,9**
Rondônia	25,2	34,4	31,3	15,8
Acre	30,6	29,1	39,0	27,5
Amazonas	27,0	30,7	35,3	20,9
Roraima	33,1	41,7	45,8	21,9
Pará	25,6	23,0	35,6	22,6
Amapá	32,4	26,2	42,5	30,9
Tocantins	26,0	29,6	36,0	18,7
Nordeste	**21,6**	**21,1**	**30,0**	**18,0**
Maranhão	20,0	18,3	27,5	17,5
Piauí	23,3	22,1	29,7	21,3
Ceará	24,3	25,2	34,5	19,1
Rio Grande do Norte	25,2	29,8	35,0	17,6
Paraíba	18,7	19,2	22,6	16,6
Pernambuco	21,8	22,5	31,4	16,9
Alagoas	16,2	14,2	24,0	14,1
Sergipe	23,5	19,9	34,1	21,3
Bahia	21,2	19,5	29,4	18,6
Sudeste	**33,4**	**49,3**	**40,4**	**20,6**
Minas Gerais	28,0	38,3	37,0	17,2
Espírito Santo	29,7	43,0	37,4	17,8
Rio de Janeiro	33,4	45,2	39,7	24,0
São Paulo	36,4	56,6	42,6	21,3
Sul	**34,0**	**49,6**	**37,9**	**22,1**
Paraná	33,4	49,5	36,4	21,4
Santa Catarina	36,3	55,0	42,3	22,1
Rio Grande do Sul	33,2	46,5	36,9	22,9
Centro – Oeste	**29,5**	**38,1**	**37,0**	**21,2**
Mato Grosso do Sul	24,5	36,0	27,7	15,8
Mato Grosso	26,3	38,5	31,3	17,1
Goiás	29,6	36,0	39,1	21,6
Distrito Federal	37,7	45,4	46,8	29,6

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Tabela 3.13: Ordenamento das UFs segundo escolarização adequada por faixa etária (%)

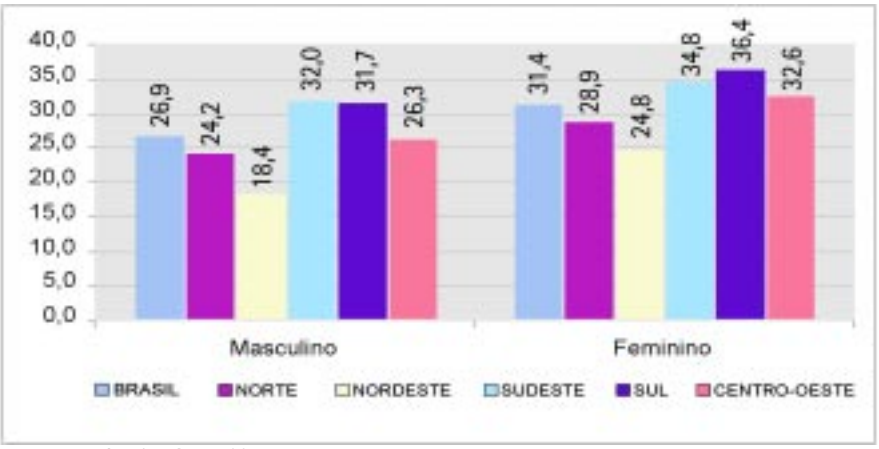
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	%	Posição Geral da UF	%	Posição	%	Posição	%	Posição
Distrito Federal	37,7	1º	45,4	5º	46,8	1º	29,6	2º
São Paulo	36,4	2º	56,6	1º	42,6	3º	21,3	11º
Santa Catarina	36,3	3º	55,0	2º	42,3	5º	22,1	7º
Rio de Janeiro	33,4	4º	45,2	6º	39,7	6º	24,0	4º
Paraná	33,4	5º	49,5	3º	36,4	12º	21,4	1º
Rio Grande do Sul	33,2	6º	46,5	4º	36,9	11º	22,9	5º
Roraima	33,1	7º	41,7	8º	45,8	2º	21,9	8º
Amapá	32,4	8º	26,2	18º	42,5	4º	30,9	1º
Acre	30,6	9º	29,1	17º	39,0	8º	27,5	3º
Espírito Santo	29,7	10º	43,0	7º	37,4	9º	17,8	18º
Goiás	29,6	11º	36,0	11º	39,1	7º	21,6	9º
Minas Gerais	28,0	12º	38,3	10º	37,0	10º	17,2	21º
Amazonas	27,0	13º	30,7	14º	35,3	15º	20,9	14º
Mato Grosso	26,3	14º	38,5	9º	31,3	20º	17,1	22º
Tocantins	26,0	15º	29,6	16º	36,0	13º	18,7	16º
Pará	25,6	16º	23,0	20º	35,6	14º	22,6	6º
Rondônia	25,2	17º	34,4	13º	31,3	21º	15,8	25º
Rio Grande do Norte	25,2	18º	29,8	15º	35,0	16º	17,6	19º
Mato Grosso do Sul	24,5	19º	36,0	12º	27,7	24º	15,8	26º
Ceará	24,3	20º	25,2	19º	34,5	17º	19,1	15º
Sergipe	23,5	21º	19,9	23º	34,1	18º	21,3	12º
Piauí	23,3	22º	22,1	22º	29,7	22º	21,3	13º
Pernambuco	21,8	23º	22,5	21º	31,4	19º	16,9	23º
Bahia	21,2	24º	19,5	24º	29,4	23º	18,6	17º
Maranhão	20,0	25º	18,3	26º	27,5	25º	17,5	20º
Paraíba	18,7	26º	19,2	25º	22,6	27º	16,6	24º
Alagoas	16,2	27º	14,2	27º	24,0	26º	14,1	27º

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Relacionando escolarização adequada com o sexo dos jovens, outras observações podem ser feitas. No geral, mulheres têm maior freqüência do que os homens. Na faixa mais ampla dos 15 aos 24 anos,

a porcentagem de mulheres que freqüenta o ensino médio em diante é ligeiramente maior do que a dos homens, em todas as regiões. Entre as mulheres, os níveis de escolarização adequada são menores nas regiões Nordeste (24,8%) e Norte (28,9%). Entre os homens, esses índices são, respectivamente, 18,4% e 24,2%.

Gráfico 3.7: Escolarização adequada dos jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Na estratificação por faixas etárias, a tendência anteriormente assinalada se confirma: em todas as regiões os homens freqüentam menos o ensino médio em diante do que as mulheres.

Gráfico 3.8: Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e sexo por regiões (%)

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Detalhando o panorama anterior por unidades federativas, há algumas exceções. Mulheres, em relação aos homens, freqüentam menos o ensino médio em diante no Amapá (na faixa dos 15 aos 17 anos), em Rondônia, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso (entre 18 e 19 anos) e no Acre e Amapá (entre 20 e 24 anos).

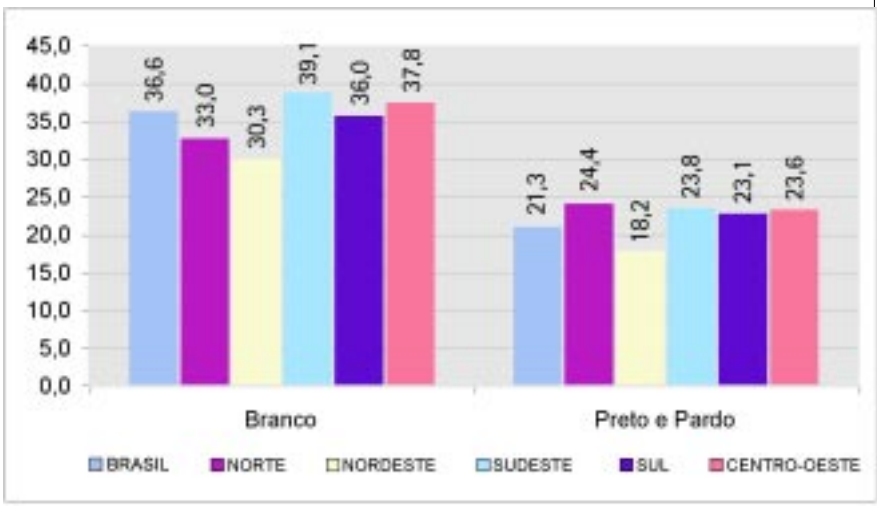
Tabela 3.14: Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLARIZAÇÃO ADEQUADA							
	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
BRASIL	**26,9**	**31,4**	**33,4**	**42,7**	**34,5**	**38,2**	**19,1**	**21,3**
Norte	**24,2**	**28,9**	**22,3**	**32,9**	**34,5**	**37,2**	**20,9**	**22,8**
Rondônia	23,9	26,4	32,4	36,3	32,7	29,9	14,3	17,3
Acre	27,9	33,2	21,5	36,6	34,9	43,4	29,1	26,1
Amazonas	23,9	30,0	23,9	37,4	34,8	35,8	19,0	22,8
Roraima	31,0	35,7	36,8	48,9	47,5	44,2	20,6	23,5
Pará	23,2	27,8	18,4	27,5	33,7	37,2	21,7	23,5
Amapá	36,6	29,0	26,9	25,7	41,2	43,5	37,4	25,0
Tocantins	21,8	30,5	21,6	38,8	33,1	39,2	16,1	21,2
Nordeste	**18,4**	**24,8**	**16,8**	**25,5**	**25,5**	**34,4**	**16,2**	**19,9**
Maranhão	16,9	23,2	16,5	19,9	22,2	33,3	14,3	20,8
Piauí	20,0	26,5	18,7	25,5	26,9	32,7	17,8	24,5
Ceará	21,8	26,7	21,6	28,8	29,7	38,9	18,4	19,8
Rio Grande do Norte	21,1	29,2	23,9	35,4	31,4	38,0	14,8	20,4
Paraíba	14,5	23,0	11,4	27,9	19,3	25,9	14,7	18,3
Pernambuco	19,1	24,4	18,4	27,0	27,3	35,0	15,9	17,8
Alagoas	12,1	20,0	8,9	19,6	21,0	27,0	10,5	17,4
Sergipe	17,5	28,7	13,5	25,7	23,1	43,8	17,7	24,2
Bahia	18,3	24,3	15,1	24,2	25,2	33,9	17,3	20,0
Sudeste	**32,0**	**34,8**	**44,9**	**53,5**	**40,3**	**40,5**	**20,3**	**21,0**
Minas Gerais	25,0	30,9	33,3	43,1	33,1	40,5	16,3	18,1
Espírito Santo	25,8	33,5	38,5	47,2	30,5	44,5	15,9	19,7
Rio de Janeiro	32,0	34,7	40,0	49,9	40,1	39,3	23,8	24,3
São Paulo	36,0	36,8	52,7	60,4	44,5	40,6	21,4	21,1
Sul	**31,7**	**36,4**	**45,1**	**54,3**	**36,3**	**39,5**	**20,5**	**23,8**
Paraná	31,4	35,6	46,0	53,4	35,3	37,6	19,3	23,4
Santa Catarina	34,2	38,5	49,8	60,2	40,7	44,2	21,0	23,2
Rio Grande do Sul	30,6	35,9	41,5	51,7	34,8	39,1	21,3	24,6
Centro – Oeste	**26,3**	**32,6**	**32,4**	**43,9**	**34,3**	**39,7**	**19,1**	**23,2**
Mato Grosso do Sul	21,5	27,7	30,4	42,3	26,4	29,1	13,2	18,4
Mato Grosso	26,2	26,4	36,4	40,9	35,7	26,3	15,8	18,4
Goiás	25,7	33,4	29,9	41,9	34,3	43,6	19,7	23,5
Distrito Federal	33,0	41,6	36,0	54,0	40,8	52,1	27,6	31,1

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Desigualdades significativas também são observadas quando o foco de análise é a escolarização adequada por cor, entre brancos, de um lado (36,6%), e pretos/pardos (21,3%), de outro. A freqüência ao ensino médio em diante é maior entre os brancos do que entre os pretos/pardos, sobretudo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

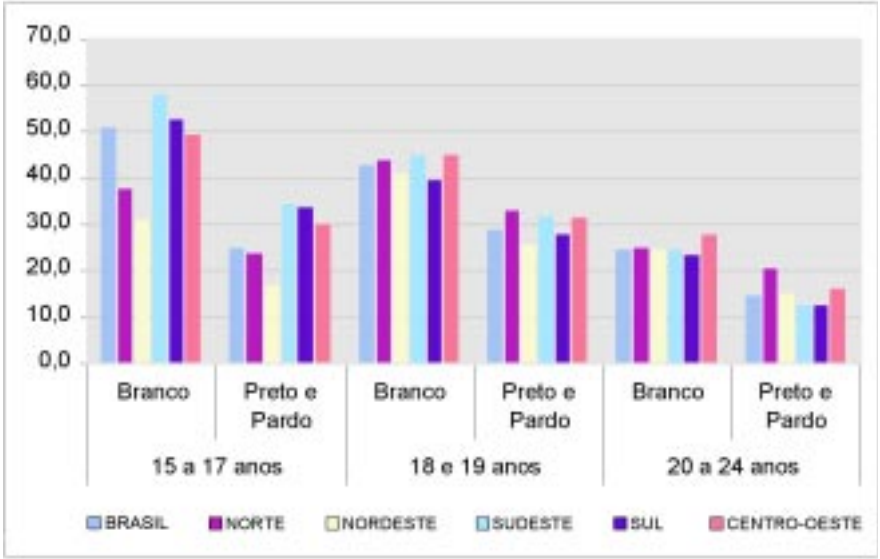
Gráfico 3.9: Escolarização adequada dos jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Na estratificação por faixas etárias, a tendência observada dos 15 aos 24 anos não só se confirma, como normalmente se acentua, com o aumento da idade. Negros e pardos freqüentam menos o ensino médio em diante do que os brancos.

Gráfico 3.10: Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Observando ainda a freqüência ao ensino médio em diante, entre os jovens brasileiros nas diferentes faixas etárias por cor, fica evidente que, dos 20 aos 24 anos, estão os menores índices de escolarização adequada, seja entre brancos ou entre pretos/pardos.

Tabela 3.15: Escolarização adequada segundo faixa etária e cor por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLARIZAÇÃO ADEQUADA							
	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**36,6**	**21,3**	**51,1**	**25,2**	**43,2**	**29,2**	**24,8**	**15,0**
Norte	**33,0**	**24,4**	**37,9**	**24,0**	**44,1**	**33,0**	**25,0**	**20,8**
Rondônia	29,9	22,8	47,5	26,5	25,4	34,9	18,3	14,5
Acre	38,0	28,1	37,5	26,1	44,5	37,5	35,8	24,6
Amazonas	34,2	24,2	40,9	27,4	43,6	31,3	25,7	19,0
Roraima	36,8	32,1	41,6	41,8	60,0	41,8	24,3	21,5
Pará	31,8	23,5	32,6	19,7	46,3	32,3	25,4	21,7
Amapá	39,2	30,8	35,3	22,9	75,0	38,9	35,2	29,7

continua...

...continuação

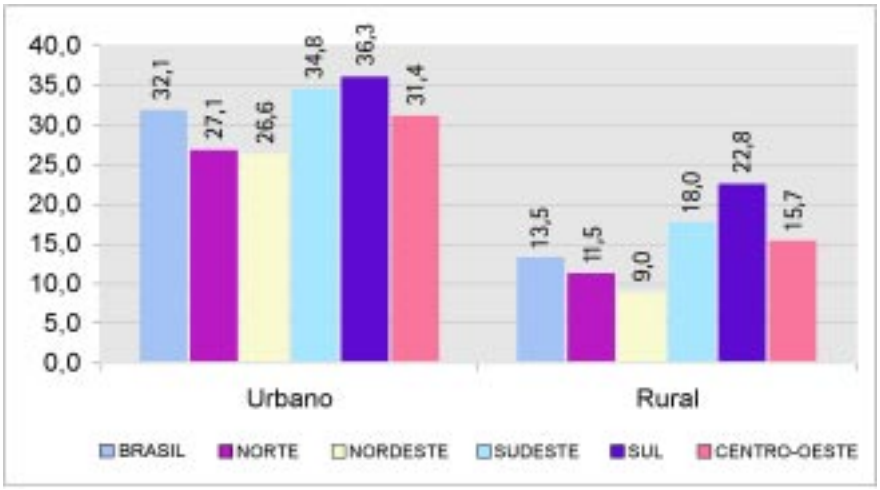
Tocantins	33,7	23,6	40,8	26,0	50,0	31,6	21,0	18,0
Nordeste	**30,3**	**18,2**	**31,5**	**17,3**	**41,1**	**25,8**	**24,8**	**15,3**
Maranhão	34,3	15,7	34,3	13,4	44,4	22,5	28,7	14,0
Piauí	34,2	19,8	35,9	18,6	48,3	23,3	27,0	19,3
Ceará	32,7	20,2	32,7	21,8	46,2	29,4	27,4	14,5
Rio Grande do Norte	33,6	19,7	44,2	21,3	42,0	30,7	23,8	13,2
Paraíba	27,6	14,3	30,4	13,9	31,5	19,0	24,4	12,2
Pernambuco	27,6	18,6	28,5	19,2	40,8	26,1	20,7	14,9
Alagoas	24,6	12,9	30,9	9,1	28,4	22,4	20,0	11,4
Sergipe	34,0	20,0	25,3	17,8	46,5	29,4	33,6	17,6
Bahia	28,9	19,2	27,9	17,4	38,9	26,9	24,9	17,0
Sudeste	**39,1**	**23,8**	**58,5**	**34,8**	**45,3**	**32,0**	**24,9**	**12,9**
Minas Gerais	34,9	21,4	50,4	27,5	42,4	31,7	22,0	12,5
Espírito Santo	41,0	21,9	60,0	32,7	45,2	31,8	28,3	9,9
Rio de Janeiro	41,2	23,0	56,3	30,2	47,0	29,8	29,9	16,2
São Paulo	39,8	26,6	61,7	43,7	45,7	33,5	24,3	11,9
Sul	**36,0**	**23,1**	**52,7**	**33,8**	**39,7**	**28,2**	**23,7**	**12,6**
Paraná	35,2	26,4	53,9	36,5	36,8	33,9	22,8	13,9
Santa Catarina	38,0	16,8	57,1	28,6	44,6	11,5	23,0	12,0
Rio Grande do Sul	35,4	19,5	49,0	30,6	39,3	22,2	24,8	11,0
Centro – Oeste	**37,8**	**23,6**	**49,6**	**30,1**	**45,1**	**31,6**	**27,9**	**16,4**
Mato Grosso do Sul	34,5	13,2	50,2	19,4	34,8	19,1	24,2	7,1
Mato Grosso	33,5	22,6	48,1	33,6	38,0	29,0	23,2	13,6
Goiás	37,6	24,1	47,4	28,4	49,8	32,1	26,9	17,8
Distrito Federal	46,3	31,5	56,1	38,0	52,6	42,7	38,5	23,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

No que diz respeito à freqüência à escola por situação rural/urbana, mais uma vez, para efeitos comparativos dos dados entre regiões, anote-se que, no Norte, a amostra da PNAD não contempla seis dos sete estados dessa região na zona rural. E, assim sendo, em todos os gráficos/tabelas os dados da zona assinalada inexistem, exceto em Tocantins.

Na faixa mais ampla que vai dos 15 aos 24 anos, tanto na zona urbana quanto na rural, as taxas de escolarização adequada são superiores nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O Nordeste tem a menor taxa de escolarização adequada: 9,0% (área rural) e 26,6% (área urbana).

Gráfico 3.11: Escolarização adequada dos jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)

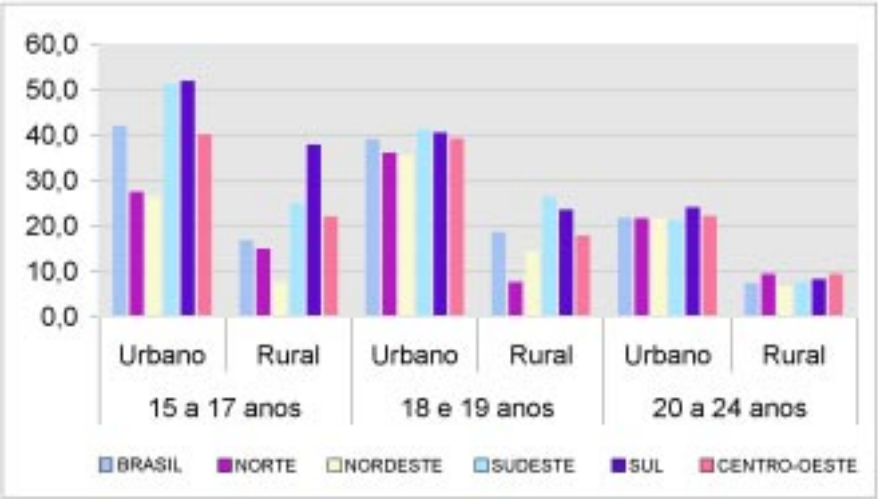


Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Mas é na zona rural de todas as regiões que a escolarização se apresenta mais comprometida. Observando as taxas de escolarização adequada por estratificação nas faixas etárias, a situação se agrava com o aumento da idade, sobretudo na faixa que vai dos 20 aos 24 anos. De certa forma, esse já é um fenômeno conhecido: *(...) a entrada prematura no mercado de trabalho faz com que muitos jovens abandonem a escola (...) essa situação é corriqueira para muitos países da América Latina. No Brasil, por exemplo, 36% dos jovens de 13 a 17 anos de idade trabalham em alguma atividade e, destes, 61% trabalham na área rural.*[20]

[20] ABRAMOVAY *et alii*, 2002, *op. cit*., p. 49.

Gráfico 3.12: Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Detalhando o que até agora foi dito, a Tabela seguinte apresenta as taxas de escolarização adequada dos jovens, nas zonas rural e urbana, nas diferentes faixas etárias.

Tabela 3.16: Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLARIZAÇÃO ADEQUADA							
	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 e 19 anos		20 a 24 anos	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
BRASIL	**32,1**	**13,5**	**42,5**	**17,3**	**39,6**	**19,1**	**22,3**	**7,7**
Norte	**27,1**	**11,5**	**28,0**	**15,5**	**36,6**	**8,0**	**22,2**	**9,7**
Rondônia	25,2	--	34,4	--	31,3	--	15,8	--
Acre	30,6	--	29,1	--	39,0	--	27,5	--
Amazonas	27,0	--	30,7	--	35,3	--	20,9	--
Roraima	33,1	--	41,7	--	45,8	--	21,9	--
Pará	25,6	--	23,0	--	35,6	--	22,6	--
Amapá	32,4	--	26,2	--	42,5	--	30,9	--
Tocantins	30,8	11,5	34,8	15,5	42,3	8,0	21,8	9,7
Nordeste	**26,6**	**9,0**	**27,0**	**7,8**	**36,0**	**14,7**	**22,0**	**7,1**
Maranhão	26,5	6,8	25,7	4,4	36,4	8,5	21,9	8,1
Piauí	33,4	5,6	32,6	4,8	41,6	11,1	30,5	3,5
Ceará	27,4	14,1	29,8	11,5	37,3	24,7	21,4	11,5

continua...

...continuação

Rio Grande do Norte	29,0	13,7	35,7	13,9	37,8	25,8	20,7	8,1
Paraíba	22,3	8,8	23,2	9,4	25,2	14,8	20,3	5,6
Pernambuco	25,5	10,7	27,2	10,0	35,9	18,5	19,8	7,1
Alagoas	20,7	6,5	19,4	5,4	29,8	11,4	17,8	5,2
Sergipe	27,1	8,5	24,8	4,6	39,0	11,9	23,3	11,0
Bahia	27,3	7,7	25,8	7,4	37,4	12,1	23,8	5,9
Sudeste	**34,8**	**18,0**	**51,7**	**25,5**	**41,7**	**26,8**	**21,7**	**8,0**
Minas Gerais	30,7	13,0	42,8	17,9	39,8	20,5	19,1	5,1
Espírito Santo	33,3	14,2	48,3	25,3	42,9	10,0	20,1	6,9
Rio de Janeiro	34,1	13,0	45,8	23,4	40,5	17,2	24,7	7,4
São Paulo	37,0	26,4	57,8	37,3	42,8	39,2	21,8	11,8
Sul	**36,3**	**22,8**	**52,4**	**38,4**	**41,0**	**24,0**	**24,5**	**8,6**
Paraná	35,7	23,1	52,5	38,7	40,3	21,1	23,4	9,0
Santa Catarina	39,4	22,5	59,5	36,8	45,8	28,0	24,7	8,7
Rio Grande do Sul	35,2	22,8	48,2	39,0	39,0	25,0	25,4	8,2
Centro – Oeste	**31,4**	**15,7**	**40,6**	**22,5**	**39,7**	**18,4**	**22,7**	**9,8**
Mato Grosso do Sul	25,9	15,1	38,5	23,4	30,0	11,8	16,7	9,0
Mato Grosso	30,4	10,3	43,8	19,8	37,7	10,3	20,2	3,5
Goiás	30,8	20,2	37,4	25,0	40,7	26,9	22,6	14,4
Distrito Federal	38,4	19,1	46,4	19,1	47,6	30,0	30,2	14,6

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

3.3 ANOS DE ESTUDO

Complementando o estudo sobre educação e juventude brasileira, julgamos necessário fazer algumas considerações sobre os anos de estudo dos jovens brasileiros. Embora esse indicador não venha a se constituir num elemento para composição do IDJ, as considerações aludidas se tornam, no mínimo, complementares para o estudo em foco, trazendo outras revelações acerca da defasagem escolar, problema que afeta fundamentalmente os setores menos favorecidos da população juvenil.

Tal como se encontra na PNAD 2001, *a classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava freqüentando ou havia freqüentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo.*[21]

[21] PNAD, 2001, *op. cit.*, p. 21.

Isso posto, a partir das análises até agora efetivadas, já era de se esperar que as médias de anos de estudo fossem maiores no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, regiões com menores índices de analfabetismo – comparativamente às regiões Norte e Nordeste do país.

Gráfico 3.13: Anos de estudo entre jovens de 15 a 24 anos por regiões (médias)

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

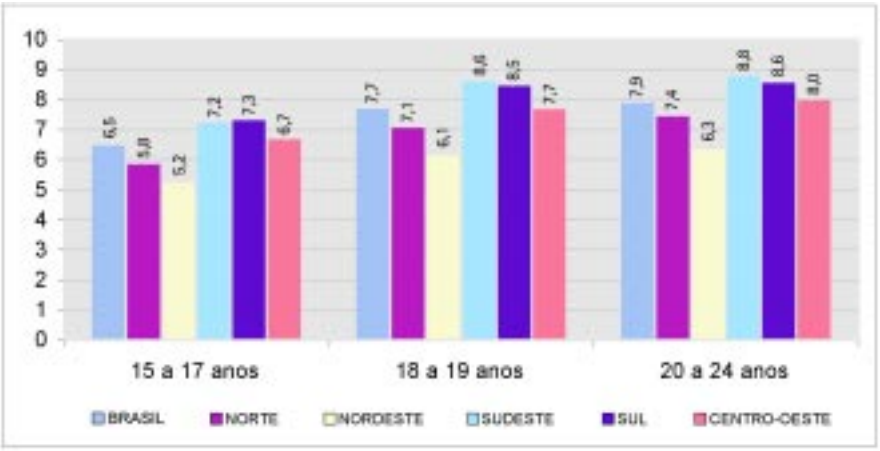
Apenas nas regiões Sul e Sudeste as médias de anos de estudos ultrapassam oito anos – quantitativo de anos correspondente ao ensino fundamental no país. No geral, a referida média é muito baixa. Em quase 75% das UFs sequer chega aos oito anos, em quaisquer das faixas etárias analisadas.

Tabela 3.17: Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária por regiões e UFs (médias)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos
BRASIL	**7,5**	**6,5**	**7,7**	**7,9**
Norte	**6,9**	**5,9**	**7,1**	**7,5**
Rondônia	7,1	6,5	7,2	7,5
Acre	7,0	6,0	7,5	7,5
Amazonas	7,2	6,1	7,3	7,9
Roraima	7,3	6,8	8,2	7,2
Pará	6,6	5,5	6,9	7,2
Amapá	8,2	6,4	8,0	8,7
Tocantins	6,8	6,0	7,1	7,2
Nordeste	**6,0**	**5,3**	**6,2**	**6,4**
Maranhão	5,7	5,0	6,0	6,2
Piauí	5,5	4,9	5,7	5,9
Ceará	6,4	5,8	6,7	6,8
Rio Grande do Norte	6,6	5,9	6,8	6,9
Paraíba	5,4	4,9	5,6	5,8
Pernambuco	6,3	5,5	6,6	6,7
Alagoas	4,9	4,5	5,2	5,0
Sergipe	6,3	5,1	6,6	6,9
Bahia	6,0	5,2	6,0	6,5
Sudeste	**8,3**	**7,3**	**8,7**	**8,8**
Minas Gerais	7,7	6,9	8,2	8,0
Espírito Santo	7,6	6,8	7,9	8,0
Rio de Janeiro	8,1	6,9	8,2	8,7
São Paulo	8,8	7,7	9,1	9,4
Sul	**8,2**	**7,4**	**8,5**	**8,6**
Paraná	8,2	7,3	8,6	8,6
Santa Catarina	8,4	7,7	8,7	8,8
Rio Grande do Sul	8,1	7,3	8,3	8,5
Centro – Oeste	**7,6**	**6,7**	**7,7**	**8,0**
Mato Grosso do Sul	7,6	6,7	7,9	8,1
Mato Grosso	7,3	6,8	7,3	7,6
Goiás	7,4	6,6	7,5	7,9
Distrito Federal	8,3	7,2	8,5	8,9

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 3.14: Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária por regiões (médias)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Indiscutivelmente, São Paulo é o estado que ocupa a melhor posição em relação à média de anos de estudo no país, em quaisquer das faixas etárias analisadas. As quatro médias mais baixas se localizam em estados do Nordeste: Maranhão, Piauí, Paraíba e Alagoas, nessa ordem.

Na faixa etária dos 15 a 24 anos, as mulheres apresentam maior média de anos de estudo em todas as regiões.

Gráfico 3.15: Anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Na estratificação por faixas etárias, a situação não é diferente. As mulheres continuam a ter, mesmo que de forma discreta, maior média de anos de estudo. Essa média aumenta nas UFs de regiões economicamente mais desenvolvidas: Sudeste, Sul e Centro-Oeste. É menor nas regiões mais pobres: Norte e Nordeste, nesta última consideravelmente, como pode ser visto a seguir.

Tabela 3.18: Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária e sexo por regiões e UFs (médias)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 a 19 anos		20 a 24 anos	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
BRASIL	**7,1**	**7,8**	**6,2**	**6,8**	**7,4**	**8,1**	**7,5**	**8,4**
Norte	**6,6**	**7,2**	**5,5**	**6,2**	**6,9**	**7,3**	**7,2**	**7,8**
Rondônia	7,0	7,2	6,2	6,8	7,2	7,2	7,5	7,6
Acre	6,6	7,3	5,5	6,4	7,4	7,5	7,1	7,8
Amazonas	6,9	7,5	5,6	6,5	7,1	7,4	7,7	8,2
Roraima	6,9	7,8	6,6	7,3	8,3	8,1	6,6	8,0
Pará	6,3	6,9	5,2	5,9	6,5	7,1	6,9	7,5
Amapá	8,2	8,2	6,9	6,0	7,6	8,3	8,6	8,8
Tocantins	6,3	7,3	5,5	6,6	6,9	7,3	6,6	7,8
Nordeste	**5,4**	**6,5**	**4,9**	**5,7**	**5,6**	**6,7**	**5,8**	**7,0**
Maranhão	5,1	6,3	4,7	5,3	5,3	6,7	5,4	7,0
Piauí	5,0	6,0	4,4	5,5	5,5	6,0	5,2	6,5
Ceará	5,9	6,9	5,5	6,1	6,1	7,1	6,1	7,4
Rio Grande do Norte	5,9	7,2	5,4	6,3	6,1	7,3	6,2	7,7
Paraíba	4,7	6,1	4,2	5,7	5,0	6,3	5,1	6,4
Pernambuco	5,7	6,8	5,1	5,9	6,1	7,0	6,1	7,2
Alagoas	4,4	5,3	4,1	4,9	4,6	5,9	4,6	5,4
Sergipe	5,5	6,9	4,6	5,7	5,8	7,3	6,1	7,6
Bahia	5,5	6,5	4,9	5,7	5,6	6,5	5,9	7,0
Sudeste	**8,0**	**8,6**	**7,1**	**7,5**	**8,4**	**8,9**	**8,5**	**9,1**
Minas Gerais	7,3	8,1	6,6	7,2	7,8	8,6	7,5	8,4
Espírito Santo	7,2	8,0	6,6	7,0	7,4	8,5	7,6	8,4
Rio de Janeiro	7,8	8,3	6,6	7,2	8,0	8,4	8,5	8,9
São Paulo	8,5	9,1	7,5	7,8	8,9	9,4	9,0	9,7
Sul	**7,9**	**8,5**	**7,2**	**7,6**	**8,2**	**8,8**	**8,3**	**8,9**
Paraná	7,9	8,5	7,1	7,5	8,2	8,9	8,3	9,0
Santa Catarina	8,2	8,7	7,4	7,9	8,4	9,0	8,6	9,0
Rio Grande do Sul	7,8	8,4	7,1	7,5	8,0	8,7	8,2	8,8
Centro – Oeste	**7,2**	**7,9**	**6,4**	**7,0**	**7,5**	**8,0**	**7,6**	**8,4**
Mato Grosso do Sul	7,2	8,0	6,3	7,1	7,8	8,1	7,6	8,5
Mato Grosso	7,1	7,5	6,6	6,9	7,2	7,4	7,4	7,8
Goiás	7,0	7,8	6,3	6,9	7,2	7,8	7,4	8,3
Distrito Federal	7,9	8,7	6,9	7,5	8,0	8,9	8,4	9,2

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

No que diz respeito ao maior contingente populacional de jovens que, na faixa dos 15 aos 24 anos, é representado por 50,4% de brancos e 49,1% de pretos e pardos, as desigualdades permanecem: são os primeiros que obtêm a maior média de anos de estudo em todas as regiões, notadamente no Sudeste (8,9), Sul (8,4) e Centro-Oeste (8,4). Os pretos e pardos são detentores da menor média, sobretudo no Norte (6,7) e no Nordeste (5,6). Na estratificação por faixa etária, a situação anteriormente descrita não sofre mudanças substanciais e pode ser visualizada, por regiões e unidades federativas, na Tabela que segue.

Tabela 3.19: Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária e cor por regiões e UFs (médias)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 a 19 anos		20 a 24 anos	
	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**8,4**	**6,5**	**7,3**	**5,8**	**8,7**	**6,8**	**9,0**	**6,8**
Norte	**7,6**	**6,7**	**6,5**	**5,7**	**7,9**	**6,9**	**8,2**	**7,2**
Rondônia	7,5	6,9	6,9	6,2	7,9	6,8	7,8	7,4
Acre	8,0	6,6	6,3	5,9	8,7	7,1	8,9	7,0
Amazonas	8,0	6,9	6,7	5,9	7,9	7,0	8,7	7,7
Roraima	8,5	7,1	7,0	6,8	9,4	8,0	9,3	6,8
Pará	7,3	6,4	6,1	5,3	7,6	6,6	8,0	6,9
Amapá	8,9	8,0	6,8	6,2	9,4	7,8	9,6	8,5
Tocantins	7,4	6,6	6,8	5,8	8,0	6,8	7,6	7,1
Nordeste	**7,0**	**5,6**	**5,9**	**5,0**	**7,3**	**5,8**	**7,5**	**5,9**
Maranhão	7,1	5,3	5,9	4,7	8,1	5,4	7,6	5,7
Piauí	6,6	5,2	5,9	4,7	7,3	5,2	6,8	5,6
Ceará	7,3	6,0	6,4	5,5	7,6	6,3	7,7	6,3
Rio Grande do Norte	7,5	5,9	6,6	5,5	7,4	6,4	8,1	6,1
Paraíba	6,6	4,9	5,8	4,5	6,9	5,2	7,1	5,0
Pernambuco	7,0	5,9	5,9	5,3	7,5	6,1	7,6	6,2
Alagoas	6,0	4,5	5,5	4,2	6,1	4,9	6,3	4,5
Sergipe	7,3	6,0	5,6	5,0	7,8	6,2	8,3	6,5
Bahia	6,8	5,8	5,7	5,1	6,8	5,9	7,5	6,2
Sudeste	**8,9**	**7,4**	**7,7**	**6,7**	**9,2**	**7,8**	**9,5**	**7,7**
Minas Gerais	8,4	7,0	7,4	6,4	8,9	7,5	8,8	7,2
Espírito Santo	8,5	7,0	7,5	6,3	8,6	7,5	9,0	7,3
Rio de Janeiro	8,7	7,2	7,5	6,2	8,8	7,3	9,4	7,7
São Paulo	9,1	7,9	7,9	7,2	9,4	8,4	9,8	8,1
Sul	**8,4**	**7,0**	**7,5**	**6,5**	**8,7**	**7,4**	**8,9**	**7,1**
Paraná	8,5	7,1	7,5	6,5	8,9	7,7	9,0	7,2

continua...

...continuação

Santa Catarina	8,5	6,8	7,7	6,7	8,8	6,4	8,9	6,9
Rio Grande do Sul	8,3	6,9	7,4	6,5	8,5	7,3	8,7	7,0
Centro – Oeste	**8,4**	**7,0**	**7,3**	**6,4**	**8,5**	**7,2**	**9,0**	**7,3**
Mato Grosso do Sul	8,4	6,8	7,4	5,8	8,4	7,4	9,0	7,1
Mato Grosso	8,2	6,9	7,3	6,5	8,1	7,0	8,7	7,0
Goiás	8,2	6,8	7,1	6,2	8,4	6,9	8,9	7,2
Distrito Federal	9,1	7,8	7,6	6,9	9,1	8,0	9,8	8,1

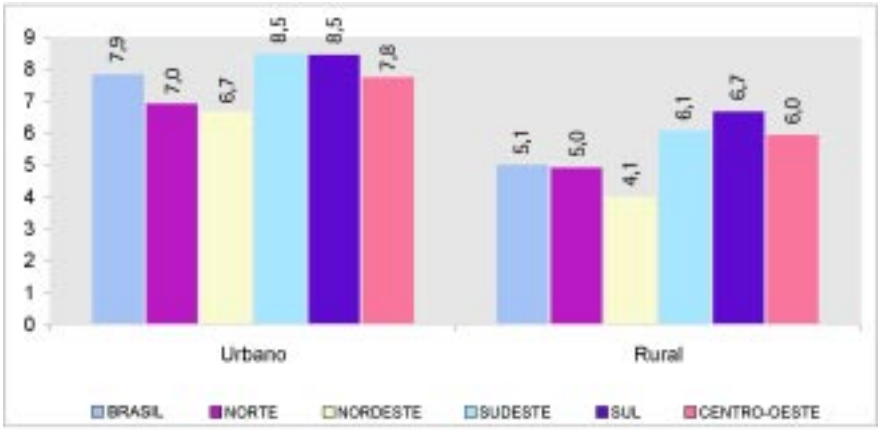
Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Especificamente no que diz respeito à média de anos de estudo por situação rural/urbana, mais uma vez seja enfatizado que os resultados apresentados na região Norte não refletem a realidade da zona rural – onde apenas no estado de Tocantins dados a esse respeito foram coletados.

A média de anos de estudo é maior na área urbana, em todas as regiões, conseguindo níveis mais altos no Sudeste (8,5), Sul (8,5) e Centro-Oeste (7,8). Como vem acontecendo no decorrer das análises empreendidas neste estudo, a maior desvantagem está no Nordeste (6,6).

Na zona rural – já esperado –, os níveis antes assinalados decaem em todas as regiões. As médias de anos de estudo no Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste são, respectivamente, 4,1, 6,1, 6,7 e 6,0.

Gráfico 3.16: Anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (médias)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

As comparações anteriormente feitas para os jovens compreendidos na faixa dos 15 aos 24 anos também se adequam para a análise por faixas etárias, no que diz respeito às desigualdades entre as regiões, por situação rural/urbana.

Tabela 3.20: Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões e UFs (médias)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 a 19 anos		20 a 24 anos	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
BRASIL	**7,9**	**5,1**	**6,8**	**5,0**	**8,1**	**5,6**	**8,5**	**4,9**
Norte	**7,0**	**5,0**	**5,9**	**4,9**	**7,2**	**4,8**	**7,6**	**5,1**
Rondônia	7,1	--	6,5	--	7,2	--	7,5	--
Acre	7,0	--	6,0	--	7,5	--	7,5	--
Amazonas	7,2	--	6,1	--	7,3	--	7,9	--
Roraima	7,3	--	6,8	--	8,2	--	7,2	--
Pará	6,6	--	5,5	--	6,9	--	7,2	--
Amapá	8,2	--	6,4	--	8,0	--	8,7	--
Tocantins	7,4	5,0	6,4	4,9	7,6	4,8	8,0	5,1
Nordeste	**6,6**	**4,1**	**5,8**	**4,0**	**6,7**	**4,5**	**7,3**	**3,9**
Maranhão	6,7	3,7	5,8	3,6	6,9	4,2	7,4	3,6
Piauí	6,8	3,3	6,0	3,1	7,0	3,7	7,3	3,2
Ceará	7,0	4,6	6,2	4,6	7,1	5,2	7,5	4,4
Rio Grande do Norte	7,1	5,0	6,2	4,8	7,1	5,7	7,6	4,8
Paraíba	6,1	3,7	5,4	3,7	6,1	4,3	6,6	3,4
Pernambuco	6,9	4,4	5,9	4,4	7,2	4,8	7,4	4,1
Alagoas	5,5	3,6	5,0	3,6	5,8	4,1	5,7	3,4
Sergipe	6,8	4,2	5,6	3,6	7,1	4,5	7,4	4,6
Bahia	6,8	4,1	5,8	4,2	6,8	4,3	7,5	3,9
Sudeste	**8,5**	**6,1**	**7,4**	**6,2**	**8,8**	**6,7**	**9,1**	**5,9**
Minas Gerais	8,1	5,6	7,1	5,7	8,5	6,2	8,4	5,1
Espírito Santo	8,0	5,8	7,1	5,8	8,4	5,9	8,5	5,7
Rio de Janeiro	8,2	5,6	6,9	5,9	8,3	5,3	8,8	5,6
São Paulo	8,9	7,1	7,7	7,1	9,2	7,7	9,5	6,8
Sul	**8,5**	**6,7**	**7,5**	**6,8**	**8,7**	**7,4**	**9,0**	**6,3**
Paraná	8,5	6,7	7,5	6,5	8,9	7,4	9,0	6,4
Santa Catarina	8,8	6,6	7,8	6,9	9,0	7,2	9,3	6,1
Rio Grande do Sul	8,3	6,9	7,3	7,0	8,5	7,6	8,8	6,4
Centro – Oeste	**7,8**	**6,0**	**6,9**	**5,9**	**7,9**	**6,3**	**8,3**	**6,0**
Mato Grosso do Sul	7,9	6,0	6,8	6,0	8,2	6,2	8,4	6,0
Mato Grosso	7,7	5,6	7,0	5,9	7,7	6,0	8,2	5,1
Goiás	7,6	6,2	6,7	5,7	7,6	6,4	8,1	6,4
Distrito Federal	8,4	7,3	7,2	7,0	8,5	7,4	8,9	7,5

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

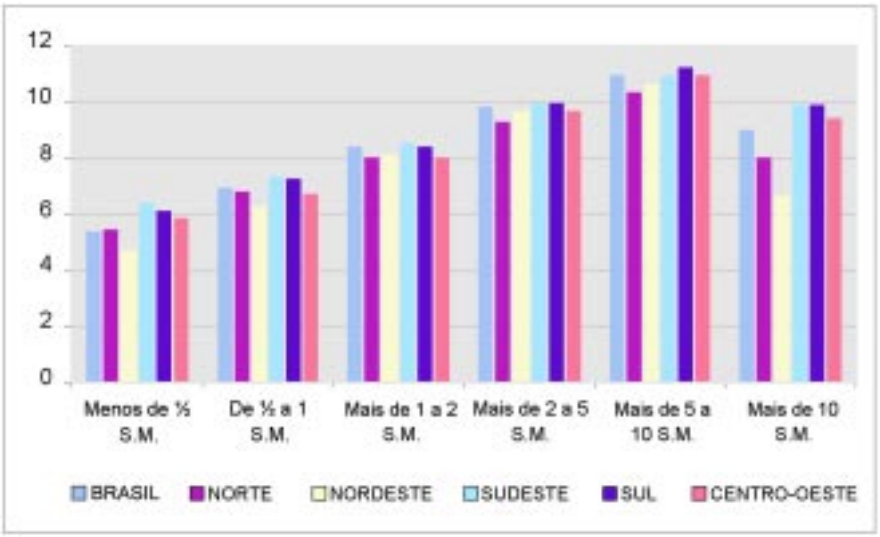
Analisando a média de anos de estudo, com relação à renda *per capita* familiar entre jovens de 15 a 24 anos, uma obviedade: quanto maior a renda familiar, maior a média de anos de estudo – exceto para os que estão compreendidos entre aqueles que recebem mais de 10 salários-mínimos, que, por sua vez, são minoria na população juvenil. Observemos essa situação mais detalhadamente na Tabela que segue.

Tabela 3.21: RFPC segundo média de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (em SM)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Menos de ½ S.M.	De ½ a 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
BRASIL	**5,40**	**6,95**	**8,44**	**9,88**	**10,98**	**9,03**
Norte	**5,51**	**6,81**	**8,07**	**9,30**	**10,38**	**8,02**
Rondônia	5,72	6,61	8,02	9,17	10,12	8,84
Acre	5,19	6,59	8,15	9,11	11,00	7,94
Amazonas	6,09	7,03	8,07	9,54	10,71	7,85
Roraima	5,88	6,71	7,80	9,32	10,67	9,50
Pará	5,20	6,60	7,88	9,22	10,22	7,90
Amapá	6,88	7,78	9,06	9,34	9,17	9,78
Tocantins	5,12	7,05	8,29	9,23	10,38	7,76
Nordeste	**4,74**	**6,33**	**8,19**	**9,73**	**10,67**	**6,70**
Maranhão	4,62	6,10	8,20	8,85	8,54	8,57
Piauí	4,31	5,98	8,11	10,55	10,59	4,76
Ceará	5,12	6,87	8,81	10,12	11,33	6,86
Rio Grande do Norte	5,10	6,80	8,46	10,22	10,94	9,63
Paraíba	4,27	6,06	7,77	9,54	10,71	7,48
Pernambuco	5,00	6,50	8,12	9,91	10,45	7,71
Alagoas	3,83	5,34	7,37	9,71	11,50	7,88
Sergipe	4,86	6,33	8,21	9,94	10,50	6,09
Bahia	4,81	6,29	8,06	9,58	10,77	6,13
Sudeste	**6,41**	**7,37**	**8,61**	**9,96**	**11,00**	**9,91**
Minas Gerais	6,10	7,23	8,58	9,79	10,70	8,99
Espírito Santo	5,97	6,93	8,96	9,67	11,38	8,58
Rio de Janeiro	6,08	7,03	8,30	9,76	11,05	9,88
São Paulo	6,97	7,66	8,70	17,40	11,02	10,23
Sul	**6,19**	**7,30**	**8,44**	**9,97**	**11,25**	**9,90**
Paraná	6,19	7,50	8,69	10,16	11,51	9,75
Santa Catarina	6,26	7,13	8,53	9,78	11,07	9,47
Rio Grande do Sul	6,15	7,16	8,18	9,94	11,15	10,25
Centro – Oeste	**5,87**	**6,74**	**8,07**	**9,70**	**11,00**	**9,44**
Mato Grosso do Sul	5,91	6,77	8,07	9,87	11,60	10,55
Mato Grosso	6,04	6,31	7,77	9,57	11,00	9,93
Goiás	5,56	6,79	8,19	9,71	11,01	8,38
Distrito Federal	6,49	7,23	8,21	9,67	10,73	10,22

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 3.17: RFPC segundo média de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos por regiões (em SM)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

3.4 QUALIDADE DO ENSINO

Evidências nacionais e internacionais permitem apontar que o Brasil, se está vencendo os desafios quantitativos da inclusão educacional de vastos contingentes de crianças e adolescentes, ao menos, no que tange ao ensino fundamental, ainda apresenta sérios e profundos *deficits* no que se refere à qualidade do seu ensino, fato que nos remete ao plano das capacidades e competências para a vida e para a maturidade que a educação consegue – ou não consegue – desenvolver nos jovens que passam pelas bancas escolares.

Tanto as estimativas realizadas pelo MEC[22] a partir dos cômputos de matrícula quanto os levantamentos amostrais da PNAD/IBGE são unânimes ao afirmar que aproximadamente 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos se encontram escolarizados. Também para a faixa de 15 a 24 anos a década de 90 evidenciou uma expressiva

[22] BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. *SAEB 2001*. Relatório Nacional – Versão Preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2002.

expansão da escolarização, apesar dos problemas apontados nos tópicos anteriores. Esse incremento quantitativo do acesso em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) determinou uma sensível melhoria na posição do país no Índice de Desenvolvimento Humano, devido aos avanços em sua Taxa de Escolaridade Combinada (proporção da população matriculada em todos os níveis de ensino).

Mas diversas fontes também são coincidentes ao afirmar que a qualidade do aprendizado de nossos jovens é extrema e sensivelmente deficitária. Uma pesquisa internacional recentemente divulgada pela UNESCO/OCDE,[23] que avaliou as competências de jovens de 15 anos de idade de 41 países do mundo, nas competências para a leitura, a matemática e as ciências, localiza o Brasil em penúltimo lugar.

Também um recente estudo do INEP,[24] ao fazer uma reanálise dos resultados do SAEB de 2001, para os alunos da 4ª série do Ensino Fundamental do país, concluiu que 59% dos alunos encontram-se em situação "muito crítica" ou "crítica" quanto a competências para leitura e 52,3% apresentam a mesma situação quando se trata de competências e habilidades para a resolução de problemas matemáticos que se apresentam na vida cotidiana.

Nossa proposta de incluir a qualidade do ensino ministrado aos jovens entre os indicadores do IDJ, diferentemente do IDH, que só opera com os aspectos quantitativos da cobertura educacional (matrícula combinada nos três níveis de ensino), prende-se a um fato muito simples. Tão importantes quanto os aspectos quantitativos da inclusão educacional trabalhados pelo IDH, são os aspectos qualitativos, notadamente os níveis de aprendizagem e de desenvolvimento de competências nos alunos. Mas nem todos, nem a grande maioria dos países do mundo possuem sistemas de avaliação que possibili-

---

[23] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/OECD. *Literacy Skills for the World of Tomorrow* – Further Results From PISA 2000. UNESCO – Institute for Statistics/Organisation For Economic Co-operation and Development, 2003.

[24] BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Qualidade da Educação*: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental. Brasília, 2003.

tem contar com indicadores fidedignos sobre a qualidade do ensino ministrado. Ao incluir esse aspecto, o IDH ver-se-ia limitado a um reduzido número de países.

Mas o Brasil conta com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que, desde 1990, de forma sistemática, vem avaliando a evolução da educação básica no país. Dentre os aspectos avaliados pelo Sistema, destaca-se a aferição da competência demonstrada pelos alunos, via provas independentes, em diversas áreas curriculares, notadamente língua portuguesa e matemática. Na sexta rodada do SAEB, acontecida em 2001, responderam as provas alunos da 4ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Para nosso tema, focalizado na juventude, consideramos os resultados da 3ª série do Ensino Médio e da 8ª série do Fundamental. Justifica-se a inclusão dos resultados das provas da 8ª série no cômputo do índice por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, apesar da idade ideal de finalização da 8ª série ser 14 anos de idade, 65% dos alunos dessa série, segundo a PNAD 2001, tem 15 anos ou mais. Em segundo lugar, a situação de "entrada" na faixa etária considerada ao longo do trabalho (15 a 24 anos) também resulta relevante e digna de consideração.

Os resultados das provas do SAEB são divulgados numa escala de proficiência única por disciplina, que vai de 150 a 500 pontos. Assim, os resultados da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Médio se encontram na mesma escala.

Tabela 3.22: Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2001 por regiões e UFs

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	8ª – ENSINO FUNDAMENTAL		3ª – ENSINO MÉDIO	
	Português	Matemática	Português	Matemática
BRASIL	**235,2**	**243,4**	**262,3**	**276,7**
Norte	**229,2**	**231,9**	**247,8**	**255,1**
Rondônia	237,4	240,7	260,7	275,2
Acre	222,5	223,1	247,0	258,4
Amazonas	221,2	226,3	240,8	243,8
Roraima	229,4	234,6	240,6	253,0
Pará	235,7	235,5	253,1	259,3

continua...

...continuação

Amapá	232,5	231,8	252,5	255,6
Tocantins	227,9	232,3	237,4	255,0
Nordeste	**221,6**	**228,8**	**248,8**	**264,1**
Maranhão	215,6	223,1	246,1	257,1
Piauí	228,9	239,6	258,8	270,7
Ceará	219,6	226,2	254,0	266,7
Rio Grande do Norte	228,2	233,7	245,1	259,1
Paraíba	224,6	232,0	244,1	265,9
Pernambuco	217,8	226,0	245,0	260,4
Alagoas	216,6	225,5	246,7	261,3
Sergipe	226,5	231,6	248,2	267,0
Bahia	225,9	232,3	250,0	267,6
Sudeste	**240,3**	**249,7**	**267,2**	**280,2**
Minas Gerais	242,5	254,9	266,5	280,3
Espírito Santo	240,6	246,4	265,8	280,5
Rio de Janeiro	247,4	251,5	272,5	280,9
São Paulo	237,2	247,1	266,1	279,9
Sul	**246,4**	**255,3**	**272,0**	**293,0**
Paraná	240,5	247,4	260,5	280,0
Santa Catarina	245,9	260,1	273,6	292,1
Rio Grande do Sul	252,4	260,4	285,4	309,0
Centro-Oeste	**237,2**	**244,8**	**269,6**	**285,1**
Mato Grosso do Sul	244,8	250,8	275,1	288,5
Mato Groso	231,9	239,0	266,4	280,0
Goiás	232,3	240,3	261,9	280,1
Distrito Federal	249,1	257,6	282,9	295,8

Fonte: SAEB/INEP/MEC.

Gráfico 3.18: Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2001 por regiões

Fonte: SAEB/INEP/MEC.

Vemos novamente aqui que as regiões Norte e Nordeste apresentam resultados marcadamente inferiores aos das restantes regiões, dentre as quais se destaca o Sul, que em todos os casos apresenta as médias mais elevadas.

Essas diferenças adquirem destaque preocupante quando se analisam os resultados por unidade federada. Os jovens da *3ª série do ensino médio* de estados como Tocantins, Roraima ou Amazonas, com uma proficiência em torno dos 240 pontos, apresentam menor domínio da língua que *jovens da 8ª série* de Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul ou Minas Gerais, todos com médias superiores a 242 pontos na escala. Algo semelhante acontece quando se verificam as competências na área de matemática. Os jovens da *3ª s*érie dos mesmos estados apresentam habilidades inferiores aos da 8ª série de estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Praticamente é um ciclo completo de estudos que separa os jovens de ambos os grupos de estados.

4. RENDA E ATIVIDADES

4.1 RENDA

Recentes discussões chamam a atenção para o fato de que níveis aceitáveis de desenvolvimento humano não se encontram atrelados, de forma imediata e direta, aos rendimentos monetários da população. O efetivo acesso a benefícios sociais, como educação, saúde e serviços de infra-estrutura, podem significar um incremento potencial da renda real.[1] Mas, se isso resulta evidente em países com longa tradição de instituições de seguridade social, podemos afirmar que em países da América Latina com acentuados níveis de desigualdade, como o Brasil, o nível de renda ("monetária") ainda se encontra estreitamente atrelado às condições de acesso aos referidos serviços. Neste sentido, os estratos jovens da população formam um segmento particularmente vulnerável a tais condições de acesso, como será visto ao longo do presente capítulo.

Resulta extremamente difícil responder às estatísticas internacionais[2] que apontam a enorme concentração de renda existente no Brasil

[1] INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FPJ); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNPD). *Definição do cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida*. Disponível em: http://www.unpd.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias – IDH-M e ICV.pdf. Acesso em: 09/05/2003.

[2] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2003. Disponível em: http://www.undp.gov.br.

cujo coeficiente Gini[3] já ultrapassou a barreira do 0,60, façanha que só mais seis paises do mundo atingiram, mormente africanos (como Namíbia, Botswana, Zuazilândia, República Centro-Africana e Serra Leoa) e um outro latino-americano (Nicarágua).

Essa desmedida concentração da renda origina também um volumoso contingente de excluídos, cuja proporção permanece mais ou menos constante desde 1995: perto de 15% de indigentes e 34% de pobres.[4]

Se dividirmos as famílias brasileiras em 10 grandes grupos de acordo com sua renda, podemos verificar que o grupo de 10% das famílias de maior renda concentram 43,9% do total da renda nacional. Já a metade das famílias, as de menor renda, só percebem 13,8% da mesma.

Continuando com a técnica de comparar o primeiro grupo (10% de maior renda) com os 50% de menor renda, teríamos que, no primeiro grupo, cada membro da família percebe o equivalente a 6,4 salários mínimos. Já nos 50% de menor renda, cada membro percebe 0,4 salário mínimo. Noutras palavras, os membros do primeiro grupo ostentam 15,7 vezes mais renda que os da metade inferior das famílias brasileiras.

Com algumas diferenças regionais e estaduais, tais desproporções de renda parecem ser igualmente elevadas em todos os casos, como pode ser observado na tabela a seguir:

---

[3] Coeficiente que mede o grau de concentração, neste caso, da renda, onde o valor 0,0 indica a ausência absoluta de concentração (todos os indivíduos têm a mesma renda) até o índice 1,0 no qual uma só unidade concentra toda a renda.

[4] PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retratos da realidade contemporânea e estratégias de mensuração. In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 24.

Tabela 4.1: RFPC dos jovens do decil superior e dos 5 decis inferiores por regiões e UFs (em SM)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	5 Decis Inferiores	Decil Superior	Total	Relação
BRASIL	**0,41**	**6,39**	**1,46**	**15,7**
Norte	**0,41**	**6,44**	**1,11**	**15,7**
Rondônia	0,47	5,92	1,32	12,6
Acre	0,38	7,96	1,57	21,2
Amazonas	0,39	6,12	1,05	15,8
Roraima	0,44	5,57	1,33	12,5
Pará	0,41	5,98	1,02	14,6
Amapá	0,45	5,77	1,26	12,9
Tocantins	0,41	9,15	1,15	22,3
Nordeste	**0,36**	**6,21**	**0,82**	**17,4**
Maranhão	0,36	5,90	0,76	16,4
Piauí	0,34	5,55	0,75	16,4
Ceará	0,35	6,93	0,85	19,6
Rio Grande do Norte	0,36	6,57	0,91	18,2
Paraíba	0,35	5,89	0,75	16,7
Pernambuco	0,36	6,27	0,88	17,4
Alagoas	0,33	6,11	0,73	18,4
Sergipe	0,37	5,35	0,91	14,6
Bahia	0,36	6,22	0,83	17,1
Sudeste	**0,45**	**6,37**	**1,85**	**14,2**
Minas Gerais	0,43	6,04	1,30	13,9
Espírito Santo	0,42	6,03	1,31	14,2
Rio de Janeiro	0,46	6,30	1,83	13,8
São Paulo	0,46	6,47	2,17	14,0
Sul	**0,46**	**6,27**	**1,77**	**13,8**
Paraná	0,44	6,68	1,65	15,1
Santa Catarina	0,50	5,53	1,88	11,0
Rio Grande do Sul	0,45	6,39	1,83	14,2
Centro – Oeste	**0,46**	**6,98**	**1,67**	**15,2**
Mato Grosso do Sul	0,47	6,28	1,49	13,4
Mato Grosso	0,44	6,57	1,54	14,8
Goiás	0,46	6,97	1,46	15,0
Distrito Federal	0,46	7,53	2,46	16,5

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Se os níveis de concentração de renda do Nordeste se encontram acima da média nacional, Sul, Sudeste e Centro-oeste apresentam níveis abaixo da média. A menor concentração de renda encontra-se em Santa Catarina e a maior em Tocantins.

E tais diferenças de renda originam formas bem diferenciadas de acesso a benefícios sociais, como educação, por exemplo. Apesar da garantia constitucional de educação fundamental obrigatória e gratuita para toda a população, os 50% de jovens de renda familiar inferior só conseguem completar 5,9 anos de estudo (quando o ensino fundamental tem 8 anos). Já os 10% de maior renda ostentam uma média de 10,8 anos de estudo.

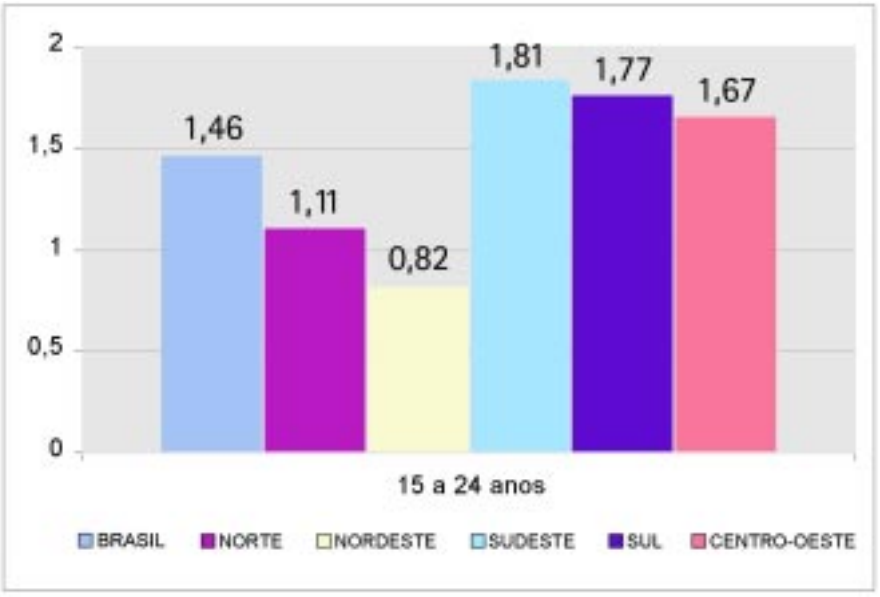
Comparada às médias nacionais de outros estratos da população, a pobreza entre os jovens parece ser maior do que a da população em geral.[5] Observando a renda média dos jovens brasileiros e as desigualdades entre regiões e unidades federativas, vê-se que o Brasil, apesar de relativos avanços em indicadores sociais como educação, ainda não representa exceção nesse cenário.

A renda familiar *per capita* (RFPC) dos jovens nas regiões forma dois patamares, reproduzindo os contrastes daquilo que muitos já chamaram de "dois brasis": de um lado, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; de outro, as regiões Norte[6] e Nordeste, como mostra o gráfico:

[5] ABRAMOVAY *et alli*, 2002, *op. cit*., p. 36.

[6] Dado que na PNAD a área rural da região Norte não está representada (exceto em Tocantins), é provável que a média real dessa região seja mais baixa.

Gráfico 4.1: RFPC dos jovens de 15 a 24 anos por regiões (em SM)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

O Nordeste é a região que apresenta os menores níveis de renda, obtendo média inferior a 1 salário mínimo em todas as unidades federativas. Em Alagoas registra-se a menor média do país: 0,73 salário mínimo. Nos estados do Norte, em geral as médias são próximas a 1 salário mínimo, com exceção do Acre (1,57 salário-mínimo).

Mas os contrastes dentro das regiões não são menores do que entre elas. Grandes desníveis entre as unidades federativas são percebidos especialmente no Sudeste e no Centro-Oeste. No primeiro, São Paulo apresenta média de 2,17 salários mínimos, quando a menor média da região é de 1,30 salário mínimo, em Minas Gerais. Essa região concentra a um só tempo a 2ª (São Paulo), a 4ª (Rio de Janeiro), a 13ª (Espírito Santo) e a 14ª (Minas Gerais) médias do país.

No Centro-Oeste, o Distrito Federal obtém média de 2,46 salários mínimos (a maior do país) enquanto a média de Goiás é de 1,46, a décima média nacional.

Tabela 4.2: Ordenamento das UFs segundo a RFPC dos jovens de 15 a 24 anos (em SM)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RFPC (SM)	Posição
Distrito Federal	2,46	1º
São Paulo	2,17	2º
Santa Catarina	1,88	3º
Rio de Janeiro	1,83	4º
Rio Grande do Sul	1,83	5º
Paraná	1,65	6º
Acre	1,57	7º
Mato Grosso	1,54	8º
Mato Grosso do Sul	1,49	9º
Goiás	1,46	10º
Roraima	1,33	11º
Rondônia	1,32	12º
Espírito Santo	1,31	13º
Minas Gerais	1,30	14º
Amapá	1,26	15º
Tocantins	1,15	16º
Amazonas	1,05	17º
Pará	1,02	18º
Sergipe	0,91	19º
Rio Grande do Norte	0,91	20º
Pernambuco	0,88	21º
Ceará	0,85	22º
Bahia	0,83	23º
Maranhão	0,76	24º
Piauí	0,75	25º
Paraíba	0,75	26º
Alagoas	0,73	27º

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

A análise da RFPC permite verificar que a cor é um forte fator de discriminação. Em todas as regiões, a renda média de pretos e pardos é inferior à dos brancos. Isso é uma constante em todas as unidades federativas.

Tem-se uma idéia dessa disparidade quando se observa a maior e a menor média nacional em cada um dos segmentos. No total de jovens, como vimos, a RFPC maior do país é 2,46 salários mínimos e a menor, 0,73 salário mínimo. Entre os brancos, a maior RFPC registrada é de 3,56 salários mínimos (Distrito Federal) contra 1,67 salário mínimo entre pretos e pardos (na mesma unidade federativa). A menor RFPC do país entre brancos é registrada na Paraíba (1,10 salário mínimo); entre pretos e pardos, esse valor é de 0,55 salário mínimo em Alagoas.

No Norte, onde nas médias gerais dos estados o maior valor é 1,57 salário mínimo, quando os dados são segregados por cor surgem médias mais altas: 2,40 (Acre), 2,01 (Roraima) e 2,05 (Tocantins) salários-mínimos, todas entre os brancos. A maior média entre pretos e pardos nessa região é 1,28 salário mínimo (registrada no Acre).

No Nordeste, onde as médias gerais já são as mais baixas do país, a situação mostra-se mais homogênea e mais grave: em todas as unidades federativas as médias entre os pretos e pardos não ultrapassam 0,70 salário mínimo.

Nas demais regiões a situação é mais heterogênea, mas não menos desigual. No Sudeste a média geral entre brancos é 2,27 salários mínimos contra 1,13 entre pretos e pardos. Os contrastes entre as unidades federativas ocorrem em ambos os segmentos. Contudo, observam-se médias inferiores a 1 salário mínimo entre pretos e pardos em Minas e Espírito Santo.

No Sul, a distância entre as médias de brancos e pretos/pardos é semelhante nos três estados da região. Em todos os casos, a média dos brancos aproxima-se de 2 salários mínimos e a dos pretos/pardos, em direção oposta, aproxima-se de 1 salário mínimo.

No Centro-Oeste, as disparidades das médias entre os estados é notável, indo de 3,56 no Distrito Federal a 1,91 no Mato Grosso do Sul.

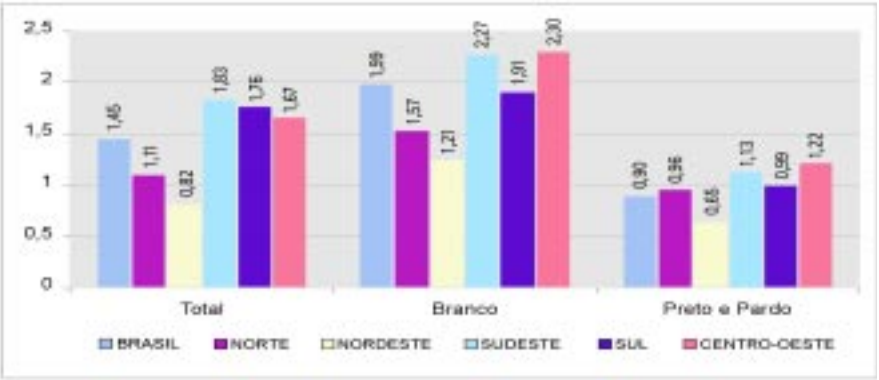
Em sete unidades federadas do país – Tocantins, Sergipe, Alagoas, Piauí, Distrito Federal, Santa Catarina e Bahia –, a RFPC dos brancos mais do que duplica em relação à dos pardos e pretos. Já em outros estados, como Rondônia e Paraná, praticamente inexistem diferenças de renda.

Tabela 4.3: Ordenamento das UFs segundo diferenças na RFPC (em SM) dos jovens de 15 a 24 anos por cor

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RFPC (SM)			DIFERENÇA (%)
	Total	Branco	Preto e pardo	
Tocantins	1,15	2,05	0,87	135,6
Sergipe	0,9	1,59	0,70	127,1
Alagoas	0,73	1,21	0,55	120,0
Piauí	0,75	1,26	0,59	113,6
Distrito Federal	2,47	3,56	1,67	113,2
Santa Catarina	1,88	1,96	0,93	110,8
Bahia	0,83	1,40	0,69	102,9
Rio Grande do Norte	0,91	1,31	0,66	98,5
Espírito Santo	1,32	1,84	0,94	95,7
Rio de Janeiro	1,83	2,30	1,20	91,7
São Paulo	2,14	2,48	1,30	90,8
Paraíba	0,75	1,10	0,58	89,7
Acre	1,57	2,40	1,28	87,5
Mato Grosso do Sul	1,49	1,91	1,03	85,4
Goiás	1,46	2,02	1,09	85,3
Minas Gerais	1,3	1,70	0,92	84,8
Maranhão	0,76	1,16	0,63	84,1
Ceará	0,85	1,21	0,66	83,3
Rio Grande do Sul	1,83	1,95	1,08	80,6
Pernambuco	0,88	1,22	0,69	76,8
Amapá	1,26	1,91	1,10	73,6
Roraima	1,34	2,01	1,16	73,3
Mato Grosso	1,55	2,12	1,24	71,0
Amazonas	1,05	1,40	0,91	53,8
Pará	1,02	1,34	0,92	45,7
Rondônia	1,32	1,34	1,16	15,5
Paraná	1,63	1,84	1,96	-6,1

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.2: RFPC dos jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (em SM)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Também em relação ao gênero evidenciam-se diferenças quanto à renda entre os jovens.

Mudando o foco da renda familiar para o da renda própria do indivíduo, nota-se que os homens que têm renda própria superam em muito o número registrado entre as mulheres: 54,0% contra 37,8%. Isso ocorre em todas as unidades federativas.

Em conformidade com o padrão de distribuição de renda visto anteriormente, o montante de jovens que têm renda própria, tanto homens quanto mulheres, é menor nos estados do Norte (51,3% e 31,8%, respectivamente) e do Nordeste (46,7% e 30,5%, na mesma ordem). Também em unidades federativas destas regiões são registradas as menores taxas de mulheres sem renda própria no país, particularmente no Amapá (31,1% entre os homens e 24,4% entre as mulheres) e em Alagoas (42,7% e 26,3%, na mesma ordem).

O Sul e o Centro-Oeste expressam os maiores contingentes de jovens com renda própria, mas em geral com disparidades significativas entre homens e mulheres.

No Sul, os que têm renda própria perfazem 60,5% entre os jovens do sexo masculino. Entre as mulheres, a proporção é de 43,9%. A unidade federativa que mais foge a esses números nessa região é o Paraná, com contingente de jovens com renda própria ligeiramente menor em relação aos outros dois estados da região.

No Centro-Oeste, perfazem 61,3% os homens jovens com renda própria contra 41,7% de mulheres em situação similar. Em relação ao número total da região, o Distrito Federal é a unidade federativa com a menor proporção de homens jovens com renda própria (51,5% contra 42,5% entre as mulheres). Em relação às mulheres, a menor proporção na região é encontrada no Mato Grosso (36,0% de mulheres com renda própria contra 62,9% entre os homens).

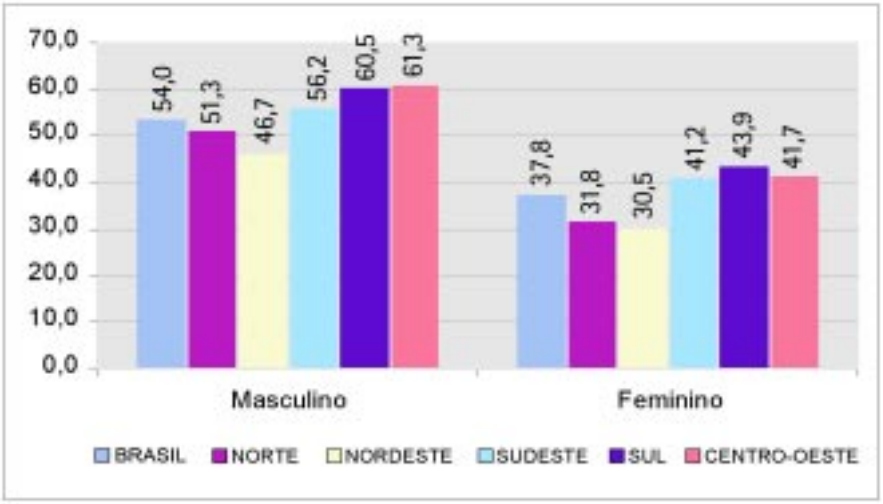
O Sudeste apresenta situação intermediária, não atingindo os níveis de renda própria do Sul e Centro-Oeste, mas mantendo larga distância do Norte e Nordeste. Minas Gerais apresenta a maior taxa de homens com renda própria na região (58,1%), seguido de perto por São Paulo (57,0%). No Sudeste, São Paulo apresenta a maior taxa de mulheres com renda própria (44,7%).

Tabela 4.4: Jovens de 15 a 24 anos que têm renda própria segundo sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Masculino	Feminino
BRASIL	**54,0**	**37,8**
Norte	**51,3**	**31,8**
Rondônia	57,6	33,5
Acre	49,8	40,6
Amazonas	45,4	28,0
Roraima	49,5	40,9
Pará	52,9	30,6
Amapá	31,1	24,4
Tocantins	59,6	41,7
Nordeste	**46,7**	**30,5**
Maranhão	44,6	29,2
Piauí	43,1	28,0
Ceará	51,5	38,5
Rio Grande do Norte	45,1	32,6
Paraíba	39,6	26,7
Pernambuco	48,6	30,8
Alagoas	42,7	26,3
Sergipe	45,4	31,2
Bahia	48,1	28,4
Sudeste	**56,2**	**41,2**
Minas Gerais	58,1	39,4
Espírito Santo	56,4	36,9
Rio de Janeiro	51,1	35,0
São Paulo	57,0	44,7
Sul	**60,5**	**43,9**
Paraná	58,2	42,6
Santa Catarina	63,5	46,9
Rio Grande do Sul	61,0	43,4
Centro – Oeste	**61,3**	**41,7**
Mato Grosso do Sul	61,5	41,1
Mato Grosso	62,9	36,0
Goiás	64,3	44,4
Distrito Federal	51,5	42,5

Fonte: PNAD / IBGE, 2001.

Gráfico 4.3: Jovens de 15 a 24 anos que possuem ou não renda própria segundo sexo por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Esses dados são particularmente importantes pelo fato de que ter renda própria não significa apenas uma maior participação na renda familiar. Representa também, no caso dos jovens, uma maior perspectiva de independência. Vale salientar ainda que a participação na renda, em contextos em que a desigualdade de gênero ainda impera, constitui um importante fator de liberdade e poder decisório para as mulheres no seio das famílias. Ademais, a situação de "sem renda própria" potencializa entre os jovens, particularmente entre os homens pobres, condições de vulnerabilidade. Do ponto de vista coletivo, isso redunda em prejuízo para as gerações subseqüentes, em virtude das famílias constituídas em tais condições.

4.2 ATIVIDADES

Estamos considerando tanto a educação quanto o trabalho como atividades centrais para a juventude. Esta decisão está relacionada ao conceito de juventude aqui adotado, como fase de transição, em que cada sociedade define um tempo socialmente necessário para a trans-

formação dos jovens de "dependentes" em "adultos" autônomos e produtivos. As atividades dos jovens, desse modo, remetem à preparação e ao aprendizado para o cumprimento dos papéis de "adulto" na sociedade.

Como mencionado nas Notas Técnicas, serão considerados os jovens que só estudam, que conciliam estudo e trabalho, que só trabalham, e os que não trabalham nem estudam. Como nos mostrarão os dados, o volumoso contingente de jovens que não trabalha nem estuda não pode deixar de ser visto com preocupação, perante os riscos que essa situação representa.

JUVENTUDE E TRABALHO: UM CAMPO POLÊMICO[7]

Várias fontes alertam para a situação de vulnerabilidade dos jovens quanto ao trabalho, sendo esse um dos contingentes populacionais que apresenta algumas das mais altas taxas de desemprego e de subemprego no país, já que enfrenta problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado, considerando o requisito da experiência prévia. É também uma população que vem exigindo novos enfoques da educação profissionalizante, novos olhares sobre qualificação profissional, especialmente nas famílias mais pobres. De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia demandariam habilidades, nem sempre disponíveis aos jovens de setores populares – como conhecimentos em informática e línguas estrangeiras – isso em um contexto de diminuição dos postos de trabalho para grande parte da população.

Por outro lado, trabalho e juventude são campos de polêmica, inclusive no meio internacional, não havendo consenso sobre a propriedade da inserção no mercado de trabalho quando se trata de uma população que, em princípio, deveria estar dedicada aos estudos (...).

Mary Castro
Pesquisadora da UNESCO no Brasil

[7] CASTRO, Mary *et alii*. *Cultivando vida, desarmando violências*: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001, p. 43.

No Brasil, em 2001, são semelhantes as taxas de jovens que têm como atividade exclusiva o estudo (30,3%) ou o trabalho (31,2%). Parcela menor, mas também significativa (18,2%), concilia trabalho e estudo. Contudo, maior do que esta é a parcela de jovens que não trabalha nem estuda (20,3%). Trata-se, nesse último caso, de 6,7 milhões de jovens, salvo exceções, em situação de risco de exclusão social.

Voltando nossa atenção para esse último grupo de jovens, as maiores taxas são registradas em estados do Nordeste e do Norte, que se intercalam nos quatro primeiros lugares do país nesse indicador. A Paraíba é o estado com maior taxa de jovens sem atividades em nível nacional: 25,6%. Esse número é praticamente o mesmo do Amapá, que ocupa o 2º lugar no país: 25,5%. O 5º lugar é ocupado por uma unidade federativa do Centro-Oeste: Mato Grosso do Sul, com 23,6%.

Além destas posições de destaque, altas proporções de jovens sem atividades estendem-se por quase todos o país, ultrapassando 20% em 19 das 27 unidades federativas, ou 19% em 23 delas. A menor taxa de jovens em tal condição é registrada em Santa Catarina: 13,7%.

A estrutura de atividades entre os jovens revela um outro dado importante relativo à distribuição dos que só trabalham e dos que só estudam: estes últimos mostram-se mais numerosos nas duas regiões mais pobres (Norte[8]: 35,2%; Nordeste: 32,4%), embora o Rio de Janeiro e o Distrito Federal também obtenham taxas acentuadas (37,1% e 36,3%, respectivamente). Já os que só trabalham são preponderantes nas regiões Sul (36,5%), Sudeste (32,9%) e Centro-Oeste (31,8%).

Considerando que os que só estudam têm médias de renda mais altas do que os que só trabalham, a configuração anterior pareceria, a princípio, contraditória (a condição de ter o trabalho como atividade exclusiva estaria mais diretamente associada à pobreza). Contudo, pode-se afirmar que a maior incidência dos que só estudam, nas regiões mais pobres, mascara outros tipos de desigualdades existentes tanto em nível nacional quanto em nível regional.

[8] Vale relembrar que a PNAD, na região Norte, engloba apenas a zona urbana, exceto em Tocantins.

A maior presença dos jovens na escola nas regiões Norte e Nordeste (especialmente nas faixas de 18 a 19 e 20 a 24 anos) está relacionada não a maiores oportunidades de continuação de formação e sim, ao atraso escolar. Em maior grau do que nas demais regiões, muitos desses jovens estão cursando séries anteriores às correspondentes à sua idade, quais sejam, pelo menos as que constituem o ensino médio. Reforça essa explicação a informação já analisada sobre as médias de anos de estudo, mais baixas no Norte e no Nordeste sendo claramente visível no item referente a Escolarização Adequada.

Embora se refira aos que só estudam, esse aspecto tem repercussões importantes no entendimento dos que estão presentes no mercado de trabalho, visto que níveis de renda mais baixos, aliados à defasagem escolar, redundam em remunerações mais baixas e maior exposição ao trabalho precário reforçando, nesses locais, o círculo "perverso" da pobreza e da exclusão.

Tabela 4.5: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não Trabalha nem Estuda	Total
BRASIL	**30,3**	**18,2**	**31,2**	**20,3**	**100,0**
Norte	**35,2**	**16,4**	**26,0**	**22,5**	**100,0**
Rondônia	29,6	14,0	31,8	24,7	100,0
Acre	38,3	17,8	23,6	20,3	100,0
Amazonas	39,4	13,6	24,0	23,1	100,0
Roraima	36,5	16,3	27,8	19,4	100,0
Pará	34,9	16,2	25,8	23,2	100,0
Amapá	48,5	9,9	16,1	25,5	100,0
Tocantins	25,9	26,6	30,4	17,1	100,0
Nordeste	**32,4**	**18,9**	**27,3**	**21,4**	**100,0**
Maranhão	31,2	20,2	28,4	20,3	100,0
Piauí	34,2	20,7	25,6	19,5	100,0
Ceará	29,6	21,3	27,8	21,3	100,0
Rio Grande do Norte	34,6	15,2	25,8	24,5	100,0
Paraíba	34,1	15,6	24,7	25,6	100,0
Pernambuco	30,5	16,9	29,0	23,5	100,0
Alagoas	31,1	17,9	27,8	23,2	100,0

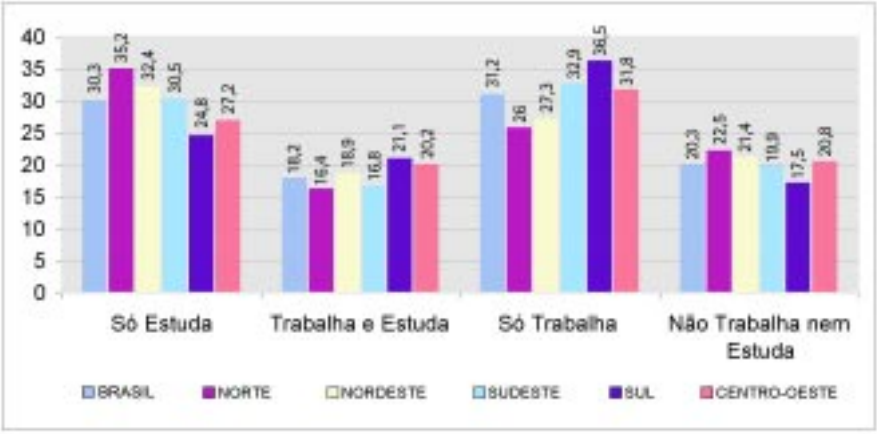
continua...

...continuação

Sergipe	35,2	16,2	26,7	21,9	100,0
Bahia	34,0	20,1	26,9	19,0	100,0
Sudeste	**30,5**	**16,8**	**32,9**	**19,9**	**100,0**
Minas Gerais	27,9	16,0	35,1	21,1	100,0
Espírito Santo	26,2	16,4	35,7	21,7	100,0
Rio de Janeiro	37,1	13,7	27,7	21,5	100,0
São Paulo	29,7	18,3	33,4	18,6	100,0
Sul	**24,8**	**21,1**	**36,5**	**17,5**	**100,0**
Paraná	23,6	20,5	35,9	20,1	100,0
Santa Catarina	25,2	23,2	37,8	13,7	100,0
Rio Grande do Sul	25,8	20,6	36,4	17,2	100,0
Centro – Oeste	**27,2**	**20,2**	**31,8**	**20,8**	**100,0**
Mato Grosso do Sul	24,0	15,7	36,6	23,6	100,0
Mato Grosso	22,4	21,4	33,7	22,4	100,0
Goiás	27,0	22,0	31,9	19,1	100,0
Distrito Federal	36,3	18,7	24,8	20,3	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.4: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos por regiões (%)



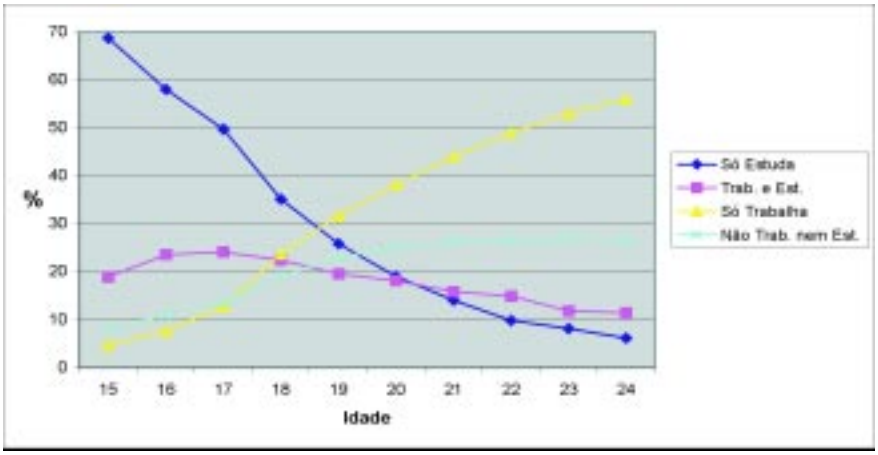
Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Mas esse tipo de análise agregada está a ocultar situações diferenciadas entre os diversos grupos etários de jovens. Na tabela a seguir podemos observar que dos 15 aos 24 anos acontece um conjunto de mudanças nas atividades que é necessário tomar em conta.

Tabela 4.6: Atividades entre os jovens (%) por idade simples

IDADE	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não Trabalha nem Estuda	Total
15	68,7	18,9	4,6	7,8	100,0
16	58,0	23,5	7,6	10,9	100,0
17	49,7	24,1	12,7	13,5	100,0
18	35,1	22,4	23,6	19,0	100,0
19	25,8	19,5	31,7	23,0	100,0
20	19,0	18,1	38,1	24,9	100,0
21	14,0	15,8	44,0	26,2	100,0
22	9,8	14,9	48,9	26,4	100,0
23	8,1	11,8	53,0	27,0	100,0
24	6,1	11,4	56,0	26,4	100,0
Total	30,3	18,2	31,2	20,3	100,0

Gráfico 4.5: Atividades dos jovens (%) por idade simples



Confirmando o esquema proposto por Filgueira e Fuentes[9] vemos por esses dados que numa primeira fase, que vai dos 15 aos 17 anos, prepondera o estudo como atividade central. Entre os 18 e os 19

[9] ABRAMOVAY *et alli*, 2002, *op. cit.*

anos de idade, acontece uma transição do estudo para o trabalho, que predomina decididamente a partir dos 20 anos de idade.

Sob o ponto de vista estritamente social, o fato de só estudar, para a faixa de 15 a 17 anos, deveria ser a princípio a situação mais favorável, dando condições à juventude de cursar o ensino médio, requisito mínimo para a maior parte dos postos de trabalho hoje disponíveis e demandados. Teoricamente, por volta desta idade o jovem deveria estar concluindo ou perto de concluir o ensino médio. Nesse período, a conciliação entre escola e trabalho tende a prejudicar a qualidade dos estudos, comprometendo a formação e o futuro do jovem.[10]

Mas, em 2001, 59,0% dos jovens dessa idade no Brasil só estudavam. Outros 22,1% conciliavam trabalho e estudo. Se este último contingente já não estava na condição ideal, menos ainda os 8,2% de jovens dessa idade que apenas trabalhavam, estando fora do sistema escolar. Visto que a renda média dos jovens que só trabalham é mais baixa que a dos que apenas estudam, é provável que estes jovens tenham baixas médias de anos de estudo, o que compromete as suas chances de competição e inserção efetiva no mercado de trabalho mais tarde, reproduzindo o ciclo da exclusão social. As taxas mais elevadas de jovens de 15 a 17 anos que só trabalham foram registradas no Espírito Santo (12,7%), no Paraná (12,5%) e em Pernambuco (12,3%).

Quanto à exclusão propriamente dita, contam-se nessa faixa etária 10,7% de jovens que não trabalham nem estudam. Algumas unidades federativas ultrapassam consideravelmente essa proporção. É o caso do Acre (17,2%), de Rondônia (16,2%), do Mato Grosso do Sul (15,3%) e do Espírito Santo (15,1%).

---

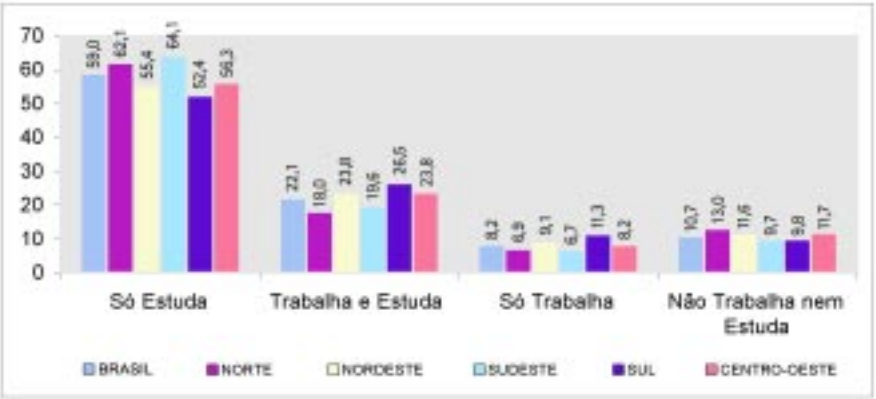
[10] Seguindo as determinações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 60, proíbe (...) *qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos*, com nova redação dada conforme Emenda Constitucional nº 20, de 16 de dezembro de 1998. O Art. 63 acrescenta que (...) *a formação técnico-profissional deve obedecer aos seguintes princípios: I – garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular; II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III – horário especial para o exercício das atividades*. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). In: FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/estum.htm#Art.%2060. Acesso em: 22/07/2003.

Tabela 4.7: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não Trabalha nem Estuda	Total
BRASIL	**59,0**	**22,1**	**8,2**	**10,7**	**100,0**
Norte	**62,1**	**18,0**	**6,9**	**13,0**	**100,0**
Rondônia	59,7	18,2	5,8	16,2	100,0
Acre	60,7	12,9	9,1	17,2	100,0
Amazonas	69,3	14,1	4,1	12,5	100,0
Roraima	76,5	13,1	3,5	6,9	100,0
Pará	60,9	16,6	8,8	13,6	100,0
Amapá	80,0	6,2	1,5	12,3	100,0
Tocantins	47,8	35,0	7,4	9,9	100,0
Nordeste	**55,4**	**23,8**	**9,1**	**11,6**	**100,0**
Maranhão	49,8	28,6	10,7	10,9	100,0
Piauí	57,7	24,4	8,6	9,4	100,0
Ceará	53,2	27,3	8,1	11,4	100,0
Rio Grande do Norte	63,8	16,6	5,4	14,2	100,0
Paraíba	58,5	20,2	7,9	13,5	100,0
Pernambuco	54,3	19,6	12,3	13,8	100,0
Alagoas	51,9	25,7	9,7	12,7	100,0
Sergipe	58,0	18,8	10,9	12,3	100,0
Bahia	57,3	24,8	7,9	10,1	100,0
Sudeste	**64,1**	**19,6**	**6,7**	**9,7**	**100,0**
Minas Gerais	57,2	21,6	9,6	11,6	100,0
Espírito Santo	50,5	21,6	12,7	15,1	100,0
Rio de Janeiro	75,6	10,2	4,1	10,1	100,0
São Paulo	64,7	21,5	5,7	8,1	100,0
Sul	**52,4**	**26,5**	**11,3**	**9,8**	**100,0**
Paraná	50,3	24,8	12,5	12,3	100,0
Santa Catarina	53,8	29,5	9,4	7,3	100,0
Rio Grande do Sul	53,7	26,4	11,1	8,8	100,0
Centro – Oeste	**56,3**	**23,8**	**8,2**	**11,7**	**100,0**
Mato Grosso do Sul	51,6	23,6	9,6	15,3	100,0
Mato Grosso	48,9	28,1	11,3	11,7	100,0
Goiás	54,2	26,9	7,7	11,2	100,0
Distrito Federal	76,3	10,7	3,7	9,3	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.6: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Na faixa etária de 18 a 19 anos, as atividades dos jovens estão estreitamente ligadas às possibilidades de conclusão do ensino médio e aos "ensaios" para o ingresso no mercado de trabalho. Assim, em relação à faixa etária anterior, decresce o número dos que só estudam (de 59,0% para 30,4%), e aumenta o dos que só trabalham (de 8,2% para 27,7%). Percebem-se, portanto, claras diferenças entre essa faixa etária e a de 15 a 17 anos, que caracterizam de fato uma transição, como aponta o esquema de Filgueira e Fuentes.[11]

Contudo, uma das mudanças que mais merecem atenção está não nas atividades em si, mas na ausência delas. De 10,7% entre os que têm 15 a 17 anos, passam para 21,0% os que não trabalham nem estudam. Esse número chega a 28,8% em Mato Grosso do Sul, 26,5% em Roraima e 26,0% na Paraíba.

A transição para a vida adulta, portanto, começa a ser marcada para um grande número de jovens pela falta de uma atividade em condições de ampliar e consolidar perspectivas de futuro. O jovem começa a se desvincular dos seus velhos papéis, mas não encontra espaço para desempenhar os novos, no que se refere à vida socialmente produtiva e seus múltiplos desdobramentos.

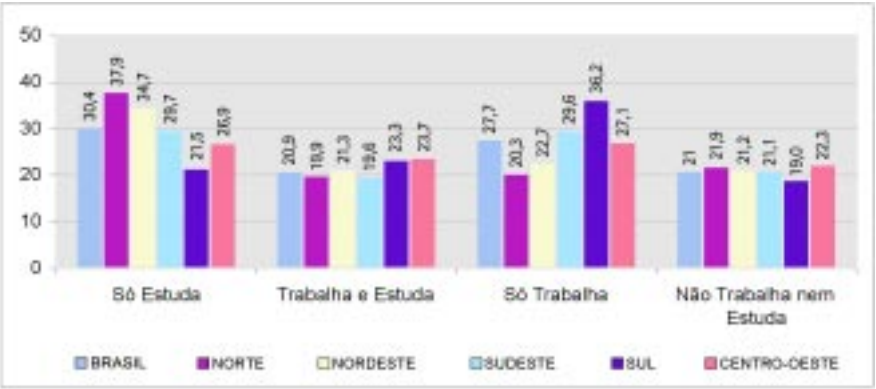
[11] ABRAMOVAY *et alli*, 2002, *op. cit.*

Tabela 4.8: Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não Trabalha nem Estuda	Total
BRASIL	**30,4**	**20,9**	**27,7**	**21,0**	**100,0**
Norte	**37,9**	**19,9**	**20,3**	**21,9**	**100,0**
Rondônia	27,8	16,7	29,8	25,8	100,0
Acre	42,3	22,0	17,9	17,9	100,0
Amazonas	44,2	16,7	17,2	21,9	100,0
Roraima	36,2	22,9	14,5	26,5	100,0
Pará	37,8	19,4	19,8	23,0	100,0
Amapá	60,0	10,0	11,3	18,8	100,0
Tocantins	25,4	32,0	26,5	16,2	100,0
Nordeste	**34,7**	**21,3**	**22,7**	**21,2**	**100,0**
Maranhão	32,6	21,3	26,1	19,9	100,0
Piauí	31,5	23,7	22,8	22,0	100,0
Ceará	32,1	24,1	23,1	20,7	100,0
Rio Grande do Norte	37,6	19,0	21,3	22,0	100,0
Paraíba	37,8	15,5	20,7	26,0	100,0
Pernambuco	32,7	20,2	24,2	22,9	100,0
Alagoas	34,8	17,6	23,2	24,4	100,0
Sergipe	43,2	17,0	21,8	17,9	100,0
Bahia	36,5	23,3	20,7	19,5	100,0
Sudeste	**29,7**	**19,6**	**29,6**	**21,1**	**100,0**
Minas Gerais	28,8	17,3	33,1	20,9	100,0
Espírito Santo	28,3	18,9	31,6	21,2	100,0
Rio de Janeiro	37,5	16,7	22,4	23,4	100,0
São Paulo	27,6	21,7	30,3	20,3	100,0
Sul	**21,5**	**23,3**	**36,2**	**19,0**	**100,0**
Paraná	18,9	23,5	35,3	22,3	100,0
Santa Catarina	23,4	26,1	36,7	13,8	100,0
Rio Grande do Sul	23,0	21,6	36,9	18,5	100,0
Centro – Oeste	**26,9**	**23,7**	**27,1**	**22,3**	**100,0**
Mato Grosso do Sul	19,9	15,5	35,8	28,8	100,0
Mato Grosso	20,3	26,1	30,2	23,4	100,0
Goiás	28,5	26,1	25,8	19,6	100,0
Distrito Federal	36,5	23,2	18,7	21,6	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.7: Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

A faixa de 20 a 24 anos representa, teoricamente, a passagem dos jovens para a vida adulta. O *trabalho* é uma das chaves desse processo, uma vez que possibilita a independência e a autonomia do indivíduo. Isso dito, não é de surpreender que o número dos que só estudam seja muito menor e o dos que só trabalham seja muito maior nessa faixa etária, em relação às anteriores.

Por outro lado, dada a gradativa "substituição" da escola pelo trabalho (sobretudo nos estratos de renda mais baixos), a quantidade de jovens sem atividade socialmente definida aumenta à medida que aumenta a faixa etária. Assim, entre os 20 e 24 anos a proporção de jovens que não trabalha nem estuda (26,2%) é notavelmente maior do que o montante que só estuda (11,6%) ou que concilia estudo e trabalho (14,5%).

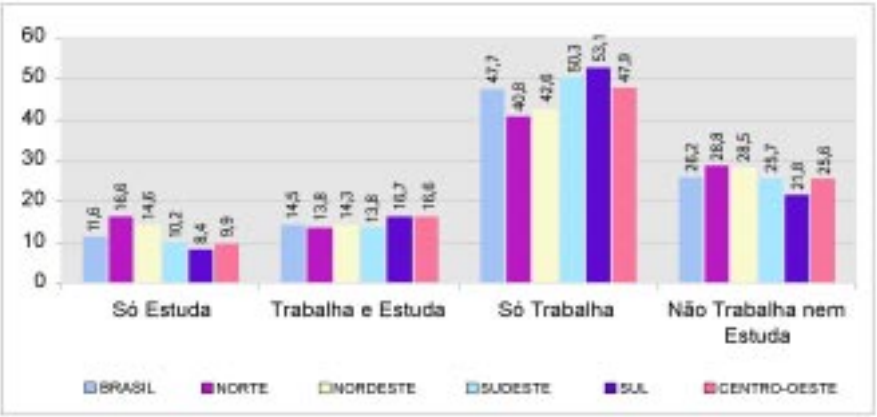
As maiores taxas de jovens sem atividades nessa faixa de idade são registradas em estados do Nordeste (Paraíba: 34,2%; Rio Grande do Norte: 32,4%) e do Norte (30,9% no Amapá; 30,8% no Amazonas). Em todas as demais unidades federativas, exceto em Santa Catarina (17,7%), as taxas de jovens sem atividades na faixa de 20 a 24 anos ultrapassam 20%.

Tabela 4.9: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não Trabalha nem Estuda	Total
BRASIL	**11,6**	**14,5**	**47,7**	**26,2**	**100,0**
Norte	**16,6**	**13,8**	**40,8**	**28,8**	**100,0**
Rondônia	8,8	9,7	51,3	30,2	100,0
Acre	19,4	19,4	37,3	23,9	100,0
Amazonas	17,1	11,9	40,3	30,8	100,0
Roraima	11,5	15,3	49,2	24,0	100,0
Pará	16,7	14,4	39,4	29,4	100,0
Amapá	37,1	10,8	21,2	30,9	100,0
Tocantins	10,3	18,0	48,9	22,8	100,0
Nordeste	**14,6**	**14,3**	**42,6**	**28,5**	**100,0**
Maranhão	15,1	12,7	44,1	28,2	100,0
Piauí	17,8	16,4	39,7	26,0	100,0
Ceará	11,9	15,9	43,7	28,5	100,0
Rio Grande do Norte	13,7	12,5	41,5	32,4	100,0
Paraíba	14,7	12,2	38,8	34,2	100,0
Pernambuco	12,8	13,5	43,0	30,7	100,0
Alagoas	15,3	12,8	42,1	29,8	100,0
Sergipe	15,8	14,1	39,8	30,3	100,0
Bahia	16,1	15,3	43,4	25,2	100,0
Sudeste	**10,2**	**13,8**	**50,3**	**25,7**	**100,0**
Minas Gerais	8,6	11,7	52,4	27,3	100,0
Espírito Santo	9,9	12,0	52,1	26,0	100,0
Rio de Janeiro	15,2	14,3	43,4	27,1	100,0
São Paulo	9,2	14,7	51,7	24,3	100,0
Sul	**8,4**	**16,7**	**53,1**	**21,8**	**100,0**
Paraná	8,0	16,1	51,7	24,1	100,0
Santa Catarina	8,0	18,0	56,2	17,7	100,0
Rio Grande do Sul	9,1	16,4	52,6	21,9	100,0
Centro – Oeste	**9,9**	**16,6**	**47,9**	**25,6**	**100,0**
Mato Grosso do Sul	8,5	10,9	54,0	26,6	100,0
Mato Grosso	7,5	15,6	48,5	28,5	100,0
Goiás	9,6	17,3	49,4	23,7	100,0
Distrito Federal	14,8	21,0	38,6	25,7	100,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.8: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Tabela 4.10: Ordenamento das UFs segundo jovens sem atividades por faixa etária (%)

UNIDADE FEDERATIVA	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 a 19 anos		20 a 24 anos	
	%	Posição Geral da UF	%	Posição	%	Posição	%	Posição
Paraíba	25,6	1°	13,5	8°	26,0	3°	34,2	1°
Amapá	25,5	2°	12,3	11°	18,8	22°	30,9	3°
Rondônia	24,7	3°	16,2	2°	25,8	4°	30,2	7°
Rio Grande do Norte	24,5	4°	14,2	5°	22,0	12°	32,4	2°
Mato Grosso do Sul	23,6	5°	15,3	3°	28,8	1°	26,6	15°
Pernambuco	23,5	6°	13,8	6°	22,9	9°	30,7	5°
Pará	23,2	7°	13,6	7°	23,0	8°	29,4	9°
Alagoas	23,2	8°	12,7	9°	24,4	5°	29,8	8°
Amazonas	23,1	9°	12,5	10°	21,9	13°	30,8	4°
Mato Grosso	22,4	10°	11,7	14°	23,4	7°	28,5	11°
Sergipe	21,9	11°	12,3	12°	17,9	25°	30,3	6°
Espírito Santo	21,7	12°	15,1	4°	21,2	15°	26,0	17°
Rio de Janeiro	21,5	13°	10,1	20°	23,4	6°	27,1	14°
Ceará	21,3	14°	11,4	16°	20,7	17°	28,5	10°
Minas Gerais	21,1	15°	11,6	15°	20,9	16°	27,3	13°

continua...

...continuação

Acre	20,3	16º	17,2	1º	17,9	24º	23,9	23º
Maranhão	20,3	17º	10,9	18º	19,9	19º	28,2	12º
Distrito Federal	20,3	18º	9,3	23º	21,6	14º	25,7	18º
Paraná	20,1	19º	12,3	13º	22,3	10º	24,1	21º
Piauí	19,5	20º	9,4	22º	22,0	11º	26,0	16º
Roraima	19,4	21º	6,9	27º	26,5	2º	24,0	22º
Goiás	19,1	22º	11,2	17º	19,6	20º	23,7	24º
Bahia	19,0	23º	10,1	19º	19,5	21º	25,2	19º
São Paulo	18,6	24º	8,1	25º	20,3	18º	24,3	20º
Rio Grande do Sul	17,2	25º	8,8	24º	18,5	23º	21,9	26º
Tocantins	17,1	26º	9,9	21º	16,2	26º	22,8	25º
Santa Catarina	13,7	27º	7,3	26º	13,8	27º	17,7	27º

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Maiores taxas de jovens sem atividades, especialmente na faixa de 20 a 24 anos, revelam estruturas de desigualdade que expõem os jovens pobres a maiores dificuldades de encontrar espaços para assumir, progressivamente, seus papéis adultos, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. Essa dificuldade provavelmente decorre, entre outros fatores, de problemas vivenciados já na faixa de 15 a 17 anos (ou antes dela), tais como o trabalho precoce e abandono da escola.

Embora a dificuldade de inserção no mercado atinja os jovens de todos os estratos de renda, ao jovem não pobre ainda resta a continuidade dos estudos e a especialização, tornando-se mais competitivo. Ao jovem pobre, sob os efeitos dos fatores citados e da defasagem escolar decorrente, restam a exclusão ou os trabalhos marginais no contexto social.

As atividades que os jovens desenvolvem aparecem diretamente ligadas às desigualdades existentes na sociedade, permitindo inferir a estrutura de oportunidades que o país, cada região ou unidade federativa oferece à sua juventude. Isso pode ser confirmado se associamos a RFPC a cada uma das situações de atividade dos jovens.

Considerando os totais do Brasil, vemos que a RFPC é maior entre os que só estudam (1,79 salário-mínimo), e diminui progressivamente entre os que estudam/trabalham (1,77), só trabalham (1,40) e não trabalham nem estudam (0,81). Os que não trabalham nem estu-

dam, portanto, como a própria condição já revela, são efetivamente aqueles que se encontram em situação menos favorável de renda. Parece constituir-se assim o "círculo vicioso" da exclusão social, onde os setores juvenis de menor renda familiar não têm condições materiais de continuar seus estudos; sua baixa escolaridade os segrega do mercado de trabalho ou de postos de trabalho mais bem remunerados. Com isso, perpetua-se o círculo vicioso da pobreza.

Em segundo lugar vêm os que só trabalham, ou seja, aqueles que, embora não possam ser considerados "excluídos" (já que têm uma atividade socialmente definida), estão fora dos sistemas de ensino.

Em todas as categorias de atividade, os estados do Nordeste são os que registram os menores patamares de renda. Em todos eles, entre os que só trabalham (27,3%) e os que não trabalham nem estudam (21,4%), a RFPC é inferior a 1 salário-mínimo. No caso dos que não trabalham nem estudam, em alguns estados (Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas e Bahia) a RFPC ultrapassa a linha da pobreza, sendo inferior a ½ salário-mínimo.

Tabela 4.11: RFPC segundo as atividades dos jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (em SM)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Geral	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não Trabalha nem Estuda
BRASIL	**1,46**	**1,79**	**1,77**	**1,40**	**0,81**
Norte	**1,11**	**1,21**	**1,41**	**1,11**	**0,67**
Rondônia	1,31	1,59	1,33	1,48	0,76
Acre	1,57	2,07	2,33	1,06	0,63
Amazonas	1,05	1,17	1,20	1,16	0,63
Roraima	1,33	1,08	2,28	1,40	0,88
Pará	1,02	1,20	1,23	1,02	0,64
Amapá	1,26	1,18	1,78	1,65	1,00
Tocantins	1,15	1,19	1,70	0,91	0,68
Nordeste	**0,82**	**1,06**	**0,88**	**0,75**	**0,50**
Maranhão	0,76	1,02	0,72	0,68	0,50
Piauí	0,75	1,03	0,76	0,59	0,43
Ceará	0,85	1,11	0,93	0,76	0,52
Rio Grande do Norte	0,91	1,05	1,28	0,90	0,52
Paraíba	0,75	1,05	0,70	0,63	0,49

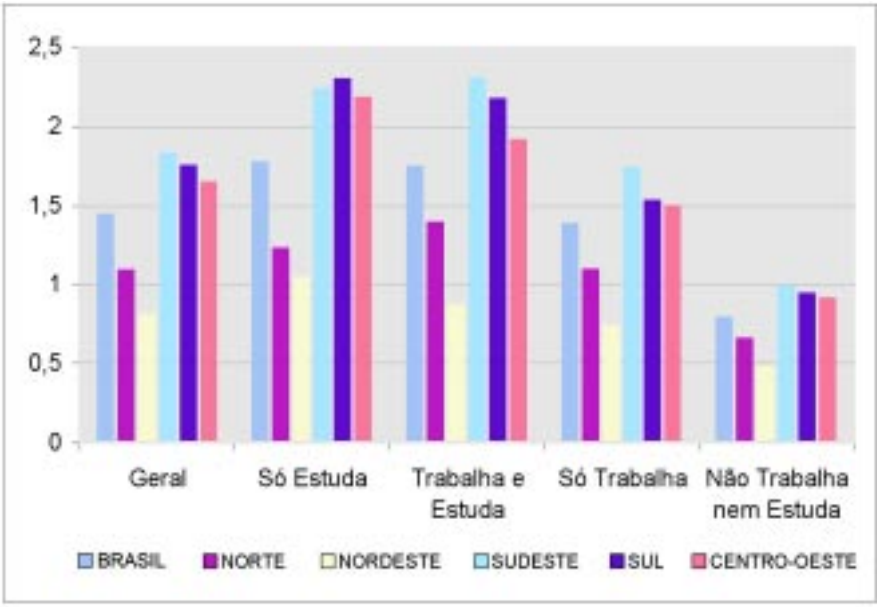
continua...

...continuação

Pernambuco	0,88	1,15	1,03	0,80	0,51
Alagoas	0,73	1,10	0,72	0,59	0,41
Sergipe	0,91	1,26	0,92	0,76	0,56
Bahia	0,83	0,99	0,90	0,83	0,49
Sudeste	**1,85**	**2,25**	**2,32**	**1,76**	**1,01**
Minas Gerais	1,30	1,57	1,64	1,26	0,76
Espirito Santo	1,31	1,86	1,64	1,14	0,70
Rio de Janeiro	1,83	2,18	2,47	1,72	1,00
São Paulo	2,17	2,63	2,63	2,08	1,17
Sul	**1,77**	**2,32**	**2,19**	**1,55**	**0,96**
Paraná	1,65	2,26	2,03	1,43	0,96
Santa Catarina	1,88	2,28	2,22	1,75	0,92
Rio Grande do Sul	1,83	2,39	2,34	1,54	1,00
Centro – Oeste	**1,67**	**2,20**	**1,93**	**1,52**	**0,93**
Mato Grosso do Sul	1,49	2,18	1,65	1,38	0,85
Mato Grosso	1,54	2,03	1,70	1,56	0,87
Goiás	1,46	1,77	1,60	1,47	0,86
Distrito Federal	2,46	3,10	3,45	1,77	1,28

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.9: RFPC segundo as atividades dos jovens de 15 a 24 anos por regiões (em SM)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

O conceito de trabalho/ocupação utilizado na PNAD exclui os "afazeres domésticos",[12] que constituem categoria específica na coleta de dados. Todavia, uma vez que estamos falando sobre "atividades socialmente definidas" e sobre o que elas representam na condição social e econômica dos jovens dentro da estrutura de oportunidades, os afazeres domésticos tornam-se um aspecto que dever ser considerado. Isso porque o tempo dedicado às tarefas do lar, quando não observadas as necessidades de continuidade escolar e profissionalização, de crescimento intelectual e de educação para a cidadania, pode-se converter em um entrave para a possibilidade de um futuro autônomo (do ponto de vista pessoal) e independente (do ponto de vista econômico) para o(a) jovem.

É alto em todas as categorias de atividades, ultrapassando sempre os 50%, o montante de jovens que executa afazeres domésticos. Mesmo entre os que trabalham e estudam esse contingente chega a 53,3%, embora nesse caso a média de horas dedicadas seja a menor (12,7). Por outro lado – e não por acaso –, o percentual de jovens dedicados aos afazeres domésticos é notavelmente maior entre os que não trabalham nem estudam (79%), sendo essa a categoria que dedica mais tempo a tais atividades (31,7 horas em média). Os que só estudam obtêm o segundo maior percentual (66,2%), mas a média de horas dedicadas, nesse segmento, é consideravelmente menor do que a média dos que não estudam nem trabalham.

Tabela 4.12: Jovens dedicados aos afazeres domésticos (%) e média de horas semanais dedicadas por categorias de atividades

ATIVIDADES	Cuida dos afazeres domésticos	Média de horas semanais
Só Estuda	66,2	17,8
Trabalha e estuda	53,3	12,7
Só trabalha	54,4	15,6
Não trabalha nem estuda	79,1	31,7
Total	62,8	20,0

[12] *Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho), de: a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.* (PNAD/IBGE, Notas Técnicas, 2001, *op. cit.*)

Também aqui a correlação com o fator renda é grande. Quanto menor a faixa de renda, maior o percentual de jovens dedicados *exclusivamente* aos afazeres domésticos.

A Tabela a seguir apresenta claramente essa relação. Os jovens que não trabalham nem estudam, com renda inferior a 1/2 SM, são os mais numerosos entre os que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos (26,2%), decrescendo esse percentual à medida que cresce a faixa de renda.

Tabela 4.13: Jovens dedicados aos afazeres domésticos por faixas de renda (%)

FAIXA DE RENDA	Total	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
Menos de ½ SM	15,8	13,9	7,6	9,1	26,2
De 1 a 2 SM	13,1	13,6	6,7	8,2	25,4
Mais de SM	11,4	12,5	6,7	8,4	24,3
Mais de 2 a 5 SM	8,6	8,2	5,7	7,8	20,0
Mais de 5 a 10 SM	5,8	5,0	4,5	6,3	18,4
Mais de 10 SM	3,7	2,9	3,0	5,9	9,5
Total	12,6	11,9	6,6	8,4	25,2

Vemos que o maior percentual de jovens dedicados a afazeres domésticos, em todas as categorias de renda, encontra-se entre os excluídos da educação e que também não conseguem inserção no mercado de trabalho. Subjaz, portanto, uma desigualdade (ou desigualdades) que determina os níveis de formação do jovem, a preparação e a forma de inserção no mercado de trabalho, desenhando futuros mais promissores para alguns e mais sombrios para outros.

4.2.1 Situação rural/urbana

O grande diferencial entre as áreas rural e urbana no total de jovens (15 a 24 anos) está na proporção entre os que só trabalham e os que só estudam.

Na maioria das unidades federativas, os jovens da área urbana estão mais presentes do que os da área rural em sistemas de ensino, notadamente no Nordeste. Considerando o montante dos que só estudam, destacam-se o Piauí (42,1% na área urbana, contra 20,3% na rural) e Sergipe (40,5% e 13,3%, na mesma ordem).

Os jovens da zona rural mostram-se menos presentes na escola e mais presentes no mercado de trabalho. Considerando os que só trabalham, sobressaem-se Espírito Santo (54,8% na área rural contra 31,3% na zona urbana) e Santa Catarina (48,2% e 35,5%, na mesma ordem).

Essas disparidades remetem a desvantagens para os jovens da área rural no que tange às oportunidades de continuidade de sua formação, ao tempo de preparação para o ingresso no trabalho e, conseqüentemente, à forma de inserção no mesmo.

Quanto aos jovens sem atividades, observando a faixa etária total (15 a 24 anos), não se percebem grandes diferenças entre as áreas urbana e rural, salvo a diversidade entre as unidades federativas. Mas vale observar que na área urbana as maiores taxas de jovens sem atividades são registradas em estados do Norte e Nordeste (Paraíba: 26,9%; Alagoas: 26,0%; Amapá: 25,5%), ao passo que na área rural as maiores taxas são observadas em unidades federativas do Sudeste e Centro-Oeste (Rio de Janeiro: 29,3%; Distrito Federal: 29,2%; Mato Grosso: 29,0%).

Tabela 4.14: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
BRASIL	**32,3**	**19,5**	**17,4**	**22,6**	**29,9**	**38,1**	**20,3**	**19,8**
Norte	**35,6**	--	**16,2**	**22,9**	**25,8**	--	**22,4**	**23,0**
Rondônia	29,6	--	14,0	0,0	31,8	--	24,7	0,0
Acre	38,3	--	17,8	0,0	23,6	--	20,3	0,0
Amazonas	39,4	--	13,6	0,0	24,0	--	23,1	0,0
Roraima	36,5	--	16,3	0,0	27,8	--	19,4	0,0
Pará	34,9	--	16,2	0,0	25,8	--	23,2	0,0
Amapá	48,5	--	9,9	0,0	16,1	--	25,5	0,0
Tocantins	27,3	21,6	27,8	22,9	29,7	32,5	15,2	23,0
Nordeste	**36,8**	**21,2**	**16,7**	**24,5**	**24,3**	**34,8**	**22,2**	**19,5**
Maranhão	39,1	15,1	16,8	27,2	22,7	39,9	21,4	17,8
Piauí	42,1	20,3	18,2	24,9	21,1	33,5	18,5	21,3
Ceará	31,9	22,0	19,4	27,6	26,7	31,4	22,0	19,0
Rio Grande do Norte	36,9	27,4	15,2	15,1	24,6	29,4	23,2	28,1
Paraíba	37,3	25,4	13,7	20,7	22,2	32,0	26,9	22,0

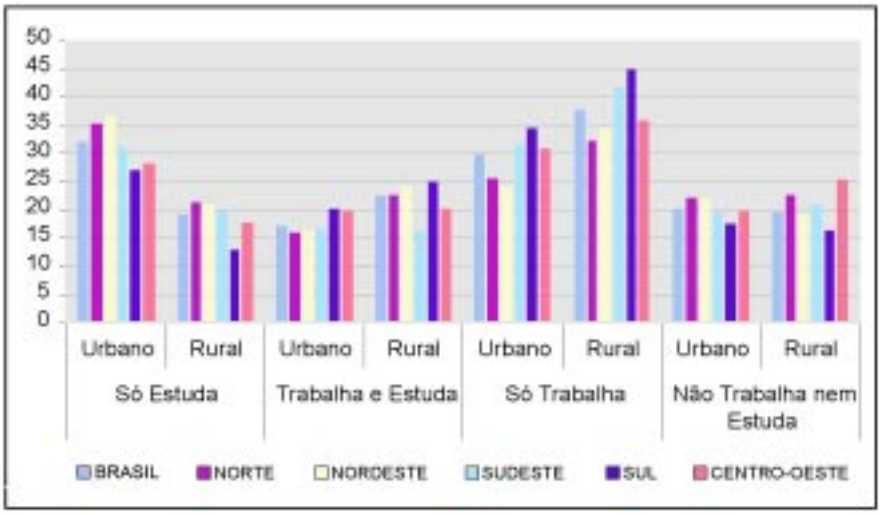
continua...

...continuação

Pernambuco	34,5	18,7	15,3	21,6	26,2	37,6	24,0	22,1
Alagoas	35,9	21,1	13,8	26,6	24,3	35,1	26,0	17,3
Sergipe	40,5	13,3	13,9	26,1	22,4	44,6	23,2	16,1
Bahia	38,6	23,8	17,9	25,0	23,9	33,5	19,6	17,7
Sudeste	**31,4**	**20,2**	**16,8**	**16,6**	**32,0**	**42,1**	**19,8**	**21,1**
Minas Gerais	29,0	21,6	16,2	14,8	33,5	43,6	21,3	19,9
Espírito Santo	30,1	9,6	16,6	15,7	31,3	54,8	22,1	19,9
Rio de Janeiro	37,7	20,9	13,8	9,9	27,3	39,9	21,2	29,3
São Paulo	30,3	21,1	18,1	20,7	33,2	36,9	18,4	21,3
Sul	**27,3**	**13,1**	**20,3**	**25,2**	**34,8**	**45,0**	**17,7**	**16,7**
Paraná	25,8	13,1	19,6	24,4	34,3	43,2	20,2	19,3
Santa Catarina	28,6	10,4	22,2	27,5	35,5	48,2	13,7	13,9
Rio Grande do Sul	27,9	14,9	19,8	24,7	34,8	44,7	17,4	15,7
Centro – Oeste	**28,5**	**18,0**	**20,2**	**20,4**	**31,2**	**36,1**	**20,1**	**25,5**
Mato Grosso do Sul	24,6	20,0	15,7	16,4	36,1	40,0	23,6	23,6
Mato Grosso	25,7	9,7	20,7	24,2	32,9	37,1	20,8	29,0
Goiás	27,6	22,6	22,2	20,2	31,5	34,6	18,6	22,6
Distrito Federal	36,5	31,5	19,0	10,1	24,6	29,2	19,9	29,2

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.10: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

O que foi dito para a faixa total de 15 a 24 anos sobre os que só estudam e os que só trabalham recebe ênfase na faixa de 15 e 17 anos.

Aqui, a análise das atividades por áreas rural e urbana revela dados preocupantes no que se refere à relação escola – trabalho.

Em todas as unidades federativas em que a comparação é possível, a proporção de jovens que só estuda é largamente menor nas áreas rurais. As menores taxas são registradas no Espírito Santo (18,9% na área rural contra 59,8% na área urbana), Mato Grosso (20,8% e 56,8%, na mesma ordem) e Santa Catarina (22,8% e 61,4%, na mesma ordem).

Também como uma constante nas unidades federativas, o contingente de jovens dessa idade que só trabalha é maior na área rural, chegando a 35,8% na zona rural do Espírito Santo (contra 5,9% da zona urbana) e a 25,3% em Sergipe (contra 6,3% na área urbana).

Saliente-se que a zona rural apresenta médias de anos de estudo mais baixas e maiores índices de analfabetismo do que a zona urbana, o que já pode representar um efeito perverso do trabalho precoce.

Em comparação a essas discrepâncias, o contingente de jovens sem atividades tende a patamares aproximados nas duas localidades, embora a área rural registre taxas discretamente maiores. Na área rural, as maiores taxas de jovens nessa condição foram registradas no Rio Grande do Norte (19,0% contra 12,1% na área urbana), Mato Grosso (16,8% contra 7,4% na área urbana) e Espírito Santo (15,8% contra 10,2% na área urbana). Na área urbana, os patamares mais elevados foram os do Acre (17,2%), Rondônia (16,2%) e Mato Grosso do Sul (15,8% contra 12,5% na área rural).

Tabela 4.15: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
BRASIL	**64,0**	**35,4**	**19,2**	**35,6**	**6,4**	**16,9**	**10,4**	**12,1**
Norte	**62,8**	**--**	**17,4**	**--**	**6,9**	**--**	**12,9**	**--**
Rondônia	59,7	--	18,2	--	5,8	--	16,2	--
Acre	60,7	--	12,9	--	9,1	--	17,2	--
Amazonas	69,3	--	14,1	--	4,1	--	12,5	--
Roraima	76,5	--	13,1	--	3,5	--	6,9	--

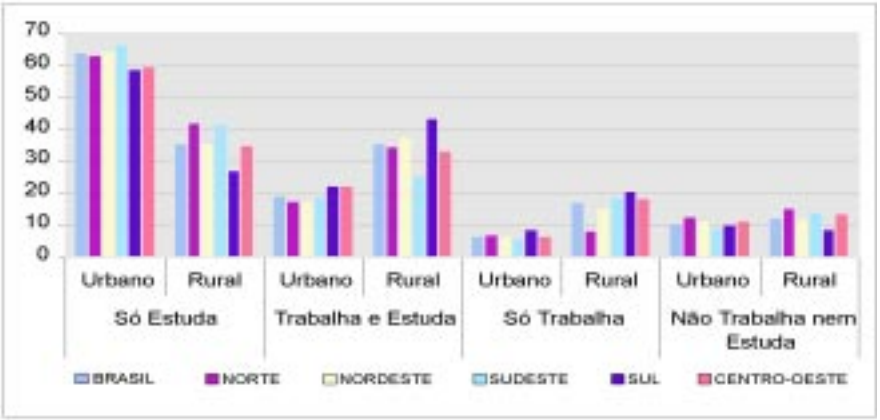
continua...

...continuação

Pará	60,9	--	16,6	--	8,8	--	13,6	--
Amapá	80,0	--	6,2	--	1,5	--	12,3	--
Tocantins	50,0	41,8	35,1	34,5	7,1	8,2	7,8	15,5
Nordeste	**64,4**	**35,3**	**17,7**	**37,5**	**6,4**	**15,2**	**11,5**	**12,0**
Maranhão	62,9	25,6	20,2	44,3	6,6	18,2	10,3	11,8
Piauí	72,4	33,6	17,2	36,3	4,6	15,1	5,9	15,1
Ceará	59,4	34,2	21,5	44,8	7,1	11,1	11,9	9,8
Rio Grande do Norte	69,5	48,5	14,7	21,8	3,7	9,9	12,1	19,8
Paraíba	63,3	46,3	16,2	30,2	6,5	11,4	14,0	12,1
Pernambuco	62,4	32,6	14,6	33,1	8,7	21,8	14,2	12,5
Alagoas	63,6	31,8	17,0	40,5	5,9	16,2	13,4	11,5
Sergipe	68,9	24,1	13,3	35,6	6,3	25,3	11,5	14,9
Bahia	66,6	39,4	18,2	37,4	5,3	12,8	9,9	10,5
Sudeste	**66,4**	**41,6**	**19,0**	**25,3**	**5,5**	**18,9**	**9,2**	**14,2**
Minas Gerais	60,3	43,3	20,9	24,6	7,2	20,5	11,6	11,6
Espírito Santo	59,8	18,9	19,3	29,5	5,9	35,8	15,0	15,8
Rio de Janeiro	75,9	64,2	10,1	14,9	3,7	16,7	10,3	4,2
São Paulo	66,1	43,2	21,2	26,7	5,3	11,1	7,4	19,0
Sul	**58,7**	**27,3**	**22,3**	**43,5**	**8,9**	**20,5**	**10,1**	**8,7**
Paraná	56,4	27,9	21,5	37,1	9,4	23,9	12,7	11,1
Santa Catarina	61,4	22,8	24,8	48,2	6,1	22,8	7,6	6,1
Rio Grande do Sul	59,2	29,5	21,5	47,9	10,1	15,2	9,1	7,4
Centro – Oeste	**59,7**	**34,9**	**22,4**	**33,1**	**6,6**	**18,3**	**11,4**	**13,6**
Mato Grosso do Sul	54,7	35,9	21,7	32,8	7,8	18,8	15,8	12,5
Mato Grosso	56,8	20,8	23,5	44,6	9,4	17,8	10,2	16,8
Goiás	55,6	44,0	27,0	25,9	6,2	19,0	11,2	11,2
Distrito Federal	76,6	66,7	10,9	4,8	3,4	14,3	9,1	14,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.11: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Entre os que têm 18 e 19 anos, altos contingentes de jovens sem atividades são registrados tanto na zona urbana quanto na rural, com uma grande heterogeneidade entre as unidades federativas. No entanto, reiterando a tendência já apontada, os percentuais mais elevados são identificados na zona rural, crescentemente conforme a faixa etária.

As maiores taxas na área rural, nessas idades, foram registradas no Rio de Janeiro (35,6% contra 23,0% na área urbana), Mato Grosso do Sul (32,4% contra 28,3% na área urbana) e Mato Grosso (30,9% contra 21,1%, na área urbana).

Na área urbana, Alagoas apresenta a maior proporção de jovens sem atividades socialmente definidas (29,2% contra 13,9% na área rural), seguido do Mato Grosso do Sul, já mencionado, e da Paraíba (26,9% contra 23,5% na área rural).

Tabela 4.16: Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
BRASIL	**32,4**	**19,7**	**20,5**	**23,4**	**25,8**	**37,8**	**21,3**	**19,1**
Norte	**38,4**	**--**	**19,8**	**--**	**19,9**	**--**	**21,9**	**--**
Rondônia	27,8	--	16,7	--	29,8	--	25,8	--
Acre	42,3	--	22,0	--	17,9	--	17,9	--
Amazonas	44,2	--	16,7	--	17,2	--	21,9	--
Roraima	36,2	--	22,9	--	14,5	--	26,5	--
Pará	37,8	--	19,4	--	19,8	--	23,0	--
Amapá	60,0	--	10,0	--	11,3	--	18,8	--
Tocantins	27,5	16,0	33,3	26,0	24,3	36,0	14,9	22,0
Nordeste	**39,5**	**22,6**	**19,9**	**24,9**	**18,4**	**33,5**	**22,1**	**19,0**
Maranhão	41,5	13,6	18,6	27,1	20,2	39,0	19,8	20,3
Piauí	40,1	17,8	21,1	27,8	14,8	35,6	23,9	18,9
Ceará	32,8	29,7	24,7	22,0	20,8	31,4	21,7	17,0
Rio Grande do Norte	38,8	33,9	18,4	21,0	20,9	22,6	21,9	22,6
Paraíba	43,0	22,2	14,0	19,8	16,1	34,6	26,9	23,5
Pernambuco	36,4	22,0	19,4	22,7	20,8	33,8	23,4	21,5
Alagoas	39,8	24,1	12,3	29,1	18,7	32,9	29,2	13,9

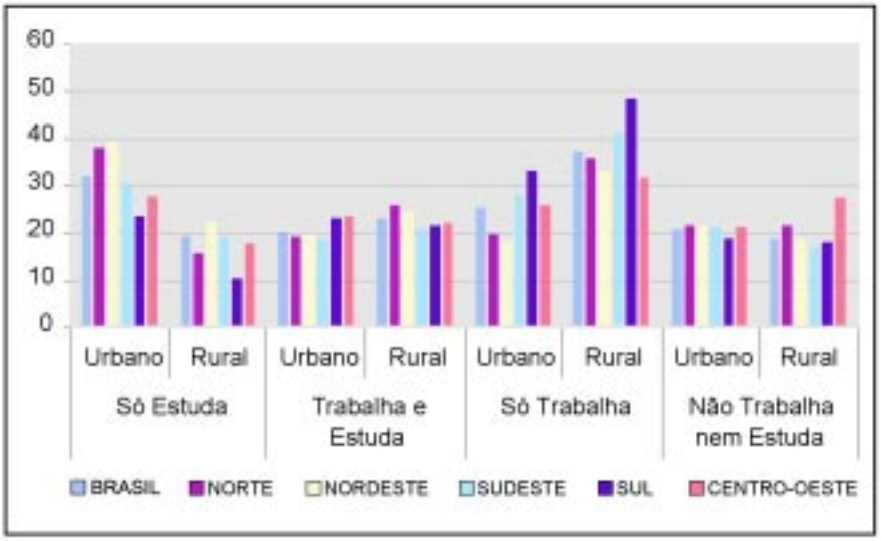
continua...

...continuação

Sergipe	50,3	11,9	16,0	21,4	14,4	54,8	19,3	11,9
Bahia	42,0	24,7	21,9	26,3	15,9	31,0	20,1	18,1
Sudeste	**30,7**	**19,8**	**19,4**	**21,3**	**28,5**	**41,5**	**21,4**	**17,4**
Minas Gerais	30,2	20,5	17,4	16,9	30,9	45,5	21,5	17,1
Espírito Santo	33,2	4,0	19,4	16,0	27,1	54,0	20,2	26,0
Rio de Janeiro	38,1	20,8	17,0	10,3	22,0	33,3	23,0	35,6
São Paulo	28,0	22,5	21,2	29,1	30,0	35,9	20,9	12,5
Sul	**23,9**	**10,7**	**23,6**	**21,9**	**33,4**	**48,9**	**19,1**	**18,5**
Paraná	21,4	8,8	23,9	21,9	31,9	49,0	22,8	20,3
Santa Catarina	26,9	9,3	26,2	25,3	33,9	48,0	13,0	17,3
Rio Grande do Sul	24,6	14,1	21,9	19,6	34,7	49,3	18,8	17,0
Centro – Oeste	**28,2**	**18,1**	**23,9**	**22,3**	**26,3**	**32,0**	**21,6**	**27,6**
Mato Grosso do Sul	20,7	14,7	16,0	11,8	35,0	41,2	28,3	32,4
Mato Grosso	23,8	8,8	26,5	25,0	28,7	35,3	21,1	30,9
Goiás	28,9	25,7	26,5	23,1	25,6	26,9	19,0	24,4
Distrito Federal	36,5	35,0	22,9	30,0	18,7	20,0	21,9	15,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.12: Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Também na faixa de 20 a 24 anos, em boa parte dos casos, é mais alto na zona rural o montante daqueles que só trabalham. Num primeiro olhar, isso poderia sugerir uma maior facilidade de inserção no mercado

de trabalho entre esses jovens. Contudo, considerando a queda do emprego agrícola no Brasil,[13] a escassez de atividades não agrícolas para o jovem no meio rural e os *deficits* educacionais maiores nessa localidade, há que se ponderar sobre os aspectos qualitativos de tal inserção.[14]

Embora altas taxas de jovens sem atividades sejam registradas em ambas as áreas, a zona rural registra taxas significativamente mais altas em algumas unidades federativas, chegando a 41,7% no Distrito Federal (contra 25,0% na área urbana) e a 36,9% no Rio de Janeiro e em Mato Grosso (contra 26,7% e 26,6% na área urbana, respectivamente).

Tabela 4.17: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
BRASIL	**12,5**	**6,4**	**15,0**	**11,5**	**46,4**	**55,5**	**26,1**	**26,6**
Norte	**16,8**	--	**13,8**	--	**40,6**	--	**28,8**	--
Rondônia	8,8	--	9,7	--	51,3	--	30,2	--
Acre	19,4	--	19,4	--	37,3	--	23,9	--
Amazonas	17,1	--	11,9	--	40,3	--	30,8	--
Roraima	11,5	--	15,3	--	49,2	--	24,0	--
Pará	16,7	--	14,4	--	39,4	--	29,4	--
Amapá	37,1	--	10,8	--	21,2	--	30,9	--
Tocantins	11,0	8,3	19,7	13,1	48,7	49,7	20,6	29,0
Nordeste	**16,8**	**8,6**	**14,6**	**13,3**	**39,2**	**52,0**	**29,4**	**26,1**
Maranhão	19,2	6,3	13,1	11,7	36,7	60,1	31,0	22,0
Piauí	21,6	10,4	17,8	13,9	35,5	48,0	25,1	27,7
Ceará	12,6	9,5	15,6	17,0	42,8	46,8	29,0	26,8
Rio Grande do Norte	15,3	8,8	14,1	7,4	39,7	47,1	31,0	36,8
Paraíba	16,5	9,4	11,8	13,3	35,8	47,8	35,8	29,4
Pernambuco	15,1	5,4	14,0	11,5	40,2	52,6	30,7	30,4
Alagoas	17,4	10,5	12,5	13,4	37,8	52,3	32,3	23,8
Sergipe	18,4	2,4	13,3	18,3	36,0	59,8	32,3	19,5
Bahia	18,6	10,1	15,9	13,7	39,7	52,5	25,8	23,7

continua...

[13] PNAD/IBGE, 2001. *Situação do mercado de trabalho:* comentários. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/mtexto/pnadcoment3.htm. Acesso em: 19/12/2003.

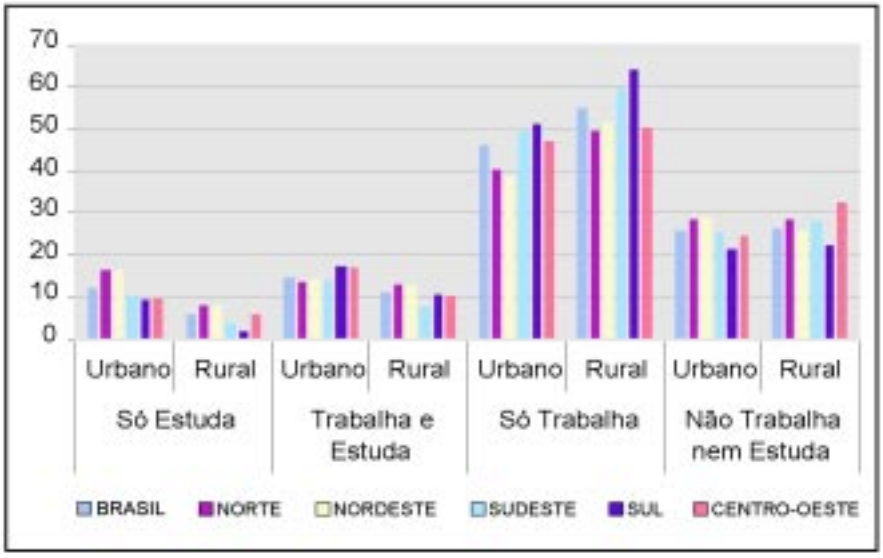
[14] A respeito do subemprego no setor agrícola, ver entre outros: BALSADI, Otavio Valentim. Emprego Agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos Anos 90. *Revista Ops*, Salvador, v. 2, n. 7, Inverno, 1997.

...continuação

Sudeste	**10,7**	**4,2**	**14,3**	**7,8**	**49,6**	**59,8**	**25,5**	**28,2**
Minas Gerais	9,4	3,6	12,7	5,3	50,8	62,7	27,1	28,4
Espírito Santo	11,1	4,3	13,7	4,3	48,2	70,7	27,1	20,7
Rio de Janeiro	15,7	3,8	14,5	7,9	43,1	51,5	26,7	36,9
São Paulo	9,4	5,0	14,9	11,8	51,5	55,4	24,2	27,8
Sul	**9,6**	**2,0**	**17,6**	**11,1**	**51,2**	**64,2**	**21,6**	**22,8**
Paraná	9,1	1,4	16,6	13,4	50,6	58,5	23,7	26,8
Santa Catarina	9,3	1,3	19,1	12,8	53,9	67,8	17,6	18,1
Rio Grande do Sul	10,1	2,9	17,8	7,7	50,1	67,3	21,9	22,1
Centro – Oeste	**10,4**	**6,3**	**17,3**	**10,6**	**47,6**	**50,4**	**24,7**	**32,7**
Mato Grosso do Sul	8,6	7,5	11,9	3,0	53,3	59,7	26,2	29,9
Mato Grosso	8,7	2,1	17,0	9,2	47,7	51,8	26,6	36,9
Goiás	9,8	8,0	17,5	15,5	49,6	47,6	23,0	28,9
Distrito Federal	14,8	14,6	21,7	4,2	38,6	39,6	25,0	41,7

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.13: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

A estrutura de atividades por localidade nas faixas etárias permite perceber um maior grau de vulnerabilidade entre os jovens da zona rural a partir de dois aspectos, precisamente: maiores taxas de jovens que não trabalham nem estudam (principalmente nas faixas de 20 a 24

e 15 a 17 anos) e, ao mesmo tempo, maior contingente de jovens de 15 a 17 anos cuja atividade é apenas o trabalho (estando fora da escola).

Tem-se, de um lado a tendência ao trabalho precoce. De outro lado, aquilo que somado a outros fatores pode ser efeito retardado, mas bastante previsível, desse mesmo problema: a falta de uma atividade socialmente definida na faixa etária mais adiantada da juventude.

4.2.2 Diferenças por gênero

Os dados apontam uma maior pressão sobre os homens, comparativamente às mulheres, para começar a trabalhar cedo, como veremos na faixa de 15 a 17 anos. Complementarmente, aspecto já observado no tópico "escolarização", observa-se uma maior presença das jovens nos sistemas de ensino em relação aos jovens: se no total de jovens os que só estudam perfazem 30,3%, entre as mulheres essa taxa é de 33,0% contra 28,0% entre os homens.

A preponderância das mulheres entre os que só estudam ocorre em quase todas as faixas etárias e unidades federativas (excetuando-se o Acre e Santa Catarina, na faixa de 15 a 17 anos). Contudo, as proporções são notadamente maiores em estados do Norte e Nordeste.

Os homens, por sua vez, estão mais presentes no mercado de trabalho. Tomando os que conciliam trabalho e escola (18,2%), eles obtêm a maior taxa (22% contra 15% entre as mulheres). Entre os jovens que só trabalham, também é maior a parcela de homens: 39,0% contra 23,0% entre as mulheres. Vale notar, ainda, que entre os homens essa presença no mercado de trabalho (sobretudo na faixa de 20 a 24 anos) é maior em estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que revela uma desigualdade regional que pode se sobrepor à desigualdade de gênero.

Por outro lado, a falta de uma atividade socialmente definida (excetuando-se os afazeres domésticos) prepondera entre as mulheres (29,0%, contra 12,0% entre os homens). Esse contingente alcança altas taxas em todas as regiões, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. Enquanto a maior taxa registrada dos que não trabalham

nem estudam entre os homens é de 20% (observada no Amapá), entre as mulheres a maior atinge 37,0% (Mato Grosso).[15]

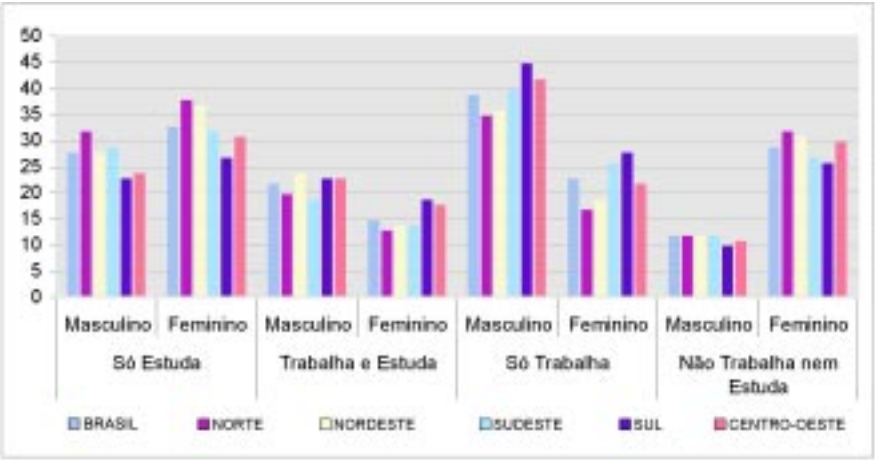
Tabela 4.18: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
BRASIL	**28,0**	**33,0**	**22,0**	**15,0**	**39,0**	**23,0**	**12,0**	**29,0**
Norte	**32,0**	**38,0**	**20,0**	**13,0**	**35,0**	**17,0**	**12,0**	**32,099**
Rondônia	26,0	33,0	17,0	11,0	44,0	19,0	13,0	36,0
Acre	36,0	40,0	21,0	15,0	32,0	16,0	11,0	30,0
Amazonas	36,0	43,0	17,0	10,0	32,0	17,0	16,0	30,0
Roraima	35,0	39,0	17,0	15,0	33,0	21,0	15,0	25,0
Pará	33,0	37,0	20,0	13,0	36,0	16,0	11,0	34,0
Amapá	51,0	46,0	10,0	10,0	19,0	14,0	20,0	30,0
Tocantins	20,0	32,0	33,0	21,0	41,0	20,0	7,0	27,0
Nordeste	**28,0**	**37,0**	**24,0**	**14,0**	**36,0**	**19,0**	**12,0**	**31,0**
Maranhão	26,0	37,0	25,0	15,0	39,0	18,0	10,0	30,0
Piauí	28,0	40,0	27,0	15,0	36,0	16,0	10,0	29,0
Ceará	26,0	33,0	26,0	17,0	35,0	21,0	12,0	30,0
Rio Grande do Norte	33,0	36,0	17,0	13,0	35,0	17,0	16,0	33,0
Paraíba	30,0	38,0	21,0	10,0	34,0	16,0	15,0	36,0
Pernambuco	27,0	34,0	22,0	12,0	37,0	21,0	13,0	34,0
Alagoas	28,0	34,0	21,0	15,0	38,0	18,0	13,0	33,0
Sergipe	31,0	39,0	18,0	15,0	38,0	17,0	12,0	30,0
Bahia	29,0	39,0	26,0	14,0	35,0	18,0	10,0	28,0
Sudeste	**29,0**	**32,0**	**19,0**	**14,0**	**40,0**	**26,0**	**12,0**	**27,0**
Minas Gerais	24,0	32,0	19,0	14,0	45,0	26,0	13,0	29,0
Espírito Santo	22,0	31,0	18,0	15,0	48,0	24,0	12,0	31,0
Rio de Janeiro	36,0	38,0	16,0	12,0	35,0	21,0	13,0	30,0
São Paulo	29,0	31,0	21,0	16,0	39,0	28,0	12,0	25,0
Sul	**23,0**	**27,0**	**23,0**	**19,0**	**45,0**	**28,0**	**10,0**	**26,0**
Paraná	22,0	26,0	22,0	19,0	45,0	26,0	11,0	29,0
Santa Catarina	25,0	26,0	25,0	22,0	45,0	31,0	6,0	22,0
Rio Grande do Sul	23,0	29,0	23,0	18,0	45,0	28,0	10,0	25,0
Centro – Oeste	**24,0**	**31,0**	**23,0**	**18,0**	**42,0**	**22,0**	**11,0**	**30,0**
Mato Grosso do Sul	21,0	28,0	18,0	13,0	47,0	25,0	14,0	34,0
Mato Grosso	19,0	26,0	26,0	17,0	46,0	21,0	9,0	37,0
Goiás	23,0	31,0	25,0	19,0	42,0	21,0	10,0	28,0
Distrito Federal	35,0	37,0	19,0	18,0	30,0	20,0	15,0	24,0

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

[15] Vale lembrar que o conceito de "trabalho" utilizado na PNAD não contempla os "afazeres domésticos".

Gráfico 4.14: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Dada a pressão para o trabalho sobre os homens jovens e os riscos, já conhecidos, do trabalho precoce, a avaliação da faixa de 15 a 17 anos torna-se especialmente importante.

Em ambos os sexos, mas notadamente entre os homens dessa faixa etária, são registradas grandes disparidades na categoria "só trabalha". A maior taxa de mulheres que só trabalha é registrada no Paraná (9,9%). Mas as taxas mais altas entre os homens são superiores nessa idade: 18,5% no Espírito Santo, 16,5% em Pernambuco, 15,7% no Mato Grosso do Sul e 15,3% no Mato Grosso e em Sergipe.

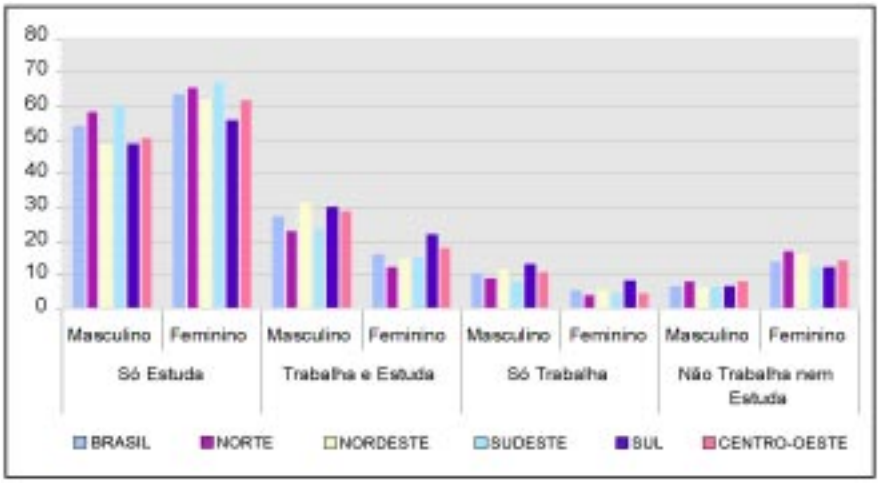
Por outro lado, quando observado nessa faixa etária o contingente dos que não trabalham nem estudam, o número das mulheres supera o dos homens em quase todos os estados, com exceção do Distrito Federal, onde há um "quase empate" (9,2% entre as mulheres contra 9,3% entre os homens), e Roraima, onde a taxa de homens é maior (8,8% contra 4,3% de mulheres).

Tabela 4.19: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
BRASIL	**54,4**	**63,6**	**27,7**	**16,5**	**10,8**	**5,7**	**7,1**	**14,2**
Norte	**58,5**	**65,6**	**23,5**	**12,5**	**9,5**	**4,4**	**8,5**	**17,5**
Rondônia	56,1	63,1	23,6	13,1	8,1	3,7	12,2	20,0
Acre	62,3	59,1	16,2	9,7	11,8	6,5	9,7	24,7
Amazonas	65,7	73,0	17,5	10,7	5,4	2,8	11,4	13,5
Roraima	73,5	80,8	13,3	12,8	4,4	2,1	8,8	4,3
Pará	59,1	62,8	22,1	11,3	12,0	5,8	6,8	20,2
Amapá	84,6	76,9	3,8	7,7	0,0	2,6	11,5	12,8
Tocantins	37,2	60,1	45,9	22,3	11,5	2,7	5,5	14,9
Nordeste	**49,1**	**62,0**	**31,9**	**15,5**	**12,1**	**6,0**	**6,9**	**16,6**
Maranhão	44,7	54,7	38,4	19,3	12,3	9,1	4,6	16,9
Piauí	48,2	67,2	34,2	14,6	13,5	3,6	4,1	14,6
Ceará	47,9	58,5	35,5	19,1	10,0	6,2	6,7	16,2
Rio Grande do Norte	60,3	67,2	20,1	13,2	8,2	2,6	11,4	16,9
Paraíba	51,3	66,4	28,6	10,9	9,9	5,7	10,3	17,0
Pernambuco	47,4	61,9	27,8	10,7	16,5	7,7	8,3	19,8
Alagoas	48,0	55,8	32,7	18,6	12,4	7,0	6,9	18,6
Sergipe	52,4	63,1	25,9	12,3	15,3	6,9	6,5	17,6
Bahia	49,9	65,3	32,8	16,0	11,2	4,3	6,1	14,4
Sudeste	**60,8**	**67,2**	**23,6**	**15,6**	**8,7**	**4,8**	**6,8**	**12,4**
Minas Gerais	51,1	63,2	27,5	15,8	13,3	6,0	8,1	15,0
Espírito Santo	46,0	54,6	28,0	15,7	18,5	7,4	7,5	22,2
Rio de Janeiro	74,6	76,5	12,3	8,4	6,3	2,1	6,9	13,1
São Paulo	62,4	67,1	25,1	18,0	6,5	4,9	6,1	10,0
Sul	**48,8**	**56,2**	**30,4**	**22,5**	**13,5**	**8,9**	**7,3**	**12,4**
Paraná	45,4	55,6	30,4	18,8	14,9	9,9	9,3	15,7
Santa Catarina	55,4	52,1	29,8	29,2	10,4	8,5	4,5	10,2
Rio Grande do Sul	48,5	59,1	30,7	22,0	13,8	8,3	7,0	10,7
Centro – Oeste	**51,0**	**61,8**	**29,0**	**18,6**	**11,4**	**4,9**	**8,6**	**14,8**
Mato Grosso do Sul	45,1	58,8	27,0	19,8	15,7	2,7	12,3	18,7
Mato Grosso	40,5	58,2	36,8	18,6	15,3	6,8	7,4	16,4
Goiás	49,9	58,5	32,4	21,5	10,2	5,3	7,5	14,7
Distrito Federal	75,5	77,0	11,2	10,3	4,1	3,4	9,2	9,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.15: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo sexo por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Comparando a faixas de 15/17 com a de 18/19, também há discrepâncias significativas por sexo. Na faixa de 18 a 19 anos, em relação à anterior, é menor tanto entre homens quanto entre mulheres o número dos que só estudam, mas a taxa de mulheres nessa condição continua maior (33,9% contra 27,0% entre os homens).

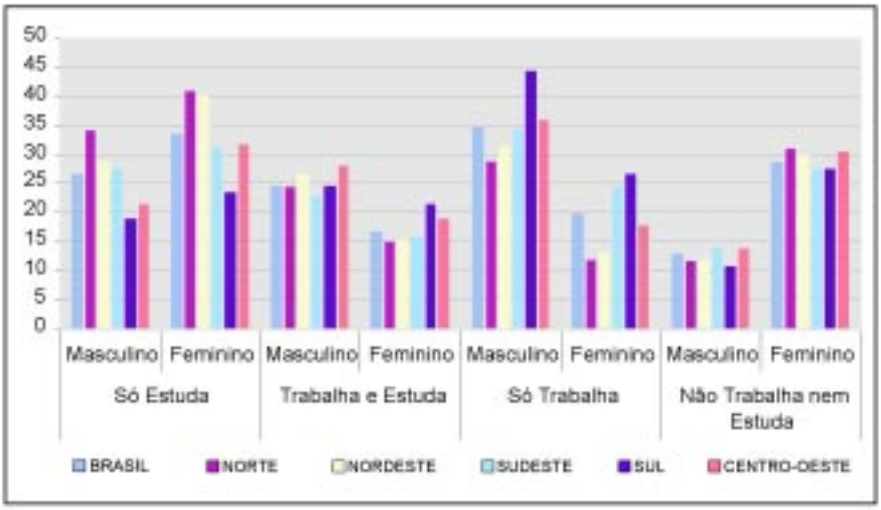
É muito maior o contingente daqueles que só trabalham, em ambos os sexos. Contudo, a presença dos homens no mercado de trabalho já começa a se definir como maior a partir dessa faixa etária (35,0% contra 20,2%). Também já nessa faixa etária as mulheres tornam-se bem mais numerosas na categoria "não trabalha nem estuda" (29,0% contra 13,1% entre os homens).

Tabela 4.20: Estrutura de atividades entre os jovens e 18 e 19 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
BRASIL	**27,0**	**33,9**	**24,9**	**16,9**	**35,0**	**20,2**	**13,1**	**29,0**
Norte	**34,3**	**41,3**	**24,7**	**15,4**	**29,0**	**12,1**	**12,0**	**31,2**
Rondônia	22,8	33,0	22,8	10,3	39,6	19,6	14,9	37,1
Acre	33,3	51,7	25,4	18,3	28,6	6,7	12,7	23,3
Amazonas	40,9	47,5	20,4	12,8	23,8	10,6	14,9	29,0
Roraima	35,0	37,2	27,5	18,6	22,5	7,0	15,0	37,2
Pará	35,4	40,0	24,6	15,0	29,2	11,5	10,8	33,5
Amapá	58,8	60,9	8,8	10,9	14,7	8,7	17,7	19,6
Tocantins	20,4	30,8	37,3	26,1	35,9	16,2	6,3	26,9
Nordeste	**29,0**	**40,4**	**26,9**	**15,7**	**31,8**	**13,6**	**12,2**	**30,2**
Maranhão	24,2	41,8	26,8	15,3	36,6	14,7	12,4	28,2
Piauí	21,9	41,6	30,2	16,8	34,5	10,6	13,4	31,0
Ceará	25,7	38,0	30,8	18,0	30,4	16,5	13,1	27,5
Rio Grande do Norte	36,4	38,7	23,1	15,5	27,3	16,2	13,2	29,6
Paraíba	36,0	39,5	21,7	9,3	29,2	12,3	13,0	38,9
Pernambuco	28,9	36,0	26,0	15,1	33,6	15,8	11,5	33,1
Alagoas	29,8	39,7	20,2	15,1	33,9	12,7	16,1	32,5
Sergipe	34,3	51,2	17,6	16,5	35,2	9,9	13,0	22,3
Bahia	30,7	42,9	29,4	16,7	29,5	11,1	10,5	29,3
Sudeste	**27,9**	**31,6**	**23,0**	**16,1**	**34,6**	**24,5**	**14,4**	**27,9**
Minas Gerais	23,6	33,5	19,4	15,4	42,9	23,9	14,1	27,2
Espírito Santo	23,8	32,9	19,2	18,5	43,7	19,2	13,2	29,5
Rio de Janeiro	36,9	38,1	20,3	12,9	27,7	16,7	15,1	32,3
São Paulo	27,0	28,2	25,9	17,3	32,6	28,0	14,4	26,5
Sul	**19,4**	**23,7**	**24,9**	**21,6**	**44,8**	**27,0**	**11,0**	**27,7**
Paraná	18,6	19,2	23,6	23,4	44,2	26,0	13,7	31,4
Santa Catarina	20,6	26,7	27,9	23,8	44,1	27,9	7,4	21,5
Rio Grande do Sul	19,6	26,6	24,4	18,6	45,7	27,6	10,4	27,2
Centro – Oeste	**21,7**	**32,1**	**28,2**	**19,2**	**36,2**	**18,0**	**13,9**	**30,7**
Mato Grosso do Sul	16,0	24,4	20,1	10,2	43,8	26,8	20,1	38,6
Mato Grosso	18,8	21,9	34,4	16,8	39,6	19,7	7,1	41,6
Goiás	20,6	36,0	29,9	22,5	36,4	15,8	13,1	25,7
Distrito Federal	33,3	39,2	25,4	21,3	23,7	14,5	17,5	25,1

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.16: Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo sexo por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Foi observado no total de jovens que a ausência atividades socialmente definidas (excetuando-se o trabalho doméstico) cresce à medida que aumenta a faixa etária. Entre as mulheres, porém, essa tendência é bem mais forte do que entre os homens. Ao atingir a faixa etária de 20 a 24 anos, entre as mulheres o número das que só trabalham é bastante próximo do número das que não trabalham nem estudam (35,4% e 37,8%, respectivamente). Entre os homens, essas proporções são 60,4% e 14,0%, na mesma ordem.

Na faixa de idade referida, portanto, é majoritária a presença dos homens no mercado de trabalho, especialmente nas unidades federativas do Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

Em contrapartida, as mulheres crescem entre os que não trabalham nem estudam (37,8%, contra 14,0% entre os homens), notadamente em estados do Norte e Nordeste.

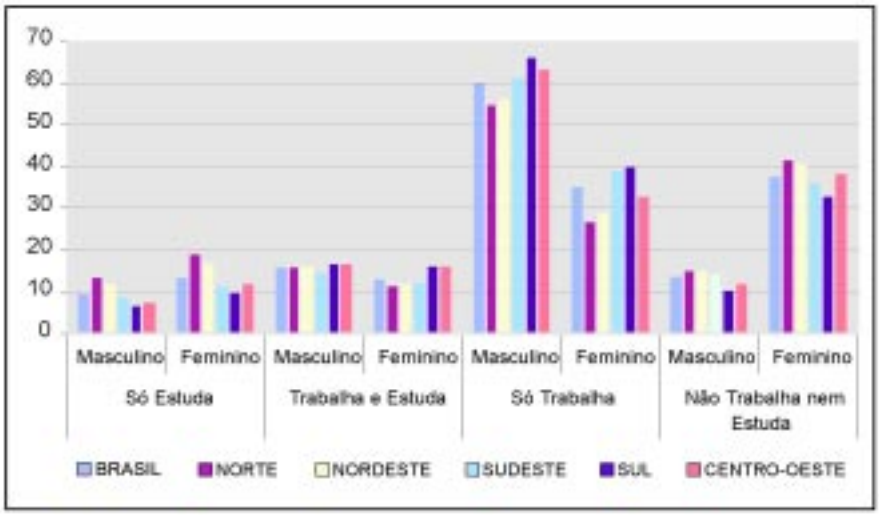
As maiores taxas entre homens de 20 a 24 anos sem atividades são registradas no Amapá (22,0%) e na Paraíba (20,2%). Mas entre as mulheres as taxas mais altas são notavelmente superiores: 48,6% em Rondônia, 47,5% na Paraíba e 46,0% no Mato Grosso.

Tabela 4.21: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
BRASIL	**9,7**	**13,5**	**15,9**	**13,3**	**60,4**	**35,4**	**14,0**	**37,8**
Norte	**13,7**	**19,3**	**15,9**	**11,8**	**55,3**	**27,1**	**15,2**	**41,7**
Rondônia	7,6	10,1	9,4	10,1	69,9	31,3	13,0	48,6
Acre	17,1	21,5	23,1	16,2	49,6	26,2	10,3	36,1
Amazonas	13,1	20,9	14,8	9,2	53,2	27,9	19,0	42,0
Roraima	8,8	14,8	15,7	14,8	56,9	39,5	18,6	30,9
Pará	13,7	19,5	16,9	12,0	55,0	25,1	14,4	43,3
Amapá	42,3	32,3	11,4	10,3	24,4	18,4	22,0	39,0
Tocantins	5,5	14,9	19,3	16,7	66,1	32,6	9,1	35,8
Nordeste	**11,9**	**17,2**	**16,4**	**12,2**	**56,3**	**29,4**	**15,4**	**41,2**
Maranhão	11,8	18,5	13,4	11,9	61,1	26,6	13,7	43,1
Piauí	14,9	20,4	18,6	14,5	54,5	26,4	12,0	38,7
Ceará	10,8	12,8	17,7	14,3	56,6	32,1	14,9	40,8
Rio Grande do Norte	13,1	14,3	12,7	12,2	54,8	28,0	19,4	45,5
Paraíba	10,7	18,6	14,1	10,4	55,0	23,5	20,2	47,5
Pernambuco	10,6	15,0	16,8	10,3	54,9	31,6	17,7	43,2
Alagoas	12,0	18,3	13,0	12,5	59,1	27,0	15,9	42,1
Sergipe	14,7	16,7	12,6	15,3	56,3	26,3	16,5	41,6
Bahia	12,4	19,9	18,8	11,8	55,5	31,3	13,4	37,0
Sudeste	**8,9**	**11,5**	**15,0**	**12,6**	**61,6**	**39,6**	**14,6**	**36,2**
Minas Gerais	7,1	10,0	12,4	11,0	65,4	39,2	15,1	39,8
Espírito Santo	6,1	13,6	11,9	12,1	67,1	37,3	14,9	37,0
Rio de Janeiro	13,9	16,4	15,6	13,1	55,0	32,8	15,4	37,8
São Paulo	8,2	10,1	16,3	13,3	61,6	42,6	14,0	34,0
Sul	**6,7**	**10,1**	**16,9**	**16,4**	**66,2**	**40,4**	**10,3**	**33,1**
Paraná	6,4	9,6	15,5	16,8	66,5	37,0	11,7	36,6
Santa Catarina	6,1	9,9	19,4	16,7	67,9	45,1	6,5	28,3
Rio Grande do Sul	7,3	10,8	16,8	15,9	64,9	40,7	11,1	32,6
Centro – Oeste	**7,8**	**11,9**	**16,8**	**16,3**	**63,4**	**33,0**	**11,9**	**38,7**
Mato Grosso do Sul	6,3	10,7	10,9	11,0	70,1	38,2	12,8	40,1
Mato Grosso	5,8	9,1	15,5	15,7	68,4	29,3	10,3	46,0
Goiás	7,9	11,4	18,0	16,6	64,2	34,1	9,9	37,9
Distrito Federal	11,9	17,0	21,5	20,6	48,5	30,9	18,1	31,5

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.17: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo sexo por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Apesar das recentes mudanças na estrutura da família, nas relações de gênero e nos papéis sexuais, parece ser a manutenção dos padrões tradicionais da divisão sexual do trabalho o que mais explica as altas taxas de jovens sem atividades (excetuando-se os afazeres domésticos) entre as mulheres.

Observando o número de jovens que declara cuidar dos afazeres domésticos conforme o gênero, observa-se que em todos os segmentos a proporção de mulheres mais que duplica em relação à dos homens nessas tarefas. E não só em número, também nas horas semanais dedicadas. Com esses dados, pode-se afirmar que dedicação feminina ao trabalho doméstico quadruplica em intensidade a dos homens: duas vezes em percentual e duas vezes em média de horas.

Vale lembrar, segundo correlação feita nas tabelas 4.12 e 4.13, que os jovens que não trabalham nem estudam estão mais concentrados nos baixos estratos de renda. São precisamente esses jovens que, com maior freqüência e em maior tempo, dedicam-se aos afazeres domésticos. Trata-se aqui, portanto, não apenas de uma especificidade cultural, mas de uma desigualdade de gênero. Isto é, embora a abordagem da questão não deva ignorar os aspectos antropológicos, há questões de cunho sociológico a serem seriamente consideradas.

Tabela 4.22: Jovens dedicados aos afazeres domésticos e média de horas semanais dedicadas por sexo e atividade (%)

ATIVIDADE	Sexo	Cuida de afazeres domésticos (%)	Média de horas semanais
Só estuda	Masculino	43,3	10,9
	Feminino	84,8	20,7
	Total	66,2	17,8
Trabalha e estuda	Masculino	36,4	8,9
	Feminino	77,1	15,2
	Total	53,3	12,7
Só trabalha	Masculino	36,0	9,3
	Feminino	85,2	20,0
	Total	54,4	15,6
Não estuda nem trabalha	Masculino	40,1	12,4
	Feminino	94,7	35,0
	Total	79,1	31,7
Total	Masculino	38,6	10,1
	Feminino	86,6	24,3
	Total	62,8	20,0

Ainda na mesma linha de análise, observamos a estrutura de atividades das jovens segundo sua condição familiar,[16] caracterizando esta última segundo a conjugação de duas dimensões:

a) Posição na família:

- pessoa de referência: responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros (igual a não cônjuge, com ou sem filhos);
- cônjuge: pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial;
- filha: inclui enteada, filha adotiva ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge;
- sozinha (corresponde a "outro parente" na classificação da PNAD): tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge.

b) Com quem mora (todas as situações acima podem estar incluídas nas alternativas):

- com os pais;
- com parentes;
- independente.

Da articulação das duas dimensões obtivemos o seguinte panorama:

16 PNAD/IBGE, 2001, *op. cit.*, Notas Técnicas.

Tabela 4.23: Condição familiar das jovens de 15 a 24 anos

CONDIÇÃO FAMILIAR	N	%
Pessoa de referência, mora independente	454.542	2,7
Pessoa de referência, mora com os pais	890.432	5,3
Pessoa de referência, mora com parentes	114.571	0,7
Cônjuge, mora independente	3.737.960	22,3
Cônjuge, mora com pais	222.004	1,3
Cônjuge, mora com parentes	458.422	2,7
Filha	9.445.311	56,4
Sozinha, mora com parentes	1.074.917	6,4
Outras situações	356.634	2,1
Total	16.754.793	**100,0**

PNAD/IBGE, 2001.

Como podemos ver, a maior parte das jovens está na condição de filha (56,4%) e de cônjuge em moradia independente (22,3%). Contudo, ressalvadas as pequenas proporções na amostra, também as demais categorias proporcionam a sinalização de algumas hipóteses importantes, no cruzamento da condição familiar com condição de atividade. Os resultados desse cruzamento podem ser vistos na Tabela a seguir.

Tabela 4.24: Estrutura de atividades das jovens de 15 a 24 anos segundo condição familiar(%)

CONDIÇÃO FAMILIAR	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha e Nem estuda
Pessoa de referência, mora independente	8,7	14,3	46,6	30,4
Pessoa de referência, mora com os pais	13,3	8,7	32,2	45,8
Pessoa de referência, mora com parentes	9,6	7,5	33,6	49,3
Cônjuge, mora independente	7,2	5,2	30,0	57,5
Cônjuge, mora com pais	14,0	6,4	22,1	57,6
Cônjuge, mora com parentes	14,5	4,5	22,6	58,3
Filha	47,9	19,6	17,8	14,7
Sozinha, mora com parentes	41,3	16,9	20,9	20,9
Total	**33,2**	**15,0**	**23,1**	**28,7**

PNAD/IBGE, 2001.

As jovens que ocupam posição de referência na família ou são cônjuges apresentam altos percentuais na alternativa "só trabalha". Contudo, encontram-se entre elas os maiores contingentes de mulheres jovens que não trabalham fora nem estudam.

Os números mais altos de jovens sem atividades socialmente definidas (excetuando-se o trabalho doméstico) estão entre as cônjuges, morem elas apenas com a família nuclear que constituíram (57,5%), com sua família e seus pais (57,6%) ou com sua família e parentes (58,3%). Desses números pode-se inferir que, entre essas mulheres, o desempenho dos papéis familiares referem-se exclusivamente ao ambiente doméstico e não inclui a providência direta de renda. Como conseqüência, pode-se afirmar que a renda fica sob a responsabilidade das figuras masculinas de referência na unidade familiar.

Ratificando essa tendência, altos níveis de jovens sem atividades, tal como definidas anteriormente, são registrados entre aquelas que são referência na unidade familiar morando com pais (45,8%) ou parentes (49,3%). A posição de "referência" na unidade familiar baseia-se não na renda mas, provavelmente, na responsabilidade sobre o lar e as atividades domésticas, sobretudo entre as que moram com parentes.[17]

Como seria de se esperar, a condição de filha, que exprime uma relação de dependência juvenil em relação à família, é a que apresenta o maior número das que só estudam (47,9%), menor número das que só trabalham (17,8% contra 23,1% do total) e menor contingente de jovens sem atividades (14,7%). Todavia, a análise da estrutura de atividades entre os homens jovens permite afirmar que esses números, provavelmente, seriam diferentes entre os "filhos", situação em que seriam menos freqüentes os que só estudam e mais numerosos os que só trabalham.

Uma vez que estamos considerando a divisão de papéis sexuais na unidade familiar, mostra-se relevante também a observação de que o maior número de mulheres jovens que só trabalham é identificado

[17] Reitera essa afirmação o fato de ser minoritária a parcela das jovens que têm renda própria, como observado no capítulo 4. Assim, mesmo a possibilidade de fontes de renda que não fossem advindas do trabalho, nesse caso, estaria descartada.

entre aquelas que são referência e moram independentes (46,6% apenas trabalham). Isto é, a situação da mulher como provedora é registrada com mais freqüência nos contextos em que a figura masculina está ausente na estrutura familiar.

Esses dados mostram-se bastante reveladores sobre as mudanças nas relações de gênero e da estrutura da família no Brasil em sentido amplo, se lembrarmos que os jovens são, teoricamente, o segmento que mais aglutinaria tais transformações.

Tais observações remetem a dois outros temas, de importante relevância. Um deles é a gravidez juvenil, que será abordada no capítulo cinco. O outro é a questão do trabalho doméstico entre as jovens. Segundo o IBGE, *a proporção de mulheres dedicadas a trabalhos domésticos (19,2%) e que não recebem remuneração (10,5%) é muito maior do que a dos homens: 0,8% e 5,9%, respectivamente.*[18]

No Brasil, de acordo com estudo de Ana Lucia Sabóia,[19] em 1998 a PNAD levantou 363.512 meninas empregadas domésticas no país entre 10 e 16 anos. Esse contingente representava 8% do total de 4.479.388 trabalhadoras domésticas encontradas no país naquele ano.

Segundo o estudo, o emprego doméstico cresce de importância à medida que as meninas se tornam mais velhas: aos 10 anos, apenas 4,0% das trabalhadoras são empregadas domésticas; aos 12 anos, tal percentual sobre para 11,2%; aos 16 anos alcança o valor máximo de 31,9%; a partir dos 17 anos esse percentual tende a se reduzir. O estudo comprova, ainda, desvantagens significativas em relação à jornada de trabalho e, conseqüentemente, à freqüência à escola e à média de anos de estudo dessas jovens, em comparação com as demais trabalhadoras nas mesmas faixas etárias.

Seria dispensável acrescentar que o emprego doméstico constitui alternativa de trabalho apenas para as jovens de baixa renda. Desse modo, tratando-se de juventude, mesmo que o contingente de mulhe-

[18] IBGE, 2003, *op. cit.*

[19] SABÓIA, Ana Lucia. As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica. *XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (Anais). Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); Universidade de Campinas (Unicamp), out/2000. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br. Acesso em: 12/05/2003.

res que não trabalha fora nem estuda esteja associado aos afazeres domésticos, nem por isso a condição deixa de significar exclusão social. Uma exclusão cujo efeito menos visível, mas não menos grave, é a perda do direito de escolher livremente (em vez de compulsoriamente, mesmo que sem saber) uma profissão.

Aliadas à pressão sobre os homens pobres para começarem a trabalhar cedo, a ponto de incompatibilizar trabalho e escola, estas questões sugerem a necessidade de políticas sociais relativas às atividades dos jovens que levem em conta as especificidades de gênero.

4.2.3 Variações por cor[20]

Num primeiro olhar, considerando os números totais, não se percebem grandes discrepâncias na configuração das atividades por cor. Os números são aproximados, por exemplo, nas categorias "só estuda" (31,1% entre os brancos contra 29,4% entre pretos e pardos) e "só trabalha" (31,5% entre brancos contra 31,0% entre pretos e pardos).

Contudo, os números similares ocultam condições qualitativamente desiguais. Como vimos no capítulo anterior, entre os que só estudam, os pretos e pardos apresentam desvantagens quanto aos anos cursados. Disso se depreende, também, maiores desvantagens no mercado de trabalho, o que redunda em prováveis diferenças entre os que "só trabalham", no que se refere às remunerações, à jornada de trabalho, e à contribuição desse trabalho não apenas para o presente mas, sobretudo, para o futuro desses jovens.

Esses aspectos podem ser ratificados no número de jovens sem atividades socialmente definidas (que no total de jovens compõem 20,3%). No cômputo geral, ambos os segmentos (brancos e pretos/pardos) atingem níveis semelhantes. Os picos nos números de jovens sem atividades são próximos entre brancos (25,4%, em Rondônia) e pretos/pardos (27,3%, em Mato Grosso do Sul). Mas se essa comparação é feita observando-se as taxas mais baixas, percebe-se entre os

[20] Do mesmo modo que em capítulos anteriores, dada a baixa representatividade de índios e amarelos na PNAD, na variável "cor/raça" foram considerados apenas os brancos e pretos/pardos.

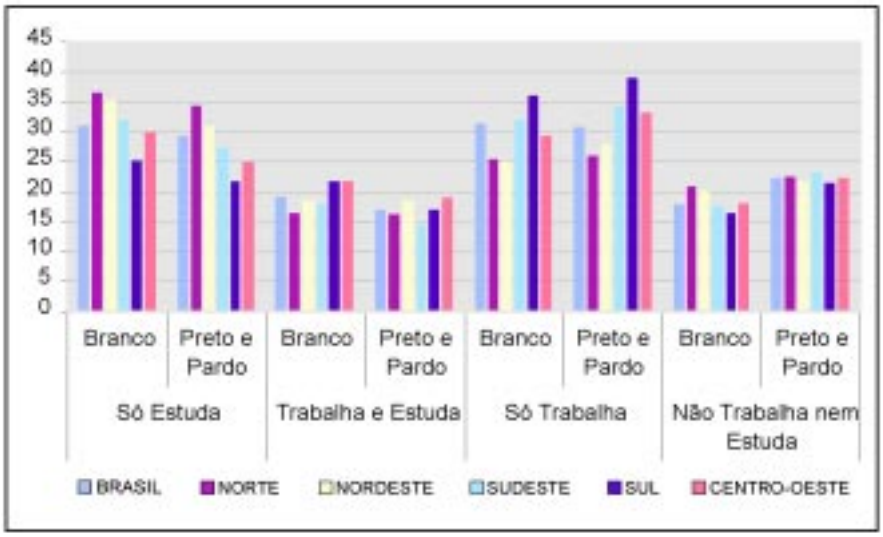
pretos/pardos uma maior constância em patamares mais altos de ausência de atividades: a menor taxa entre brancos é de 10,5% (Roraima) enquanto a de pretos e pardos é de 16,6% (Tocantins). Isso é tanto mais comum quanto maior a faixa etária.

Tabela 4.25: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**31,1**	**29,4**	**19,3**	**17,2**	**31,5**	**31,0**	**18,1**	**22,5**
Norte	**36,9**	**34,6**	**16,6**	**16,3**	**25,5**	**26,2**	**21,0**	**22,9**
Rondônia	29,9	29,2	13,1	14,8	31,6	32,2	25,4	23,8
Acre	42,2	37,0	19,7	17,2	22,6	24,0	15,5	21,8
Amazonas	41,3	38,6	13,6	13,6	25,3	23,5	19,8	24,3
Roraima	38,2	36,4	21,1	14,9	30,3	26,8	10,5	21,9
Pará	37,9	33,9	15,9	16,3	24,3	26,3	21,9	23,6
Amapá	41,8	50,1	17,7	8,0	17,7	15,7	22,8	26,2
Tocantins	26,9	25,4	27,9	26,2	26,3	31,8	18,9	16,6
Nordeste	**35,5**	**31,2**	**18,9**	**18,9**	**25,2**	**28,1**	**20,5**	**21,8**
Maranhão	38,1	29,4	19,1	20,2	23,2	30,0	19,6	20,4
Piauí	35,6	33,8	23,6	19,7	23,6	26,2	17,1	20,3
Ceará	34,0	27,3	20,8	21,6	25,1	29,1	20,1	21,9
Rio Grande do Norte	34,9	34,4	18,8	12,8	23,9	27,1	22,4	25,7
Paraíba	41,1	30,7	13,0	16,8	22,2	25,9	23,7	26,5
Pernambuco	33,0	29,3	17,3	16,7	27,4	29,9	22,4	24,2
Alagoas	33,8	30,0	14,7	19,2	27,5	27,9	24,0	22,9
Sergipe	43,3	32,7	15,4	16,4	21,1	28,6	20,2	22,3
Bahia	35,4	33,6	21,8	19,8	26,1	27,1	16,8	19,5
Sudeste	**32,0**	**27,6**	**18,1**	**14,6**	**32,0**	**34,5**	**17,8**	**23,3**
Minas Gerais	29,5	26,5	17,7	14,2	34,5	35,6	18,3	23,7
Espírito Santo	30,2	23,5	19,5	14,3	32,0	38,1	18,3	24,1
Rio de Janeiro	41,2	31,7	14,0	13,2	26,0	30,1	18,8	25,0
São Paulo	30,3	27,3	19,4	15,6	33,0	35,2	17,4	21,9
Sul	**25,3**	**22,0**	**21,9**	**17,2**	**36,2**	**39,2**	**16,7**	**21,6**
Paraná	24,2	20,7	20,7	19,6	35,8	37,1	19,3	22,6
Santa Catarina	25,5	22,4	23,8	15,4	37,8	38,5	12,9	23,8
Rio Grande do Sul	26,1	24,2	21,7	13,6	35,4	42,9	16,8	19,3
Centro – Oeste	**30,2**	**25,0**	**21,9**	**19,0**	**29,6**	**33,4**	**18,3**	**22,6**
Mato Grosso do Sul	27,9	19,4	18,8	12,5	33,0	40,8	20,3	27,3
Mato Grosso	24,1	21,3	24,7	19,7	31,8	35,0	19,4	24,1
Goiás	30,3	24,8	22,8	21,4	30,0	33,2	16,8	20,6
Distrito Federal	38,7	34,5	20,8	17,1	22,5	26,4	18,0	22,1

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.18: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Se foi observado, na análise por gênero, que os homens jovens são mais pressionados a trabalhar cedo, essa pressão é ainda mais forte entre os homens pretos/pardos, aspecto enfatizado pelo vínculo com níveis de renda mais baixos.

Na faixa de 15 a 17 anos, como vimos, 8,2% dos jovens só trabalham. Esse número sobre para 9,3% entre os pretos/pardos, e desce para 7,2% entre os brancos. Variações notáveis são observadas na extensão do país, com unidades federativas que ultrapassam em muito esses números, destacando-se o Paraná (17% entre pretos/pardos contra 11% entre os brancos), o Rio Grande do Sul (13,9% e 10,6%, respectivamente) e Mato Grosso (13,7% e 6,8%, na mesma ordem).

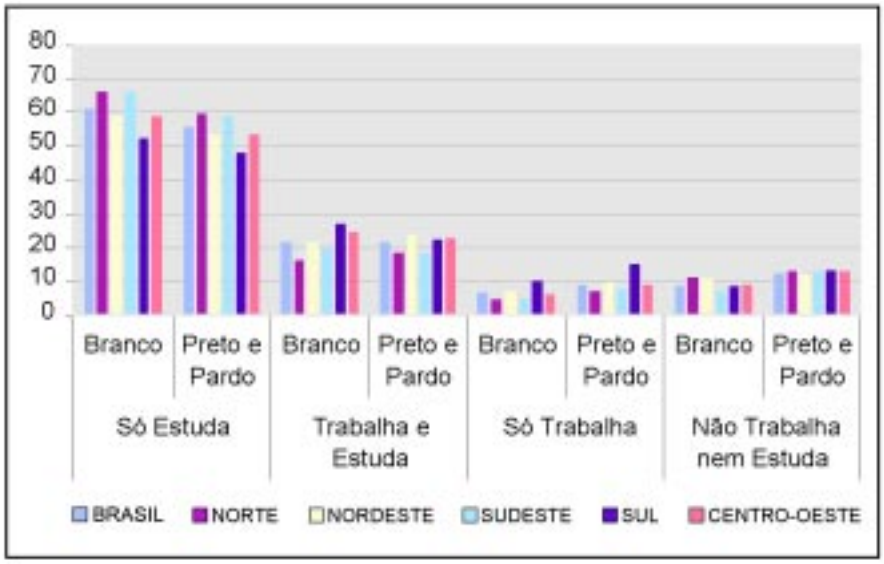
No que tange ao contingente de jovens sem atividades nessa faixa etária, pretos e pardos atingem 12,6% contra 8,7% entre os brancos. As maiores taxas entre pretos e pardos de 15 a 17 anos são registradas no Espírito Santo (19,7% contra 8,1% entre os brancos), no Acre (18,8% contra 12,5% entre os brancos) e em Mato Grosso do Sul (18,3% contra 12,2%, na mesma ordem).

Tabela 4.26: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**61,8**	**56,2**	**22,3**	**21,9**	**7,2**	**9,3**	**8,7**	**12,6**
Norte	**66,7**	**60,4**	**16,6**	**18,5**	**5,2**	**7,5**	**11,5**	**13,5**
Rondônia	62,3	57,5	16,4	19,9	4,9	6,6	16,4	16,0
Acre	68,8	57,9	16,7	11,6	2,1	11,6	12,5	18,8
Amazonas	74,5	67,7	13,1	14,4	4,4	4,0	8,0	13,9
Roraima	83,3	74,7	12,5	13,2	0,0	4,4	4,2	7,7
Pará	65,1	59,6	14,5	17,4	7,1	9,4	13,3	13,6
Amapá	88,2	77,1	11,8	4,2	0,0	2,1	0,0	16,7
Tocantins	53,8	45,7	34,4	35,4	3,2	8,7	8,6	10,3
Nordeste	**59,4**	**54,0**	**21,8**	**24,4**	**7,6**	**9,7**	**11,1**	**11,9**
Maranhão	56,0	48,6	24,6	28,9	6,7	12,0	12,7	10,5
Piauí	55,1	58,3	32,1	22,5	5,1	9,4	7,7	9,8
Ceará	60,7	49,7	23,3	29,1	5,1	9,5	10,9	11,7
Rio Grande do Norte	65,9	62,5	21,7	13,6	1,4	7,7	10,9	16,2
Paraíba	67,3	54,3	12,5	23,9	7,7	8,0	12,5	13,9
Pernambuco	54,6	54,1	19,7	19,6	11,6	12,7	14,2	13,6
Alagoas	58,5	49,8	22,3	26,7	10,6	9,4	8,5	14,0
Sergipe	67,1	54,9	10,1	21,5	10,1	11,3	12,7	12,4
Bahia	59,7	56,7	24,7	24,8	7,7	7,9	7,9	10,6
Sudeste	**66,7**	**59,8**	**20,1**	**18,9**	**5,6**	**8,3**	**7,5**	**13,1**
Minas Gerais	58,7	55,9	23,6	19,8	8,5	10,6	9,2	13,8
Espírito Santo	56,3	47,2	23,1	20,9	12,5	12,2	8,1	19,7
Rio de Janeiro	80,6	68,8	9,4	11,4	3,4	4,8	6,5	15,1
São Paulo	66,0	61,0	21,9	21,3	5,0	7,4	7,2	10,3
Sul	**53,2**	**48,5**	**27,4**	**22,4**	**10,5**	**15,4**	**8,9**	**13,7**
Paraná	52,5	43,7	25,4	23,7	11,1	17,1	11,0	15,5
Santa Catarina	53,3	59,5	29,9	23,8	9,4	9,5	7,3	7,1
Rio Grande do Sul	53,6	54,0	27,5	19,5	10,6	13,9	8,2	12,6
Centro – Oeste	**59,4**	**54,1**	**24,8**	**23,3**	**6,6**	**9,3**	**9,2**	**13,3**
Mato Grosso do Sul	53,2	49,7	25,4	22,3	9,3	9,7	12,2	18,3
Mato Grosso	50,6	47,6	32,7	25,7	6,8	13,7	9,9	13,0
Goiás	59,7	50,6	25,5	27,8	6,6	8,5	8,2	13,1
Distrito Federal	76,7	76,5	13,4	8,5	2,8	4,5	7,1	10,5

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.19: Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo a cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Na faixa de 18 a 19 anos, o aumento de jovens sem atividades ocorre tanto entre brancos quanto entre pretos/pardos (22,8% contra 19,2% entre brancos).

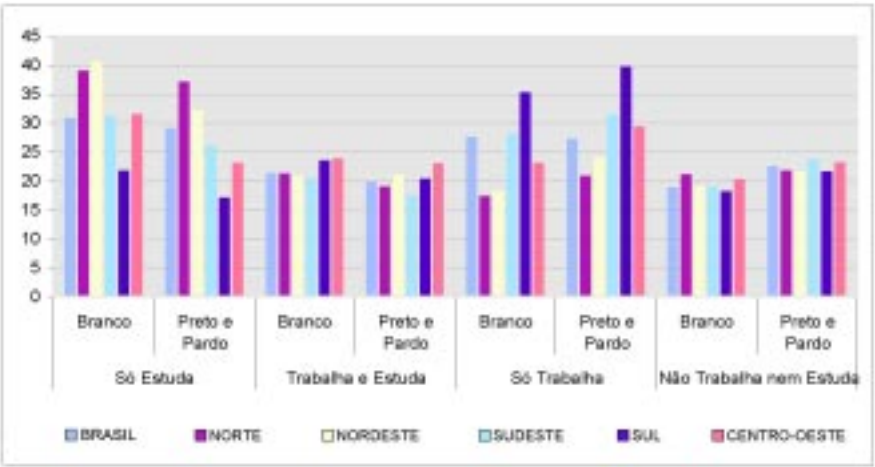
O número de jovens nessa condição mostra-se mais heterogêneo em relação à cor, chegando a ser maior entre brancos em algumas unidades da Federação. Na grande maioria, porém, os pretos e pardos são os mais atingidos, notadamente em Mato Grosso do Sul (36,5% contra 22,0% entre os brancos), Santa Catarina (30,8% contra 12,6% entre os brancos) e Roraima (28,4% contra 20,0% entre os brancos).

Tabela 4.27: Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**31,2**	**29,4**	**21,7**	**20,1**	**27,9**	**27,6**	**19,2**	**22,8**
Norte	**39,3**	**37,4**	**21,6**	**19,3**	**17,7**	**21,2**	**21,4**	**22,1**
Rondônia	21,1	31,8	11,3	19,8	38,0	25,4	29,6	23,0
Acre	51,8	39,6	11,1	25,0	22,2	16,7	14,8	18,7
Amazonas	47,0	42,8	15,4	17,3	17,1	17,3	20,5	22,6
Roraima	40,0	35,9	33,3	19,4	6,7	16,4	20,0	28,4
Pará	43,1	36,2	24,0	18,1	11,1	22,3	21,8	23,4
Amapá	50,0	61,1	25,0	8,3	0,0	12,5	25,0	18,1
Tocantins	21,2	26,7	39,4	29,6	24,2	27,2	15,2	16,5
Nordeste	**40,9**	**32,5**	**21,2**	**21,3**	**18,6**	**24,3**	**19,3**	**21,9**
Maranhão	45,6	29,1	18,9	21,8	21,1	28,0	14,4	21,1
Piauí	45,0	26,7	26,7	22,7	15,0	25,6	13,3	25,0
Ceará	37,0	29,6	24,4	24,0	21,8	23,9	16,7	22,5
Rio Grande do Norte	45,0	33,1	18,0	19,6	14,0	25,8	23,0	21,5
Paraíba	45,7	34,6	15,2	15,6	15,2	22,9	23,9	26,8
Pernambuco	38,1	29,8	20,3	20,0	21,0	25,9	20,6	24,3
Alagoas	40,3	32,8	11,9	19,7	17,9	25,1	29,9	22,4
Sergipe	55,2	38,8	12,1	18,8	15,5	24,1	17,2	18,2
Bahia	37,6	36,1	26,9	22,5	16,8	21,8	18,7	19,6
Sudeste	**31,5**	**26,3**	**20,7**	**17,9**	**28,5**	**31,8**	**19,3**	**24,1**
Minas Gerais	31,7	25,9	17,8	16,7	32,8	33,4	17,6	24,0
Espírito Santo	31,0	26,5	23,0	15,9	25,4	35,9	20,6	21,8
Rio de Janeiro	41,7	31,9	16,3	17,4	19,4	26,6	22,6	24,1
São Paulo	28,6	23,6	22,7	19,5	29,9	32,3	18,8	24,6
Sul	**22,1**	**17,4**	**23,8**	**20,7**	**35,6**	**40,0**	**18,5**	**21,9**
Paraná	19,8	14,7	22,1	27,5	35,5	35,5	22,5	22,3
Santa Catarina	24,3	11,5	27,1	11,5	36,0	46,1	12,6	30,8
Rio Grande do Sul	22,8	23,9	23,3	10,7	35,3	46,7	18,5	18,8
Centro – Oeste	**31,8**	**23,4**	**24,2**	**23,3**	**23,4**	**29,7**	**20,6**	**23,5**
Mato Grosso do Sul	26,2	11,9	17,0	14,3	34,8	37,3	22,0	36,5
Mato Grosso	22,8	18,7	29,3	24,9	25,0	33,2	22,8	23,3
Goiás	33,5	25,4	27,6	24,9	20,6	29,1	18,3	20,5
Distrito Federal	41,6	33,0	21,1	24,4	15,3	21,1	22,0	21,5

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.20: Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo a cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Da faixa de 18 a 19 para a de 20 a 24 anos, tanto entre brancos quanto entre pretos e pardos, diminui o número dos que vivem a condição de só estudante ou de estudante-trabalhador. Nessa fase, os jovens deparam-se definitivamente com o mercado de trabalho e ocorre um aumento efetivo dos que só trabalham. No total, estes últimos, nessa faixa de idade, representam 48,0% dos brancos e 47,5% dos pretos e pardos.

Nessa faixa etária, a maioria daqueles que permanecem em algum sistema de ensino é formada por brancos, em grande parte das unidades federativas. A essa desigualdade se acrescenta, assim como na faixa de 18 a 19 anos, o desnível entre os anos de estudo cursados, especialmente nas regiões mais pobres.

Complementarmente, os pretos e pardos obtêm na faixa de 20 a 24 anos proporções superiores às dos brancos na categoria "só trabalha". Mas, considerando o mesmo fator, ou seja, menores médias de anos de estudo e níveis de renda mais baixos, pode-se afirmar uma maior exposição ao subemprego e a remunerações mais baixas. Isso é facilmente verificável a partir dos dados da PNAD de 2001. Os jovens brancos que trabalham ganham, em média, 54,7% a mais que os jovens pretos/pardos na mesma situação.

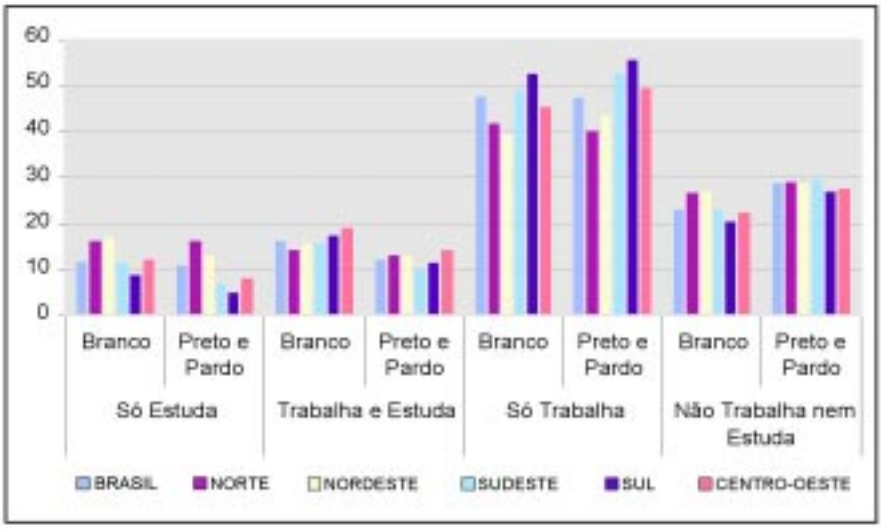
A tendência a um maior nível de exclusão dos pretos e pardos confirma-se na proeminência do contingente de jovens sem atividades nesse segmento (29,1% entre pretos e pardos contra 23,5% entre os brancos).

Tabela 4.28: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Só Estuda		Trabalha e Estuda		Só Trabalha		Não Trabalha nem Estuda	
	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo	Branco	Preto e Pardo
BRASIL	**12,2**	**10,9**	**16,4**	**12,5**	**48,0**	**47,5**	**23,5**	**29,1**
Norte	**16,7**	**16,6**	**14,5**	**13,6**	**41,9**	**40,5**	**27,0**	**29,4**
Rondônia	8,9	9,0	11,4	8,9	49,4	52,6	30,4	29,5
Acre	19,4	19,5	25,3	17,3	37,3	37,4	17,9	25,7
Amazonas	19,4	16,2	13,1	11,4	41,4	39,9	26,2	32,5
Roraima	8,1	12,5	21,6	13,9	59,5	45,8	10,8	27,8
Pará	17,7	16,4	13,5	14,6	41,1	38,9	27,7	30,0
Amapá	25,9	40,0	18,5	8,8	25,9	20,0	29,6	31,2
Tocantins	11,6	9,9	18,1	17,7	42,7	51,1	27,5	21,3
Nordeste	**17,2**	**13,6**	**15,9**	**13,6**	**39,8**	**43,7**	**27,2**	**29,1**
Maranhão	19,5	13,7	14,6	12,2	37,8	45,9	28,0	28,3
Piauí	20,4	16,9	17,5	16,1	38,0	40,2	24,1	26,8
Ceará	16,4	9,3	17,9	14,8	38,6	46,4	27,2	29,4
Rio Grande do Norte	12,3	14,7	17,4	8,9	41,3	41,7	28,9	34,7
Paraíba	22,0	10,7	12,6	12,0	34,2	41,3	31,1	36,0
Pernambuco	14,8	11,9	14,0	13,2	41,9	43,5	29,3	31,4
Alagoas	18,9	13,7	11,9	13,2	39,5	43,3	29,7	29,8
Sergipe	20,0	14,8	20,9	11,8	31,8	42,5	27,3	30,9
Bahia	17,3	15,8	17,3	14,8	43,3	43,5	22,1	25,9
Sudeste	**11,7**	**7,4**	**15,8**	**10,2**	**49,2**	**52,8**	**23,3**	**29,6**
Minas Gerais	10,4	6,8	14,0	9,3	51,3	53,6	24,3	30,3
Espírito Santo	15,2	5,9	15,9	9,1	45,9	56,7	23,0	28,2
Rio de Janeiro	18,5	10,9	15,6	12,5	41,7	45,7	24,2	30,9
São Paulo	10,0	6,1	16,4	9,9	50,9	55,4	22,8	28,6
Sul	**8,9**	**5,2**	**17,5**	**11,6**	**52,8**	**56,0**	**20,8**	**27,2**
Paraná	8,3	5,4	17,1	11,9	51,5	54,3	23,1	28,5
Santa Catarina	8,3	5,3	18,6	12,0	56,6	52,0	16,5	30,7
Rio Grande do Sul	9,8	4,9	17,2	11,0	51,5	60,1	21,6	23,9
Centro – Oeste	**12,4**	**8,2**	**19,3**	**14,5**	**45,6**	**49,5**	**22,7**	**27,8**
Mato Grosso do Sul	12,1	4,7	15,3	6,1	47,8	60,6	24,8	28,6
Mato Grosso	8,8	6,7	18,4	14,0	48,9	48,4	23,9	30,9
Goiás	11,8	8,2	19,4	15,8	47,5	50,7	21,4	25,4
Distrito Federal	17,5	12,8	24,5	18,5	36,0	40,2	22,0	28,5

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Gráfico 4.21: Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

4.3 EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA

Existe farta bibliografia indicando a estreita relação entre educação, renda e trabalho.

Desde os trabalhos pioneiros de Langoni[20] que, procurando explicar os elevados níveis de desigualdade na renda da população e seu crescimento ao longo da década de 60, conclui que as diferenças educacionais constituem o fator de maior poder explicativo das diferenças de renda aferidas pela população, tem se acumulado uma sólida evidência sobre o papel de destaque da educação na geração das desigualdades na distribuição da renda. Neste campo, trabalhos mais recentes, como os de Bonelli e Sedlacek,[21] Barros e

[20] LANGONI, C.G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

[21] BONELLI, R.; SEDLACEK, G.L. Distribuição da renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G. L.; BARROS, R. P. de. *Mercado de trabalho e distribuição da renda*: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.

Mendonça,[22] Ferreira,[23] dentre outros, confirmam que entre 30 e 50% das disparidades de renda originam-se nas desigualdades educacionais.

Com os dados disponíveis da PNAD de 2001 ainda é possível realizar uma verificação nesse campo. Se considerarmos exclusivamente o grupo de jovens na faixa de 20 a 24 anos – isto é, aqueles que, como foi visto anteriormente, já se deveriam encontrar em um processo franco de inserção no mercado de trabalho –, observarmos a renda própria que esses jovens perceberam e relacionarmos esse dado com seus anos de estudo, teremos o seguinte panorama:

Tabela 4.29: Renda própria (em SM) dos jovens de 20 a 24 anos por anos de estudo

ANOS DE ESTUDO	Renda própria
0	1,00
1	1,01
2	1,02
3	1,15
4	1,28
5	1,43
6	1,52
7	1,60
8	1,90
9	1,64
10	1,84
11	2,27
12	3,02
13	3,21
14	3,46
15 e +	5,31

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

[22] BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Economia brasileira em perspectiva* – 1996. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
[23] FERREIRA in HENRIQUES, R., 2000, *op. cit.*

Vemos que os jovens com baixo nível de escolaridade – até 2 anos de estudo – quando trabalham, percebem uma renda em torno de 1 salário mínimo. Já os jovens com elevado nível de escolarização, recebem entre 3 e 5 salários mínimos. Isto significa que cada ano de estudo possibilita um incremento de 0,27 salários mínimos na renda dos jovens, o que nos dias de hoje, com um salário mínimo de R$ 240,00, representa um incremento de R$ 65,00 por ano de estudo.

O nível educacional estaria influenciando também, de forma decisiva, as possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Para verificar isso, deveremos tomar como foco a população de 25 anos e mais, por já apresentar uma situação definida no campo ocupacional.

Tabela 4.30: Trabalho da população de 25 anos e mais por anos de estudo (%)

ANOS DE ESTUDO	População que trabalha
0	46,1
1	55,7
2	54,6
3	56,1
4	57,2
5	61,8
6	65,3
7	65,5
8	64,7
9	66,9
10	68,1
11	71,2
12	74,8
13	77,6
14	76,0
15 e +	81,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Vemos que, entre os que não têm instrução, só 46,1% da população de 25 anos e mais se encontravam trabalhando na semana anterior ao levantamento da PNAD de 2001. Essa proporção vai se elevando gradualmente até a faixa dos 15 anos e mais de estudo, onde esse percentual era de 81,3%. Isso significa que cada ano de estudo estaria agregando aproximadamente 2,2% de chances de trabalho remunerado.

5. SAÚDE

Nos últimos anos, vem chamando a atenção como indicador de vulnerabilidade juvenil, em diversos países da América Latina, a mudança nos padrões de mortalidade pela crescente incidência dos óbitos por causas violentas. Nesse cenário, o Brasil vem assumindo indesejado destaque.

O CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA ENTRE OS JOVENS[1]

Para o ano 2000, o país contava com um contingente de 34,1 milhões de jovens na faixa de 15 a 24 anos e que representa 17,3% do total de 169,8 milhões de habitantes do país. Essa proporção já foi bem maior. Em 1980, se existiam só 25,1 milhões de jovens, no total dos 118,7 milhões de habitantes, essa faixa representava 21,1% (...).

Se a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 em 100.000 habitantes em 1980, para 573 em 2000, a taxa referente aos jovens cresceu, passando de 128 para 133 no mesmo período, fato já altamente preocupante.

Mas a mortalidade entre os jovens não só aumentou, como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os "novos padrões de mortalidade juvenil". Estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro (...) mostram que as epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas, foram sendo substituídas, progressi-

[1] WAISELFISZ, 2002, *op. cit.* p. 25.

vamente, pelas denominadas "causas externas" de mortalidade, principalmente, os acidentes de trânsito e os homicídios.

Julio Jacobo Waiselfisz
Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco.

Este capítulo estará abordando três dimensões referentes às condições de saúde dos jovens, embora somente as duas primeiras sejam utilizadas posteriormente para o cálculo do IDJ: a mortalidade por causas externas, privilegiando apenas as causas violentas; a mortalidade por causas internas e a gravidez juvenil.

A definição das causas de mortalidade aqui utilizada baseia-se nas codificações da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), da OMS/OPAS, que passou a ser utilizada a partir de 1996 na codificação das declarações de óbito do DATASUS.

As mortes por causas externas diferem das chamadas causas endógenas por serem provocadas diretamente por uma intervenção humana. Acompanhando o modelo utilizado nos Mapas da Violência publicados pela UNESCO[2], e tomando a violência como fenômeno ao qual os jovens têm se mostrado particularmente vulneráveis, foram isoladas para o estudo três modalidades de óbitos juvenis: homicídios (nomeados na CID-10 como "agressões"); acidentes de transporte (que englobam, além dos acidentes de trânsito, acontecido nas vias públicas, também os acidentes em locais não públicos, os de transporte aéreo e por água); e suicídios (definidos como "lesões autoprovocadas intencionalmente").

As mortes por causas endógenas são aquelas provocadas pela deterioração da saúde causada por algum tipo de enfermidade ou doença. Nelas estão incluídas todas as categorias da CID-10, excetuando-se, evidentemente, as causas externas de morbidade e mortalidade.

[2] WAISELFISZ, J. Jacobo. *Mapa da violência*: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998a; *Mapa da violência II*: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000; WAISELFISZ, 2002, *op cit*.

Os dados sobre mortalidade foram obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerido pelo Centro Nacional de Epidemiologia – CENEPI, da Fundação Nacional de Saúde, em conjunto com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Foi tomado como base o ano 2000, o último disponibilizado pelo DATASUS no momento de elaboração do estudo.

A fonte utilizada permite discriminar os óbitos pelo local por residência ou pelo local de ocorrência da morte. No presente estudo, optou-se pela utilização dos registros de óbitos por local de ocorrência por ser melhor indicativo dos "focos" da violência, isto é, determinar as áreas ou locais onde as mortes foram produzidas.

São conhecidos os inúmeros problemas que esta fonte apresenta. Por um lado, problemas de *subnotificação*, mortes sem o correspondente registro de óbito (cemitérios clandestinos, cadáveres insepultos etc.). Por outro lado, em muitos estados, graves problemas de *subimputação*: grande número de óbitos na categoria "morte por causas desconhecidas", onde não é possível estabelecer se a morte foi acidental, por causas internas ou por causas violentas. Apesar desses problemas, continua sendo a melhor fonte disponível para nos aproximar das questões que o presente estudo tenta abordar.

Para o cálculo das taxas de mortalidade foram utilizados, além dos registros de óbitos do próprio SIM, os dados dos censos demográficos e da contagem populacional divulgados pelo MS/SE/DATASUS[3] a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE para os anos intercensitários.

Em relação à gravidez juvenil, os dados foram obtidos na PNAD de 2001.

A gravidez juvenil (entre os 15 e os 20 anos) não será contabilizada no cálculo do IDJ, uma vez que não representa, necessariamente, um indicador de exclusão. Uma limitação nesse sentido seria o conceito de gravidez precoce e o relativismo a que ele remete. Existem, tanto entre sociedades quanto dentro de uma mesma sociedade, aspectos

[3] Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Serviço de Informações do Sistema Único de Saúde.

culturais (dominantes e minoritários), estilos de vida e níveis de renda que interferem nessa definição, com implicações diferenciadas da gravidez na vida das mulheres mais jovens em tais culturas, subculturas ou classes sociais.[4] É preciso, portanto, atentar para o risco de uma abordagem etnocêntrica ou normativa.

Por outro lado, a identificação de correlações entre condições de vulnerabilidade e gravidez juvenil pode ser reveladora dos riscos a que estão expostas as mulheres jovens nos contextos sociais em questão. Nesse sentido, o tema tem forte relevância no Brasil, como veremos.

5.1 MORTALIDADE POR CAUSAS VIOLENTAS

Nos últimos anos, a UNESCO tem dedicado ampla atenção ao problema da violência entre os jovens, realizando diversos estudos e pesquisas acerca do tema. Alguns deles, entre os quais os *Mapas da Violência*, foram utilizados como referência para o presente estudo.

Diversos levantamentos já mostraram que, no Brasil, a principal causa de mortalidade entre os jovens são as chamadas causas externas e, mais especificamente, as causas violentas (acidentes de trânsito, homicídios e suicídios).[5]

Não somente isso. Os jovens constituem um segmento particularmente vulnerável a esse tipo de mortalidade, sendo mais atingidos do que a população em geral. Enquanto a população em geral apresenta, em dados de 2000, uma taxa de mortalidade por causas violentas de 48,15 casos em cem mil habitantes, entre os jovens essa taxa é de 74,42 em cem mil jovens. Dentre as três causas violentas, os homicídios são a principal: *as vítimas de homicídios são, preponderantemente, jovens na faixa dos 15 aos 24 anos. Considerando uma esperança de vida de 65 anos, são aproximadamente 45 anos de vida produtiva de um*

[4] MICHAUD, Pierre-André. Estudo multicultural com adolescentes: uma perspectiva em saúde pública. *Adolescência Latino-americana*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, abr. 2001.
[5] WAISELFISZ, 2002, *op. cit.*

contingente de 15 mil jovens mortos que todos os anos o Brasil contabiliza em suas "perdas materiais".[6]

Percebe-se, porém, uma grande heterogeneidade entre as unidades federativas em relação à mortalidade por causas violentas, com notável variação.

A região Sudeste tem três estados com os maiores índices de mortes por causas violentas do país em 2000, o que lhe dá a mais alta taxa entre as regiões: 96,73 em cem mil jovens. Minas Gerais é a exceção da região, apresentando a menor taxa regional de mortes violentes entre os jovens no ano de referência: 40,05. Mas o Rio de Janeiro apresenta a maior taxa do país: 128,57 jovens em cem mil. Os outros dois estados da região também assumem destaque no contexto nacional: Espírito Santo com 113,72 e São Paulo com 111,68.

O Nordeste é, no cômputo geral, a região com menor índice de mortalidade por causas violentas, com taxa de 52,14. Mas a região apresenta uma forte heterogeneidade nesse item, contendo ao mesmo tempo o estado com a menor taxa de mortes por causas violentas entre jovens (Maranhão, com 21,34) e a 2ª maior taxa do país (Pernambuco, com 127,97).

A região Norte apresenta, em dados agregados, taxa semelhante à do Nordeste (53,82), mas na maioria dos estados os números são mais elevados. Dois estados ultrapassam os patamares da região, posicionando-se entre os que têm taxas mais altas em mortalidade juvenil por causas violentas no país: Roraima, que ocupa a 3ª posição, com taxa de 125,76; e Amapá, que fica na 7ª posição nacional, com 106,70.

O Centro-Oeste apresenta, se considerado o conjunto das suas unidades federativas, a segunda colocação nesse tipo de mortalidade entre os jovens (87,41). Contribui para este número a alta taxa do Distrito Federal (108,44), que no posicionamento geral ocupa o 6º lugar. Mas destaca-se também, nessa região, o Mato Grosso, com taxa de 96,57.

---

[6] WAISELFISZ, J. Jacobo; MACIEL, Maria. *Revertendo violências, semeando futuros*: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: UNESCO, 2003, p. 27.

O Sul é a região que apresenta as menores discrepâncias entre as unidades federativas em índices de mortalidade por causas violentas entre os jovens. Contudo, também aí se observam taxas significativas, tomando como referência a menor taxa identificada no país, já citada. O Paraná é no Sul o estado com maior índice de mortalidade por causas violentas entre os jovens (69,92). A menor taxa da região é registrada em Santa Catarina: 53,82.

Tabela 5.1: Mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) na população total e entre jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (em 100.000)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	População Total	15 a 24 anos
BRASIL	**48,15**	**74,42**
Norte	**37,18**	**53,82**
Rondônia	62,76	78,51
Acre	40,36	59,95
Amazonas	34,95	58,71
Roraima	88,16	125,76
Pará	26,05	36,52
Amapá	55,97	106,70
Tocantins	48,05	60,60
Nordeste	**35,57**	**52,14**
Maranhão	15,08	21,34
Piauí	26,73	32,35
Ceará	37,26	51,53
Rio Grande do Norte	29,10	33,38
Paraíba	28,60	45,79
Pernambuco	75,51	127,97
Alagoas	47,93	67,96
Sergipe	47,02	65,99
Bahia	20,17	26,97
Sudeste	**56,54**	**96,73**
Minas Gerais	28,78	40,05
Espírito Santo	77,23	113,72
Rio de Janeiro	71,88	128,57

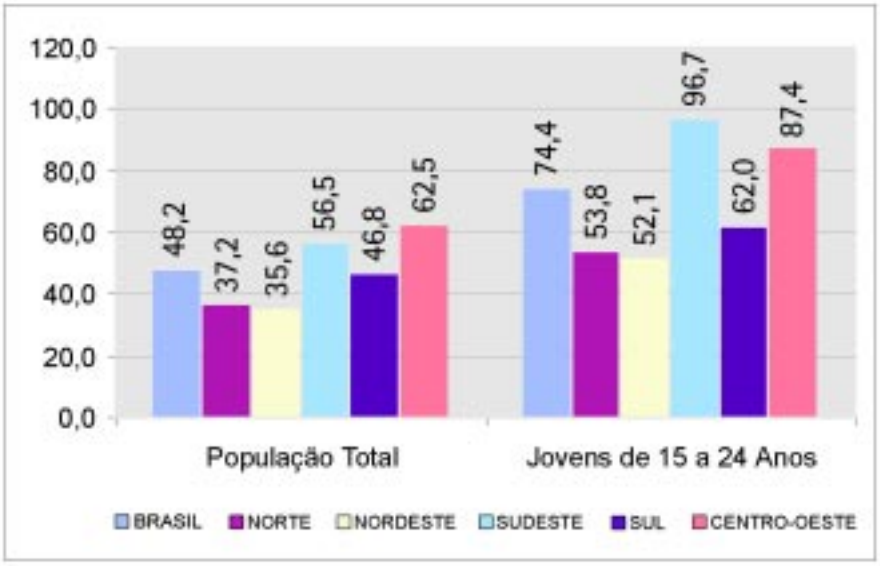
continua...

...continuação

São Paulo	62,26	111,68
Sul	**46,85**	**61,96**
Paraná	50,62	69,92
Santa Catarina	43,97	53,82
Rio Grande do Sul	44,82	58,54
Centro – Oeste	**62,53**	**87,41**
Mato Grosso do Sul	59,10	84,82
Mato Grosso	75,79	96,57
Goiás	54,15	74,35
Distrito Federal	70,30	108,44

Fonte: MS/Funasa/CENEPI/SIM, 2000.

Gráfico 5.1: Mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) na população total e entre jovens de 15 a 24 anos por regiões (em 100.000)



Fonte: MS/Funasa/CENEPI/SIM, 2000.

Tabela 5.2: Ordenamento das UFs segundo as taxas de mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) entre os jovens de 15 a 24 anos (em 100.000)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Taxas	Posição
Rio de Janeiro	128,57	1º
Pernambuco	127,97	2º
Roraima	125,76	3º
Espírito Santo	113,72	4º
São Paulo	111,68	5º
Distrito Federal	108,44	6º
Amapá	106,70	7º
Mato Grosso	96,57	8º
Mato Grosso do Sul	84,82	9º
Rondônia	78,51	10º
Goiás	74,35	11º
Paraná	69,92	12º
Alagoas	67,96	13º
Sergipe	65,99	14º
Tocantins	60,60	15º
Acre	59,95	16º
Amazonas	58,71	17º
Rio Grande do Sul	58,54	18º
Santa Catarina	53,82	19º
Ceará	51,53	20º
Paraíba	45,79	21º
Minas Gerais	40,05	22º
Pará	36,52	23º
Rio Grande do Norte	33,38	24º
Piauí	32,35	25º
Bahia	26,97	26º
Maranhão	21,34	27º

Entre os jovens, a violência constitui no Brasil o grande diferencial dos problemas de saúde em relação ao sexo, sendo significativamente maior entre os homens do que entre as mulheres.

Entre as mulheres, a taxa de mortalidade por causas violentas no ano de referência é de 15,72 em cem mil. Entre os homens, essa taxa sobe para 132,91. No Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amapá, Distrito Federal, São Paulo, Espírito Santo, a taxa de mortes por causas violentas entre os homens jovens ultrapassa 200 casos em cem mil. Mesmo em unidades federativas com baixos índices de mortalidade por causas violentas, as disparidades entre as taxas de homens e mulheres chamam a atenção. O Maranhão, onde se observa os menores números desse tipo de mortalidade em ambos os sexos, apresenta entre as mulheres uma taxa de 5,64 contra 36,70 entre os homens.

Tabela 5.3: Mortalidade por causas violentas (homicídios, acidentes de transporte e suicídios) entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (em 100.000)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	15 a 24 anos	Masculino	Feminino
BRASIL	**74,42**	**132,91**	**15,72**
Norte	**53,82**	**93,36**	**13,88**
Rondônia	78,51	131,72	24,07
Acre	59,95	102,00	17,84
Amazonas	58,71	103,04	14,67
Roraima	125,76	214,76	37,09
Pará	36,52	63,51	9,08
Amapá	106,70	210,65	7,32
Tocantins	60,60	99,54	20,39
Nordeste	**52,14**	**92,90**	**11,20**
Maranhão	21,34	36,70	5,64
Piauí	32,35	56,61	7,73
Ceará	51,53	92,21	11,48
Rio Grande do Norte	33,38	57,97	8,79
Paraíba	45,79	82,35	9,27
Pernambuco	127,97	234,36	22,34
Alagoas	67,96	118,43	18,04
Sergipe	65,99	118,25	14,09
Bahia	26,97	46,63	6,89

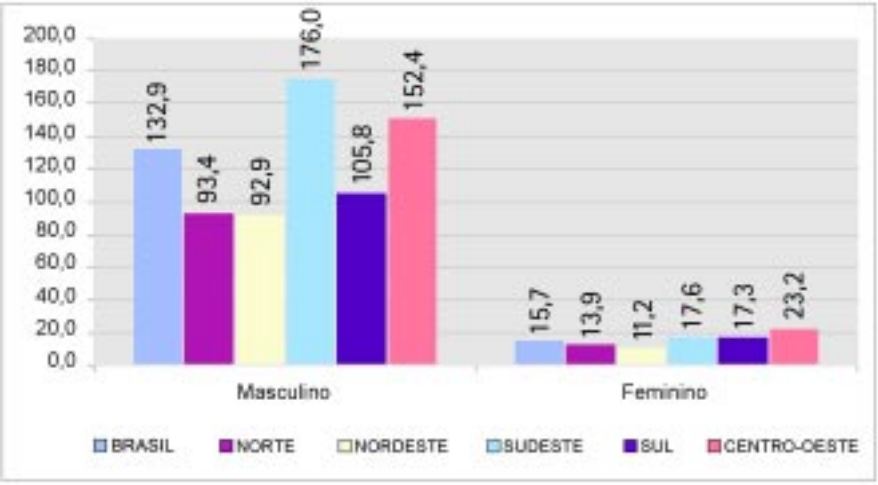
continua...

...continuação

Sudeste	**96,73**	**175,96**	**17,56**
Minas Gerais	40,05	67,84	11,66
Espírito Santo	113,72	202,98	23,72
Rio de Janeiro	128,57	239,11	19,72
São Paulo	111,68	204,91	19,11
Sul	**61,96**	**105,83**	**17,29**
Paraná	69,92	120,65	18,57
Santa Catarina	53,82	87,32	19,55
Rio Grande do Sul	58,54	101,41	14,75
Centro – Oeste	**87,41**	**152,42**	**23,24**
Mato Grosso do Sul	84,82	140,21	28,77
Mato Grosso	96,57	169,35	21,38
Goiás	74,35	126,00	23,13
Distrito Federal	108,44	205,18	20,76

Fonte: MS/Funasa/CENEPI/SIM, 2000.

Gráfico 5.2: Mortalidade por causas violentas (homicídios, acidentes de transporte e suicídios) entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (em 100.000)



Fonte: MS/Funasa/CENEPI/SIM, 2000.

Percebe-se que a mortalidade por causas violentas entre os jovens não está necessariamente vinculada a situações de pobreza generalizada. Algumas das unidades federativas em que foram registradas baixas médias de renda apresentaram taxas relativa-

mente baixas desse tipo de mortalidade. É o caso do Maranhão (21,34), da Bahia (26,97), do Piauí (32,35) e do Rio Grande do Norte (33,38). Diferentemente de outras situações de vulnerabilidade, portanto, a violência mostra-se bem mais complexa quanto aos seus fatores de origem.

O Atlas de Exclusão Social no Brasil[7] reitera essa tese. No referido estudo, o indicador de violência revela o que os autores consideram uma lógica social e territorial diferente daquela encontrada nas formas de exclusão então estudadas. As "manchas" mais acentuadas de exclusão social e econômica apresentadas nos mapas não coincidem necessariamente com as "manchas" dos maiores graus de violência. Mas é sabido, também, que *(...) o fenômeno tem relação com a forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos.*[8]

5.2 MORTALIDADE POR CAUSAS INTERNAS

No Brasil, em cada cem mil jovens, 40,45 morrem por causas endógenas, número bastante inferior ao das causas violentas, visto anteriormente. Contudo, essa taxa varia consideravelmente entre as regiões e unidades federativas, revelando níveis diferenciados de vulnerabilidade dos jovens a doenças e outros males que terminam sendo letais.

Os níveis de mortalidade, nesse contexto, são sintomas de uma série de fatores: nichos de má qualidade de vida (condições de moradia, saneamento, esgoto), precariedade dos mecanismos de assistência à saúde, desigualdade no acesso aos serviços, fragilidade ou ausência de trabalhos preventivos e educativos relacionados à saúde.

---

[7] PORCHMAN, Marcio; AMORIN, Ricardo (orgs.), 2003, *op.cit*.
[8] ABRAMOVAY, 2002, *op. cit.*, p. 14.

UM TEMA CRUCIAL: A DESIGUALDADE NA SAÚDE[9]

O estado de saúde é um catalisador de círculos virtuosos ou perversos em relação com a pobreza. Um círculo perverso freqüente é o de que os pobres têm mais possibilidades de adoecer e, ao perder a saúde, têm maiores dificuldades para buscar alternativas para enfrentar a pobreza. Na situação inversa, a melhoria no acesso à saúde dota-os de melhores possibilidades para encará-la.

A saúde é ainda, por suas características, um campo privilegiado para melhorar a desigualdade em geral. É possível em saúde conquistar avanços importantes em cobertura, acesso, informação e outros aspectos, com menor custo e em menos tempo que o necessário para introduzir mudanças na redistribuição de renda ou criar empregos estáveis.

Por outro lado, as sociedades tendem a ter uma atitude de apoio quase consensual à melhoria das condições de saúde e uma intolerância muito maior à desigualdade em saúde que em outros campos. Ambos os aspectos criam bases favoráveis para políticas ativas nesse campo.

Por estas e outras razões, a eqüidade na saúde é uma meta essencial para as sociedades democráticas de nosso tempo.

Bernardo Kliksberg

Assessor da Organização das Nações Unidas, OIT, UNESCO, UNICEF e outros organismos internacionais

As maiores taxas de mortalidade por causas internas são registradas em unidades federativas das regiões mais pobres do país – Norte e Nordeste. Contudo, mesmo algumas unidades federativas que apresentam nível de renda mais elevado, como o Distrito Federal e o Rio de Janeiro, apresentam altas taxas de mortalidade por causas internas.

Essa observação remete a duas possibilidades. De um lado, a provável centralização do atendimento nas unidades federativas mais desenvolvidas às quais recorrem os pacientes das unidades federativas mais pobres em busca de assistência. Como foi dito, o registro de óbitos por ocorrência não diferencia esses casos. Mesmo assim, isso não deixa de ser um dado

[9] KLISKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina*: o debate adiado. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000, p. 64.

relevante do ponto de vista regional, uma vez que se relaciona à dificuldade de acesso à assistência à saúde. Em segundo lugar, as altas taxas mortalidade por causas internas, aparentemente inconsistentes com a média de renda mais alta dos jovens nessas unidades federativas, remetem também a desigualdades e à existência de nichos de pobreza.

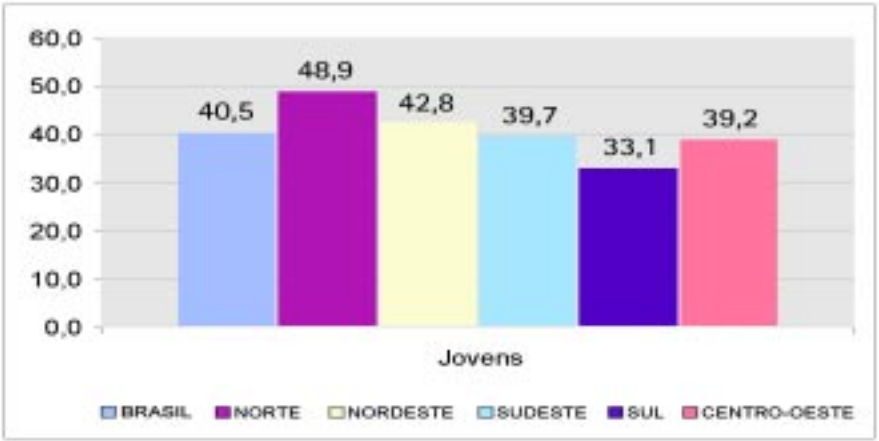
O Norte é a região com maior taxa de mortalidade por causas internas entre os jovens: 48,90. Essa taxa chega a 72,91 no Acre, a mais alta do país. Nessa região, destaca-se também Roraima, com taxa de mortalidade por causas internas de 57,16.

O Nordeste é a segunda região em mortalidade de jovens por causas internas, com taxa de 42,80. Alagoas atinge 51,79, a 3ª posição no país.

O Sudeste e o Centro-Oeste assumem patamares aproximados: 39,69 e 39,22, respectivamente. Mas no Sudeste, o Rio de Janeiro ultrapassa a média da região, chegando a 45,41 a taxa de jovens que morrem no estado por causas internas. São Paulo é o estado com taxa mais baixa no Sudeste: 36,47. No Centro-Oeste, O Distrito Federal obtém a maior proporção na região (47,25), ao passo que Goiás tem a menor (taxa de 35,03).

A região Sul apresenta a menor taxa de mortalidade por causas endógenas entre jovens: 33,13 em cem mil. A menor taxa do país é registrada em Santa Catarina (26,02). Na região, a unidade federativa que mais foge à regra é o Rio Grande do Sul, com taxa de 36,10.

Gráfico 5.3: Mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos por regiões (em 100.000)



Fonte: MS/Funasa/CENEPI/SIM, 2000.

Tabela 5.4: Ordenamento das UFs segundo as taxas de mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos (em 100.000)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Taxa	Posição
Acre	72,91	1°
Roraima	57,16	2°
Alagoas	51,79	3°
Amapá	50,54	4°
Pará	49,28	5°
Sergipe	49,23	6°
Tocantins	48,96	7°
Paraíba	48,04	8°
Distrito Federal	47,25	9°
Piauí	47,00	10°
Amazonas	46,87	11°
Pernambuco	46,17	12°
Rio de Janeiro	45,41	13°
Minas Gerais	41,79	14°
Ceará	41,55	15°
Mato Grosso do Sul	40,96	16°
Bahia	40,67	17°
Espírito Santo	40,64	18°
Mato Grosso	39,01	19°
Rondônia	38,75	20°
Maranhão	38,31	21°
São Paulo	36,47	22°
Rio Grande do Sul	36,10	23°
Goiás	35,03	24°
Paraná	34,11	25°
Rio Grande do Norte	31,98	26°
Santa Catarina	26,02	27°

As proporções na mortalidade por causas internas entre homens e mulheres mostram outras diferenças importantes nos padrões de mortalidade por gênero. Assim como na mortalidade por causas violentas, também as causas internas atingem mais os homens, embora a discrepância não seja tão grande quanto no primeiro caso. Entre as

jovens, são 34,88 em cem mil os casos de morte por causas internas no ano de referência. Entre os homens, essa taxa é de 45,98. Esse padrão é percebido em todas as unidades federativas.

A região Norte apresenta as maiores taxas de mortalidade por causas internas tanto entre homens quanto entre mulheres jovens (54,04 e 43,70, respectivamente), com o Acre assumindo a 1ª posição em ambos os casos. Nesse estado, a taxa entre as mulheres é 48,64, mas entre os homens quase dobra, chegando a 97,14. Outro caso que chama a atenção na Região Norte é o do Amapá, que possui taxa de 23,80 entre as mulheres e 78,51 entre os homens.

No Nordeste, região que fica em segundo lugar em mortalidade por causas internas entre jovens no país, grandes discrepâncias em prejuízo dos homens também são observadas. No cômputo geral, a Região registra uma taxa de mortalidade feminina por causas internas de 36,26 contra 49,29 entre os homens. Mas na Paraíba esse número é 35,38 para as mulheres enquanto para os homens é 60,71 em cem mil.

Sudeste e Centro-Oeste mais uma vez se aproximam nesse item, tanto em mortalidade feminina (Sudeste: 33,76; Centro-Oeste: 32,68) quanto em mortalidade masculina (Sudeste: 45,58; Centro-Oeste: 45,84). Distrito Federal e Rio de Janeiro apresentam, em cada uma das regiões, as maiores taxas de mortalidade por causas internas, em ambos os sexos. No Distrito Federal, esse tipo de mortalidade entre os homens jovens tem em 2000 uma taxa de 53,13 contra 41,93 entre as mulheres. No Rio, entre os homens, a taxa é de 51,15 contra 39,67 entre as mulheres.

Proporcionalmente, as unidades federativas do Sul também apresentam disparidades em mortalidade por causas internas entre homens e mulheres, mas com as menores taxas do Brasil, em ambos os sexos.

A preponderância da mortalidade por causas endógenas nos homens em relação às mulheres pode estar relacionada, entre outros fatores sociais e econômicos, a dois aspectos: primeiro, a um fator de socialização, em que as mulheres são mais familiarizadas com os cuidados com a saúde, enquanto os homens tendem a ver a enfermidade

e a busca de atenção como manifestação de debilidade que contradiz a imagem cultural masculina de força e valentia;[10] segundo, a um reforço inadvertido desse fator cultural na educação para a saúde e nos trabalhos preventivos implementados nos últimos anos, que tendem a negligenciar a identidade e a saúde masculina. Uma mudança, nesse último caso, tratar-se-ia de enfocar a questão de gênero em saúde de forma relacional, em vez de unilateral.

Tabela 5.5: Mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (em 100.000)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Jovens	Masculino	Feminino
BRASIL	**40,45**	**45,98**	**34,88**
Norte	**48,90**	**54,04**	**43,70**
Rondônia	38,75	43,01	34,39
Acre	72,91	97,14	48,64
Amazonas	46,87	52,64	41,14
Roraima	57,16	68,72	45,64
Pará	49,28	51,36	47,17
Amapá	50,54	78,51	23,80
Tocantins	48,96	49,77	48,13
Nordeste	**42,80**	**49,29**	**36,26**
Maranhão	38,31	43,63	32,70
Piauí	47,00	49,86	44,14
Ceará	41,55	48,92	34,30
Rio Grande do Norte	31,98	31,97	31,99
Paraíba	48,04	60,71	35,38
Pernambuco	46,17	55,58	36,83
Alagoas	51,79	55,73	47,90
Sergipe	49,23	55,18	43,31
Bahia	40,67	46,77	34,46
Sudeste	**39,69**	**45,58**	**33,76**
Minas Gerais	41,79	50,80	32,54
Espírito Santo	40,64	45,80	35,42
Rio de Janeiro	45,41	51,15	39,67
São Paulo	36,47	40,92	32,05

continua...

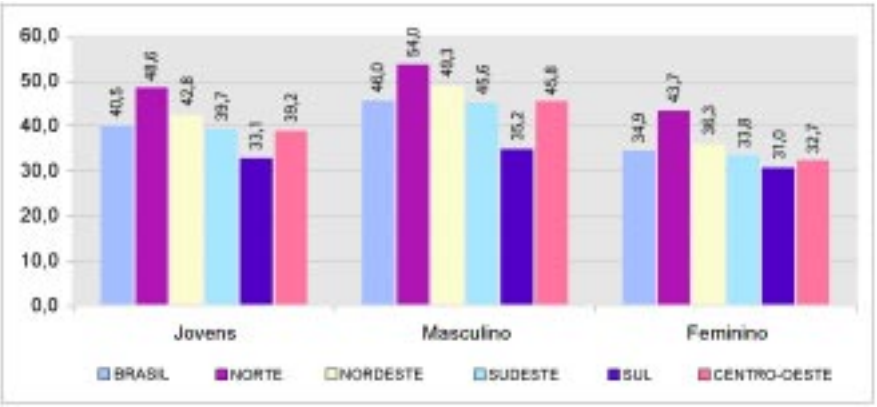
[10] GÓMEZ, Elza. Género, equidad y acceso a los servicios de salud: una aproximación empírica. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 11, n. 5-6, may/june 2002.

...continuação

Sul	**33,13**	**35,19**	**30,98**
Paraná	34,11	35,27	32,82
Santa Catarina	26,02	28,46	23,54
Rio Grande do Sul	36,10	38,87	33,27
Centro – Oeste	**39,22**	**45,84**	**32,68**
Mato Grosso do Sul	40,96	46,74	35,10
Mato Grosso	39,01	41,77	36,16
Goiás	35,03	44,48	25,65
Distrito Federal	47,25	53,13	41,93

Fonte: MS/Funasa/CENEPI/SIM, 2000.

Gráfico 5.4: Mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (em 100.000)



Fonte: MS/Funasa/CENEPI/SIM, 2000.

Tomando por base a classificação do próprio Ministério da Saúde, a maioria dessas mortes (92,2%) seria "evitável". O Ministério da Saúde subdivide as doenças da CID-10 em cinco categorias, de acordo com o que poderíamos chamar de princípio de "evitabilidade": redutívies por imunoprevenção; redutíveis por adequado controle na gravidez; redutíveis por adequada atenção ao parto; redutíveis através de ações preventivas ou diagnósticos precoces; redutíveis através de parcerias com outros setores.

Segundo as notas técnicas do DATASUS, *esta classificação foi elaborada, prioritariamente, para óbitos de menores de um ano e construídas a partir*

da Portaria nº 723/GM, de 10 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial *da União de 14 de maio de 2001, instituindo o Pacto dos Indicadores de Atenção Básica. Esta Portaria baseou-se, para estas definições, em informações da Fundação SEADE*.[11]

Posteriormente, essa classificação foi ampliada para os demais estratos etários da população, o que nos permite aplicá-la aos jovens. Na Tabela que segue, os dados permitem ver que as mortes por causas internas entre os jovens ocorrem em proporção similar ao seu grau de evitabilidade.

Entre as causas de mortes internas que mais atingem os jovens, as neoplasias estão primeiro lugar (18,0%). Entre esses casos, todos os 18,0% estão entre as mortes por causas evitáveis. Proporções semelhantes são observadas em relação às doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho respiratório, que também estão entre os males mais comuns entre os jovens brasileiros, em dados de 2000.

Tabela 5.6: Óbitos evitáveis entre os jovens de 15 a 24 anos

	TOTAL DE ÓBITOS		ÓBITOS EVITÁVEIS					
			Redutíveis por imunoprevenção	Redutíveis por adequada prevenção ao parto	Redutíveis por ações preventivas/ diagnósticos precoces	Redutíveis através de parcerias com outros setores	Total de óbitos evitáveis	
	N	%	N	N	N	N	N	%
Neoplasias (tumores)	1.956	18,0	-	-	-	1.956	1.956	18,0
Doenças infecciosas e parasitárias	1.810	16,6	261	-	500	1.000	1.761	16,2
Doenças do aparelho circulatório	1.771	16,3	-	-	1.771	-	1.771	16,3
Doenças do aparelho respiratório	1.453	13,4	-	-	1.450	-	1.450	13,3
Doenças do sistema nervoso	925	8,5	-	-	899	-	899	8,3
Doenças do aparelho digestivo	678	6,2	-	-	678	-	678	6,2
Gravidez, parto e puerpério	596	5,5	-	-	-	-	-	-
Outras doenças e transtornos	1694	15,6	-	1	1.283	233	1.517	13,9
Total	**10.883**	**100,0**	**261**	**1**	**6.581**	**3.189**	**10.032**	**92,2**

[11] SIM/DATASUS, 2003, *op. cit.*

5.3 MATERNIDADE 11 A 19 ANOS

Nos estudos sobre a saúde dos jovens, especialmente na faixa de 15 a 17 anos, assumem um grande peso as questões relativas à saúde sexual e reprodutiva, dada a transição para a vida adulta e a vivência dos papéis sexuais. Muitos desses estudos revelam que na América Latina boa parte dos jovens mostra-se pouco informada ou preparada para evitar riscos como a gravidez indesejada e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.[12]

Complementarmente, vários autores têm assinalado as conseqüências biológicas e sociais da gravidez em mulheres muito jovens: as mães muito jovens (especialmente as menores de 15 anos) têm uma mortalidade materna 2,5 vezes maior que as de 20 a 24 anos; além disso, mais vulneráveis ao medo e à desinformação, estão mais propensas a recorrerem à interrupção da gravidez e aos riscos de enfermidade e morte provocados pelo aborto clandestino; a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) assinala que a gravidez na adolescência está vinculada à pobreza e à falta de informação.[13]

Apesar dessas indicações, a gravidez na adolescência continua elevada na maioria dos países latino-americanos. Na média nacional dos países, *(...) 20% a 25% das mulheres tiveram seu primeiro filho antes dos 20 anos de idade. Na zona rural, esse percentual sobe para 30%.*[14]

O Brasil segue tendências semelhantes. Neste capítulo, à diferença dos restantes, adotaremos a faixa de 11 a 19 anos como foco das análises, e utilizaremos a "maternidade" das mulheres jovens como *proxi* de gravidez precoce.

As maiores taxas de gravidez em jovens é registrada nas regiões mais pobres do país: Norte e Nordeste. O Amapá está no topo desta

---

[12] ABRAMOVAY *et alii*, 2002, *op. cit.*, p. 51.

[13] LANGER, Ana. El embarazo no deseado: impacto sobre la salud y la sociedad en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, v. 11, n. 3, mar. 2002.

[14] ABRAMOVAY, 2002, *op. cit.*, p. 51. Este dado já foi citado no presente estudo, na análise sobre o analfabetismo entre as mulheres por faixa etária. Os dados apresentados neste capítulo, como veremos, reiteram a correlação feita anteriormente entre baixos níveis de escolaridade e gravidez juvenil.

lista, com 14,2% das mulheres na faixa 11 a 19 anos que já tiveram, pelo menos, 1 filho. Mas esse estado lidera especificamente nas faixas de 11 a 14 e 15 a 17 anos. No total dos casos (11 a 19 anos), os menores índices são registrados em Santa Catarina (5,1%), São Paulo (5,8%) e Minas Gerais (6,4%).

Na faixa de 11 a 14 anos, o Norte e o Nordeste saem na frente, como foi dito, com o Amapá (2,4%), seguido de Roraima (1,4%) e do Piauí (1,1%). Nas demais unidades federativas as taxas são inferiores a 1%.

Entre as mães com 15 a 17 anos, o índice do Centro-Oeste supera o do Nordeste (10,0% e 9,3%, respectivamente), em virtude dos percentuais de Goiás (11,5%) e Mato Grosso (11,4%). Mas os contingentes mais altos continuam no Norte e Nordeste: Amapá (20,5%) e Maranhão (12,8%). O Sul e o Sudeste apresentam os menores índices, embora o Espírito Santo atinja uma taxa mais alta em relação à região (9,3%), similar à taxa total do Nordeste.

Nas idades de 18 a 19 anos, evidentemente, as taxas são mais altas em todas as unidades federativas, comparando às faixas anteriores. No entanto, as proporções são muito distintas entre as unidades federativas, atingindo o índice máximo de 43,3% em Rondônia, contra 13,4%, em Santa Catarina, o menor do país nessa faixa de idade.

Gráfico 5.5: Mulheres jovens que tiveram filhos segundo a faixa etária por regiões (%)

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

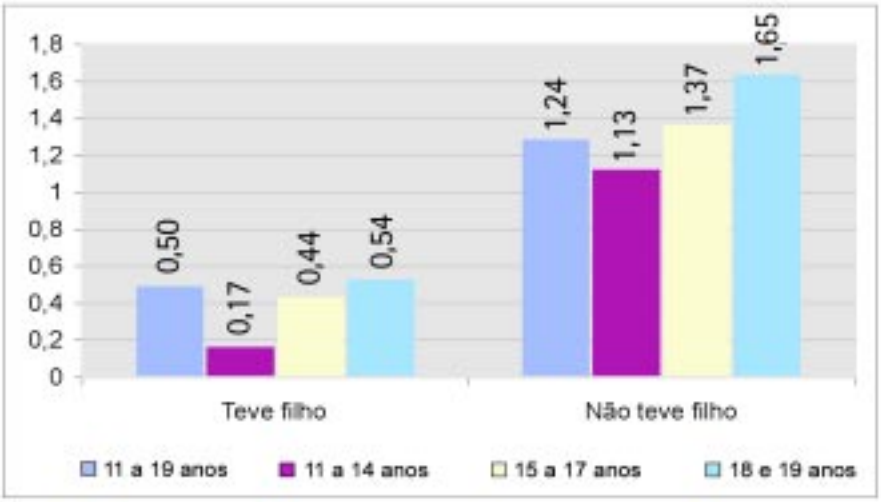
Tabela 5.7: Taxas de maternidade segundo faixa etária por UFs (%)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Ttiveram filhos			
	11 a 19 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos
BRASIL	**7,7**	**0,3**	**7,2**	**22,4**
Amapá	14,2	2,4	20,5	19,6
Tocantins	11,9	0,8	11,2	33,8
Mato Grosso	11,9	0,3	11,4	38,0
Acre	11,6	0,8	11,8	33,3
Rondônia	10,9	0,0	5,0	43,3
Mato Grosso do Sul	10,7	0,0	9,3	37,0
Roraima	10,6	1,4	2,1	34,9
Maranhão	10,6	0,5	12,8	28,8
Pará	10,5	0,1	8,7	31,2
Goiás	10,0	0,2	11,5	25,4
Amazonas	9,9	0,6	8,5	30,7
Paraíba	9,8	0,9	10,5	27,2
Ceará	9,3	0,3	11,5	25,8
Espírito Santo	9,3	0,0	9,3	27,4
Rio Grande do Norte	9,0	0,4	6,9	26,1
Alagoas	8,8	0,7	10,0	24,6
Pernambuco	8,6	0,5	8,8	23,2
Distrito Federal	8,5	0,0	5,3	26,2
Piauí	7,9	1,1	7,3	24,8
Sergipe	7,8	0,0	8,6	22,3
Bahia	7,6	0,1	7,1	24,0
Rio de Janeiro	7,0	0,1	4,6	22,3
Paraná	6,8	0,0	6,0	20,5
Rio Grande do Sul	6,8	0,1	6,3	20,8
Minas Gerais	6,4	0,3	5,3	18,4
São Paulo	5,8	0,1	5,2	16,7
Santa Catarina	5,1	0,0	6,0	13,4

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Reiterando a maior incidência nas regiões mais pobres, os índices de gravidez no Brasil mostram estreita relação com baixos níveis de renda. Entre as jovens que não tiveram filhos, a RFPC é superior a 1 salário mínimo. Entre as demais, a maior média chega a pouco mais que ½ salário mínimo. Nas faixas de 11 a 14 e 15 a 17 anos a RFPC das jovens mães é inferior a ½ salário mínimo, enquanto a das não mães, nas mesmas faixas etárias, é de 1,13 e 1,37 salário mínimo, respectivamente.

Gráfico 5.6: RFPC de mulheres jovens que tiveram e não tiveram filho segundo a faixa etária por UFs (em SM)



Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Percebe-se também uma correlação entre gravidez juvenil e baixas taxas de escolarização. A tabela seguinte mostra que quanto menor a idade da mãe, maior a possibilidade de que ela esteja fora da escola. Em 2001, na faixa total de 11 a 19 anos, entre as jovens que tiveram filhos, 81,2% estava fora da escola. Entre as que não tiveram filhos, essa taxa era de apenas 13,3%.

Tabela 5.8: Freqüência à escola de mulheres jovens que tiveram e não tiveram filhos nascidos vivos segundo idade simples (%)

IDADE	NÃO FREQÜENTAM ESCOLA	
	Tiveram filhos nascidos vivos	Não tiveram filhos nascidos vivos
11 a 19	**81,2**	**13,3**
11	0,0	0,0
12	0,0	0,0
13	100,0	3,9
14	73,5	7,0
15	74,4	11,3
16	79,8	15,5
17	77,8	19,8
18	81,9	33,8
19	83,5	45,3

Fonte: PNAD/IBGE, 2001.

Tais dados são indicativos da relação entre educação, saúde e renda, explicitando os efeitos das desigualdades. Aos baixos níveis de renda estão associados baixos níveis de educação, incluindo a educação sexual e reprodutiva. Isso traz uma conseqüência individual e imediata na vida dessas jovens, que é a desvantagem em termos de perspectivas no mercado de trabalho e de independência; e uma conseqüência social que se refletirá nas gerações seguintes, pelos filhos nascidos e famílias geradas em tais contextos desfavoráveis, fomentando a manutenção das mesmas estruturas de desigualdade.

6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL

6.1 O IDJ

A partir das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores, que envolveram aspectos como educação, renda e saúde dos jovens, já é possível apresentar o nosso indicador sintético da situação da juventude no Brasil.

O intento fundamental na elaboração do Índice de Desenvolvimento Juvenil foi precisar locais, aspectos e graus de desigualdade que afetam os jovens do país. Além disso, a adoção do Índice proposto e sua réplica ao longo do tempo poderão permitir uma visão da evolução dos diversos fatores que incidem, positiva ou negativamente, na vida presente e no destino futuro de nossas juventudes.

A partir dos referenciais fornecidos pelo IDH do PNUD, foram consideradas as seguintes dimensões e seus respectivos indicadores:

Os indicadores de base foram assim construídos:

- **Analfabetismo,** porcentagem de analfabetos na faixa de 15 a 24 anos em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD 2001.
- **Escolarização Adequada,** porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que freqüentam escola de Ensino Médio ou Superior em relação à população total da mesma faixa etária. Fonte: PNAD 2001.
- **Qualidade do Ensino.** Média estandardizada[1] das escalas de proficiência da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino médio, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Fonte: SAEB 2001.
- **Mortalidade por Causas Internas**, taxa de óbitos em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, atribuídos a causas internas, segundo definição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Fonte: SIM 2000.
- **Mortalidade por Causas Violentas**, taxa de óbitos em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, ocorridos por causas violentas (suicídios, acidentes de transporte e homicídios, segundo definição da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Fonte: SIM 2000.
- **Renda Familiar *per capita*,** valor do rendimento mensal familiar dividido pelo número de membros da família dos jovens na faixa de 15 a 24 anos. Fonte: PNAD 2001.

Esses seis indicadores foram combinados para estruturar os três índices parciais: de educação, de saúde e de renda, constituindo o Índice de Desenvolvimento Juvenil.

Algumas limitações surgidas durante o processo de construção do IDJ devem ainda ser apontadas.

Em primeiro lugar, o fato de trabalhar exclusivamente com fontes secundárias impõe as naturais limitações e restrições que a fonte possui. Entre essas limitações, podemos citar o fato da PNAD não trabalhar as áreas rurais da maior parte dos estados da região Norte, e adotar a compreensão da alfabetização como uma mera capacidade de ler e interpretar um bilhete simples.

[1] Ver procedimentos de estandardização nas Notas Técnicas.

Em segundo lugar, a ausência de levantamentos sistemáticos e fidedignos limitam o espectro de indicadores potencialmente relevantes para o tema da juventude que poderiam ser incorporados na composição do Índice, como condições de acesso à cultura, a esportes, a lazer, à participação política etc.

Entrando de forma direta nos resultados, as tabelas a seguir permitem verificar que Santa Catarina, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná aparecem encabeçando o Índice de Desenvolvimento Juvenil. Não é surpreendente: são estados que também lideram o último Índice de Desenvolvimento Humano divulgado para o país e pertencem a regiões – Sul, Sudeste e Centro-Oeste – que, de uma forma geral, destacam-se positivamente nos aspectos analisados neste estudo sobre as juventudes no Brasil.

Em outro extremo se encontram Roraima, Paraíba, Acre, Pernambuco e Alagoas, pertencentes a regiões – Norte e Nordeste – menos favorecidas nos aspectos já referidos.

Santa Catarina, com um uma taxa de 1% de analfabetismo juvenil, isto é, tendo praticamente erradicado o analfabetismo na faixa de 15 a 24 anos, lidera, nesse aspecto, com um índice de 0,950. Por outro lado, Alagoas, com uma taxa de 15,4% de analfabetos na faixa jovem, maior que a média nacional de analfabetismo de 15 anos e mais, ocupa o último lugar no espectro, com um índice de 0,230.

Com relação à escolarização adequada dos jovens, o 1° lugar é do Distrito Federal, com um índice de 0,693. Empatados no 2º lugar, estão Santa Catarina e São Paulo, com índices de 0,660. Os menores índices são encontrados na Paraíba (0,218) e Alagoas (0,153).

No que concerne à qualidade de ensino, os maiores índices ficaram com Rio Grande do Sul (0,713), Distrito Federal (0,662) e Santa Catarina (0,628). Os menores, com Pernambuco (0,308), Maranhão (0,289) e Amazonas (0,274).

No cômputo parcial de educação, as dez primeiras colocações ficaram todas com UFs pertencentes às regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As dez últimas, com estados do Norte e Nordeste.

Tal como foi observado em educação, também no que concerne à renda os cinco primeiros lugares são ocupados por UFs (Distrito

Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro) das regiões consideradas mais favorecidas. Novamente é no Norte e no Nordeste, mais precisamente em Bahia, Maranhão, Piauí, Paraíba e Alagoas que se apresentam as últimas colocações nesse índice parcial.

Diferentemente do que foi visto com os indicadores de renda e educação, não são observadas estreitas relações entres esses índices e os de saúde, sobretudo quando o indicador é mortalidade por causas violentas. É assim que nos deparamos, por exemplo, com o estado do Rio de Janeiro ocupando o 5º lugar em educação e em renda e o último (27º) em mortalidade por causas violentas. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao Distrito Federal, que ocupa o 1º lugar em educação e em renda e o 22º em mortalidade por causas violentas.

Situação oposta às assinaladas no parágrafo anterior pode ser encontrada no Maranhão, estado que ocupa o 24º lugar em educação e em renda, mas apresenta o menor índice do país em mortalidade por causas violentas entre os jovens. Calculada a correlação entre índices de renda dos estados e sua mortalidade por causas violentas, deu um resultado intermediário e negativo (R = – 0,53), o que estaria a indicar que as mortes de jovens por causas violentas, mais que acompanhar a pobreza, pareceria estar acompanhando a riqueza.

Ainda no que diz respeito à saúde, mais especificamente a mortes por causas internas, embora haja uma concentração dos maiores índices em estados mais pobres do Norte e Nordeste (Acre, Roraima e Alagoas), também é possível verificar que em UFs que se destacaram positivamente em educação e renda – como o Distrito Federal, Rio de Janeiro e Minas Gerais – são encontrados resultados desfavoráveis no que diz respeito ao indicador em foco.

As Tabelas que seguem não só sistematizam as informações até agora detalhadas como também apresentam o quadro completo dos indicadores e dimensões considerados.

Tabela 6.1: Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2003

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Analfa-betismo	Escola-rização adequada	Qualidade do Ensino	**Educa-ção**	Mortalid. Causas Internas	Mortalid. Causas Violentas	**Saúde**	Renda Familiar *Per Capita*	**Renda**	**IDJ**
Santa Catarina	0,950	0,660	0,628	**0,746**	0,740	0,731	**0,735**	0,537	**0,537**	**0,673**
Distrito Federal	0,925	0,693	0,662	**0,760**	0,528	0,458	**0,493**	0,703	**0,703**	**0,652**
Rio Grande do Sul	0,935	0,580	0,713	**0,743**	0,639	0,707	**0,673**	0,523	**0,523**	**0,646**
São Paulo	0,945	0,660	0,520	**0,708**	0,635	0,442	**0,538**	0,620	**0,620**	**0,622**
Paraná	0,920	0,588	0,517	**0,675**	0,659	0,650	**0,655**	0,471	**0,471**	**0,600**
Minas Gerais	0,885	0,450	0,561	**0,632**	0,582	0,800	**0,691**	0,371	**0,371**	**0,565**
Goiás	0,890	0,490	0,476	**0,619**	0,650	0,628	**0,639**	0,417	**0,417**	**0,558**
Rio de Janeiro	0,920	0,585	0,582	**0,696**	0,546	0,357	**0,452**	0,523	**0,523**	**0,557**
Mato Grosso do Sul	0,900	0,363	0,594	**0,619**	0,590	0,576	**0,583**	0,426	**0,426**	**0,543**
Mato Grosso	0,870	0,408	0,482	**0,586**	0,610	0,517	**0,564**	0,440	**0,440**	**0,530**
Espírito Santo	0,840	0,490	0,529	**0,620**	0,594	0,431	**0,513**	0,374	**0,374**	**0,502**
Rio Grande do Norte	0,520	0,383	0,359	**0,420**	0,680	0,833	**0,757**	0,260	**0,260**	**0,479**
Tocantins	0,740	0,403	0,326	**0,490**	0,510	0,697	**0,604**	0,329	**0,329**	**0,474**
Amapá	0,917	0,507	0,377	**0,600**	0,495	0,467	**0,481**	0,337	**0,337**	**0,473**
Rondônia	0,845	0,235	0,479	**0,520**	0,613	0,607	**0,610**	0,287	**0,287**	**0,472**
Bahia	0,615	0,278	0,378	**0,423**	0,593	0,865	**0,729**	0,237	**0,237**	**0,463**
Maranhão	0,520	0,250	0,289	**0,353**	0,617	0,893	**0,755**	0,217	**0,217**	**0,442**
Ceará	0,530	0,358	0,349	**0,412**	0,585	0,742	**0,663**	0,243	**0,243**	**0,440**
Pará	0,571	0,260	0,407	**0,413**	0,507	0,817	**0,662**	0,238	**0,238**	**0,438**
Amazonas	0,621	0,322	0,274	**0,406**	0,531	0,706	**0,619**	0,259	**0,259**	**0,428**
Sergipe	0,565	0,338	0,372	**0,425**	0,508	0,670	**0,589**	0,260	**0,260**	**0,425**
Piauí	0,345	0,333	0,436	**0,371**	0,530	0,838	**0,684**	0,214	**0,214**	**0,423**
Roraima	0,742	0,453	0,341	**0,512**	0,428	0,371	**0,400**	0,327	**0,327**	**0,413**
Paraíba	0,410	0,218	0,355	**0,327**	0,520	0,771	**0,645**	0,214	**0,214**	**0,396**
Acre	0,314	0,346	0,314	**0,324**	0,271	0,700	**0,486**	0,345	**0,345**	**0,385**
Pernambuco	0,540	0,295	0,308	**0,381**	0,538	0,360	**0,449**	0,251	**0,251**	**0,361**
Alagoas	0,230	0,153	0,309	**0,230**	0,482	0,660	**0,571**	0,209	**0,209**	**0,337**

Tabela 6.2: Ordenamento das UF pelos indicadores do Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2003

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Analfa-betismo	Escola-rização adequada	Qualidade do Ensino	**Educa-ção**	Mortalid. Causas Internas	Mortalid. causas violentas	**Saúde**	Renda Familiar *Per Capita*	**Renda**	**IDJ**
Santa Catarina	1º	2º	3º	**2º**	1º	9º	**3º**	3º	**3º**	**1º**
Distrito Federal	4º	1º	2º	**1º**	19º	22º	**22º**	1º	**1º**	**2º**
Rio Grande do Sul	3º	6º	1º	**3º**	5º	10º	**7º**	4º	**4º**	**3º**
São Paulo	2º	3º	8º	**4º**	6º	23º	**20º**	2º	**2º**	**4º**
Paraná	5º	4º	9º	**6º**	3º	16º	**10º**	6º	**6º**	**5º**
Minas Gerais	10º	11º	6º	**7º**	14º	6º	**5º**	11º	**11º**	**6º**
Goiás	9º	8º	12º	**10º**	4º	17º	**12º**	9º	**9º**	**7º**
Rio de Janeiro	6º	5º	5º	**5º**	15º	27º	**25º**	5º	**5º**	**8º**
Mato Grosso do Sul	8º	15º	4º	**9º**	12º	19º	**17º**	8º	**8º**	**9º**
Mato Grosso	11º	12º	10º	**12º**	9º	20º	**19º**	7º	**7º**	**10º**
Espírito Santo	13º	9º	7º	**8º**	10º	24º	**21º**	10º	**10º**	**11º**
Rio Grande do Norte	22º	14º	18º	**18º**	2º	4º	**1º**	17º	**17º**	**12º**
Tocantins	15º	13º	22º	**15º**	21º	13º	**15º**	14º	**14º**	**13º**
Amapá	7º	7º	16º	**11º**	24º	21º	**24º**	13º	**13º**	**14º**
Rondônia	12º	25º	11º	**13º**	8º	18º	**14º**	16º	**16º**	**15º**
Bahia	17º	22º	15º	**17º**	11º	2º	**4º**	23º	**23º**	**16º**
Maranhão	23º	24º	26º	**24º**	7º	1º	**2º**	24º	**24º**	**17º**
Ceará	21º	16º	20º	**20º**	13º	8º	**8º**	21º	**21º**	**18º**
Pará	18º	23º	14º	**19º**	23º	5º	**9º**	22º	**22º**	**19º**
Amazonas	16º	20º	27º	**21º**	17º	11º	**13º**	19º	**19º**	**20º**
Sergipe	19º	18º	17º	**16º**	22º	14º	**16º**	18º	**18º**	**21º**
Piauí	25º	19º	13º	**23º**	18º	3º	**6º**	25º	**25º**	**22º**
Roraima	14º	10º	21º	**14º**	26º	25º	**27º**	15º	**15º**	**23º**
Paraíba	24º	26º	19º	**25º**	20º	7º	**11º**	26º	**26º**	**24º**
Acre	26º	17º	23º	**26º**	27º	12º	**23º**	12º	**12º**	**25º**
Pernambuco	20º	21º	25º	**22º**	16º	26º	**26º**	20º	**20º**	**26º**
Alagoas	27º	27º	24º	**27º**	25º	15º	**18º**	27º	**27º**	**27º**

6.2 COMPARAÇÃO ENTRE IDJ E IDH

O último estudo divulgado considerando o IDH das unidades federativas do Brasil[1] data de 1996. Apesar da defasagem temporal, considerou-se conveniente realizar um estudo correlacional[2] comparando o IDJ com o IDH.

Ambos os índices apresentam uma elevada associação: R=0,786, sendo quase perfeita (R=0,956) quando se comparam os índices educacionais do IDH e do IDJ. Essa elevada associação significa que os índices educacionais para a população em geral, que o IDH estima, e os índices educacionais da juventude guardam uma elevada correspondência. Analisando cada um dos componentes dessa dimensão, vemos que também existe uma estreita correspondência entre o IDH e o IDJ, correspondência quase perfeita quando o tema é analfabetismo.

Tabela 6.3: Coeficientes de Correlação entre o IDH e o IDJ

IDH	IDJ	R
IDH	IDJ	0,786
Índice de Educação	Índice de Educação	0,956
Índice de Esperança de Vida	Índice de Saúde	0,032
Índice de PIB	Índice de Renda	0,845
Alfabetismo	Analfabetismo	0,955
Matrícula Combinada	Matrícula Adequada	0,742
Educação	Qualidade do Ensino	0,785
Esperança de Vida	Mortalidade por Causas Internas	0,446
Esperança de Vida	Mortalidade por Causas Violentas	-0,212
PIB	Renda Familiar *per capita*	0,845

Também a correspondência do Índice PIB do IDH e do Índice de Renda do IDJ é elevada (R=0,845). Mas a área que apresenta menor

[2] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO / IPEA. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, 1996.

[3] Utilizou-se o coeficiente *rho* de Spearman, mais adequado para estudos posicionais como é o presente caso.

associação, poderíamos dizer uma independência quase absoluta entre os dois índices, é a de saúde. Efetivamente, a associação entre o Índice de Esperança de Vida do IDH e o de Saúde do IDJ praticamente inexiste (R = 0,032). Se a mortalidade juvenil por causas internas apresenta ainda uma correspondência moderada com a Esperança de Vida da população do IDH (R=0,446), a mortalidade juvenil por causas violentas apresenta uma associação baixa e negativa (R = -0,212). Como isso é possível? Justifica-se sua manutenção no Índice de Desenvolvimento Juvenil?

a) Como ficou evidenciado no Mapa da Violência III,[4] a evolução dos padrões de mortalidade juvenil no Brasil apresenta fortes contrastes com os padrões de mortalidade geral da população. *Se a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 em 100.000 habitantes em 1980 para 573 em 2000, a taxa referente aos jovens cresceu, passando de 128 para 133 no mesmo período*. Isto é, se a esperança de vida da população geral (indicador trabalhado pelo IDH) melhorou nas últimas décadas, a esperança de vida da população jovem piorou devido, fundamentalmente, às mortes produzidas por fatores violentos.
b) Isso fica mais claro ainda quando o mesmo trabalho verifica que os avanços da violência nas últimas décadas tiveram como eixo exclusivo a vitimização juvenil.

A partir desses dados, fica evidente que a mortalidade juvenil por causas violentas representa um dos poucos indicadores específicos e diferenciados para a juventude do país. Por tal motivo, apesar da discrepância com o IDH, combinou-se em manter o indicador na composição do IDJ.

[4] WAISELFISZ, 2002, *op cit*., p. 25.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Motivo de orgulho para muitos, a divulgação do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003 possibilitou verificar que o Brasil melhorou várias posições no último ano e, dentre 175 países do mundo, passou da posição 69ª à 64ª posição. Na última década, foram 10 as posições que o país avançou.

Tais avanços podem ser atribuídos, fundamentalmente, à decidida expansão da matrícula na área educacional, ao aumento da longevidade da população na área de saúde e a avanços, ainda que moderados, na superação do analfabetismo. Somente para a economia os dados não foram positivos. Se a renda *per capita* no Brasil melhorou 0,6%, o índice mundial foi de 1,2% e o dos países em desenvolvimento de 2,3%, fazendo o Brasil perder posições relativas nesse campo. Também não foi alentador seu Índice Gini, que mede a concentração da renda. Nesse aspecto o Brasil ocupa a 6ª posição internacional negativa, só melhor que Namíbia, Botswana, Swasilândia, República Centro-Africana e Serra Leoa.

Então, que dizer sobre a situação dos índices de desenvolvimento de nossa juventude? Realmente, não contamos aqui com pesquisas internacionais que nos possibilitem comparações com o resto do mundo. Também não possuímos ainda séries históricas para o país que nos permitam verificar os aspectos que melhoraram ou estagnaram nos últimos anos.

Mas sabemos, de antemão, pela estreita relação que existe entre o PIB do IDH e a Renda Familiar dos jovens aqui utilizada, que não podemos depositar, em curto prazo, muitas esperanças numa melho-

ria da situação econômica de nossos jovens. Também é pouco provável um retrocesso nas linhas de pobreza e da exclusão econômica que atingem grandes parcelas de nossa juventude, em função dos elevados níveis de concentração da renda nacional, persistentes ao longo dos anos.

Como ficou evidente no decorrer deste estudo, essa polarização na distribuição da renda tem originado formas extremamente diferenciadas de acesso aos diversos benefícios sociais básicos, como educação e saúde, reforçando a vulnerabilidade de amplos segmentos da população – brancos pobres, pretos/pardos – e de âmbitos geográficos – como as regiões Norte e Nordeste, historicamente desfavorecidas.

Tal segregação no acesso aos benefícios sociais básicos tem profundas repercussões para o presente e para o futuro de nossa juventude. Ficou comprovado o enorme poder discriminador do fator educacional sobre as oportunidades no mercado de trabalho, tanto na empregabilidade quanto nas possibilidades salariais. Com limitadas condições de acesso educacional, o destino de grande parte de nossa juventude encontra-se pré-determinado. Sem condições de progresso educacional, sem experiência laboral, com escassas oportunidades no mercado de trabalho, engrossa o exército dos jovens sem atividade socialmente definida, muitos deles enveredando pelos poucos caminhos que a realidade lhes oferece, sejam legítimos ou ilegais.

No que concerne à renda e ao trabalho, as desigualdades de gênero mostram-se menos lineares do que as raciais. Embora as mulheres estejam em melhores condições nos indicadores educacionais, estão em desvantagem no que tange à sua presença no mercado de trabalho. Conseqüentemente, elas possuem renda própria em proporção bem menor do que os homens, principalmente no Norte e Nordeste do país. Esse aspecto, como ficou comprovado, guarda estreita relação com os temas do trabalho doméstico, da gravidez precoce e da prematura nupcialidade feminina.

Que outros aspectos podemos inferir na área educacional sobre a situação e evolução recente de nossa juventude?

No âmbito da alfabetização, o país tem mostrado avanços lentos, mas positivos, ao longo das últimas décadas. E nos dias de hoje, quan-

do se anuncia uma política nacional de erradicação do analfabetismo, especialmente para as camadas jovens da população, podemos esperar que as estatísticas de analfabetismo juvenil praticamente desapareçam em curto prazo. Um aspecto digno de aqui destacar é que, contrariando as tendências internacionais que segregam a mulher na área educacional, no Brasil a alfabetização e a escolarização são consideravelmente maiores entre as mulheres do que entre os homens.

Se a discriminação educacional por gênero atua positivamente para o lado feminino, o mesmo não acontece quando abordamos a questão racial. Pretos e pardos apresentam taxas de escolarização e analfabetismo notadamente segregantes. Na faixa de 20 a 24 anos de idade, em algumas unidades federativas o analfabetismo neste segmento ultrapassa a casa dos 20%.

Não obstante a cobertura do ensino fundamental ter sido praticamente universalizada para a população infantil do país, observa-se que, na faixa dos 15 aos 24 anos, em quase 75% das UFs as médias de anos de estudo sequer chegam aos 8 anos, que correspondem ao ensino fundamental completo. Em algumas unidades federadas essa média mal chega aos 5 anos de estudo.

Também na área da escolarização de nível médio e superior existem evidências de acelerado e consistente avanço quantitativo nos últimos anos. Esgotada a fase de rápida expansão da matrícula no ensino fundamental pela virtual universalização da cobertura, originaram-se fortes pressões sobre o Ensino Médio e o Superior. Se a matrícula no Ensino Fundamental só aumentou 11% entre 1994 e 2001, a matrícula no Ensino Médio aumentou, no mesmo período, 71% no ensino regular e 102% na modalidade supletiva. Também melhorou a eficiência do sistema: se a matrícula do ensino médio aumentou 71%, a taxa de concluentes melhorou 102%. Mais expressivo ainda foi o aumento dos concluentes no ensino supletivo: 398%. Estes dois movimentos acontecidos em paralelo no Ensino Médio (aumento acelerado da matrícula e aumento da eficiência) estão originando fortes pressões também sobre o Ensino Superior. Nesse campo, não resulta arriscado prever, em curto prazo, fortes incrementos na *escolarização adequada* utilizada na composição do IDJ.

Mas a área educacional deve remeter não só ao plano quantitativo, à magnitude da população efetivamente escolarizada. Deve-nos levar também, e fundamentalmente, ao plano qualitativo, que diz respeito ao acesso efetivo aos conhecimentos socialmente indispensáveis. É aqui que o panorama se apresenta pouco alentador para a juventude do país. No plano internacional, a recente releitura do PISA 2000 realizada pela UNESCO/OCDE é clara em apontar significativos *deficits* quanto às competências em leitura, matemática e ciências de nossos jovens de 15 anos de idade. De 41 países avaliados, o Brasil ocupou a penúltima posição nessas habilidades. No plano nacional, o SAEB, desde a avaliação de 1997, passando pela de 1999 e de 2001, mostra preocupantes evidências de queda sistemática no aproveitamento dos alunos da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do Ensino Médio no domínio da língua portuguesa e de matemática. Dessa forma, parte dos avanços quantitativos está sendo erodida pelos gargalhos qualitativos de nosso sistema educacional. E os diversos fatores que determinam essa situação não são simples de remover, nem se podem esperar avanços rápidos e significativos em curto prazo.

Mas é na área da saúde de nossa juventude que o panorama se mostra alarmante. Como foi indicado no capítulo correspondente, a mortalidade juvenil vem crescendo historicamente, contrariando as tendências do restante da população, cujas taxas de mortalidade vêm caindo. E a principal causa de morte de nossa juventude pode ser encontrada nas denominadas mortes violentas. Praticamente um de cada dois óbitos juvenis tem sua origem em fatos violentos. No contexto internacional, se nossas taxas de mortalidade de jovens ocasionadas por suicídios são relativamente baixas, isso não acontece quando entramos no capítulo das mortes ocasionadas por homicídios ou por acidentes de transporte.

Tudo parece indicar que, às contradições e exclusões que acometem o resto da população, a condição de ser *jovem* estaria agregando suas próprias necessidades e direitos fundamentais insatisfeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:* desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

_____; CASTRO, M. G. *Ensino médio:* múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ABRAMOVAY, R. *et al. Juventude e agricultura familiar:* desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho*? Ensaio sobre a centralidade e as metamorfoses do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.

BALSADI, O. V. Emprego agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos anos 90. *Revista Ops.* Salvador: v. 2, n. 7, Inverno 1997.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Economia brasileira em perspectiva*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BONELLI, R.; SEDLACEK, G. L. Distribuição da renda: evolução no último quarto de século. *In*: SEDLACEK, G. L.; BARROS, R. P. de. *Mercado de trabalho e distribuição da renda*: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Qualidade da educação*: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental. Brasília: MEC/INEP, 2003.

_____. _____. _____. *Sistema de Avaliação da Educação Básica* (SAEB). Disponível em: <http://www.inep.gov.br/básica/saeb/ plano_amostral.htm>.

_____. _____. _____. *SAEB, 2001*. Relatório Nacional, versão preliminar. Brasília: INEP/MEC, 2002.

_____. _____. _____. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC/INEP, [2003].

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde do Adolescente e do Jovem. Políticas de juventude: evolução histórica e definição. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Brasília: MS/SPSAJPJ, v.1, ago. 1999. Disponível em: <http://www.bireme.br/bvs/adlec>. Acesso em: 16/06/2003.

BRAUNGART, R. G.; BRAUNGART, M. M. Cultura da juventude. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 167-168.

_____; _____. Movimento da juventude. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 448.

CARRANO, P. C. R. Juventudes: as identidades são múltiplas. *Movimento:* Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, n. 1, mai. 2000.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, M. et al. *Cultivando vida, desarmando violências:* experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situa-

ção de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellog, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Panorama social de América Latina 2000*. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

DURKHEIM, E. *The division of labor in society.* New York: Free Press, 1973.

FERREIRA, F. H. G. *Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil*: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FILGUEIRA, C. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Santiago de Chile, 20-21 jun., 2001. *Anais.* Santiago de Chile: 2001.

FORACCHI, M. A. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: UNICEF, 2003. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/estum.htm#Art.%2060>. Acesso em: 22/07/2003.

GÓMEZ, E. Género, equidad y acceso a los servicios de salud: una aproximación empírica. *Revista Panamericana de Salud Pública*. Washington, D.C.: v. 11, n. 5-6, may/jun. 2002.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1697 (verbete juventude).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional de amostra por domicílios, 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, Microdados, 2001. 1 CD-ROM.

_____. _____: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, Microdados, 2001. 1 CD-ROM.

_____. _____: situação do mercado de trabalho, comentários. Brasília: IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mtexto/pnadcoment3.htm>. Acesso em: 19/12/2003.

_____. *Síntese de indicadores sociais, 2003*. Brasília: IBGE, 2003. Disponível em: <htpp://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>. Acesso em: 14/06/2003.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil*: entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados. Disponível em: <http://www.undp.org.br/IDHM-BR%20Atlas%20Webpage/Textos_IDH/Novo_Atlas-Press_release_1.doc>. Acesso em: 23/07/2003.

_____ et al. *Definição do cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida*. Brasília: IPEA, FPJ, IBGE, UNPD, 2003. Disponível em: <http://www.unpd.org.br/HDR/HDR2000/Metodologias – IDH-M e ICV.pdf>. Acesso em: 09/05/2003.

KAZTMAN, R. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. In: 5º TALLER REGIONAL LA MEDICIÓN DE LA POBREZA: MÉTODOS Y APLICACIONES (CONTINUACIÓN). Aguascalientes, 6 jun. 2000. *Anais*. Santiago de Chile: BID, Banco Mundial, CEPAL, IDEC, 2000. (LC/R. 2026).

KLIKSBERG, B.. *Desigualdade na América latina:* o debate adiado. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

_____. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Brasilia, DF: Cortez, UNESCO, 2001.

LANGER, A. El embarazo no deseado: impacto sobre la salud y la sociedad en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, D.C.: v. 11, n. 3, mar. 2002.

LANGONI, C. G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. A. (Org.). *Mannheim*. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas sociais).

_____. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (Org.). *Sociologia da juventude*, v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MATSUURA, K. *Alfabetização como liberdade:* discurso do Sr. Koichiro Matsuura (Diretor Geral da UNESCO), por ocasião do lançamento da Década das Nações Unidas para a Alfabetização, Nova Iorque, 13 fev. 2003. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

MICHAUD, P.-A. Estudo multicultural com adolescentes: uma perspectiva em saúde pública. *Adolescência Latino-americana*. Porto Alegre: v. 2, n. 3, abr. 2001.

MINAYO, M. C. de S. et al. *Fala galera*: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reductions strategies. *World development*. Londres: Elsevier Science, v. 26. n. 1, 1998.

NAJBERG, S.; OLIVEIRA, A. de S. de. Políticas públicas: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e variantes. *Informe Secretaria da Fazenda*. Brasília: Secretaria para Assuntos Fiscais, n. 19, p. 2, out. 2000. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br>.

OLIVEIRA, L. Os "excluídos" existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* São Paulo: a. 12, n. 33, fev. 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

_____: ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Literacy skills for the world of tomorrow:* further results from PISA 2000. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, OECD, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Politicas de juventud en America Latina*: evaluación y deseño. Disponível em: <http://echo.ilo.org/public/spanish/ region/ampro/centefor/temas/youth/doc>. Acesso em: 16/06/2003.

ORTEGA Y GASSET, J. *Em torno de Galileu*: esquema das crises. Petrópolis: Vozes, 1989.

PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retratos da realidade contemporânea e estratégias de mensuração. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PARSONS, T. Social structure and personality. Nova Iorque: Free Press, 1964. Apud BRAUNGART, R. G.; BRAUNGART, M. M. Cultura da juventude. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 167.

PORCHMAN, M.; AMORIN, R. (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de desenvolvimento humano, 2002*. Disponível em: <http://www.undp.gov.br>.

_____. *Relatório de desenvolvimento humano, 2003*. Disponível em: <http://www.undp.gov.br>.

_____; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília: PNUD, IPEA, 1996.

ROBERTS, B. R. A dimensão social da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: a. 12, n.33, p. 14, fev. 1997.

RODRÍGUEZ, G. *et al. El ambiente legislativo y de políticas relacionado con la salud del adolescente en América Latina y el Caribe*. Washington, D.C.: OMS/OPS, Fundación W.K. Kellogg, 1999. In: <http://www.adolec.org/pdf/legislative/pdf>. Acesso em: jun. 1999.

SABÓIA, A. L. As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Campinas, ABEP/Unicamp, out/2000. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 12/05/2003.

SEN, A. A economia da vida e da morte. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, a. 8, n.23, out. p. 138-145, 1993.

____. Algumas idéias sobre o Dia Internacional da Alfabetização. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Alfabetização como liberdade*. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE; DATASUS. *Mortalidade*: notas técnicas, 2003. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cgi/sim/obtevit.htm>. Acesso em: 02/06/2003.

VÉRAS, M. P. Exclusão social, um problema de 500 anos: notas preliminares. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIGNOLI, J. R. *Vulnerabilidad demográfica*: una faceta de las desventajas sociales. Santiago do Chile: Proyeto Regional de Población CELADE, FNUAP, sep 2000.

WAISELFISZ, J. J. *Juventude, violência e cidadania:* os jovens de Brasília. Brasília: UNESCO; Cortez Editora, 1998.

_____. *Mapa da violência*: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998a.

_____. *Mapa da violência II*: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2000.

_____. *Mapa da Violência III*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/ SEDH, 2002.

_____; MACIEL, M. *Revertendo violências, semeando futuros*: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: UNESCO, 2003.

WERTHEIN, J. Alfabetismos ou analfabetismos. In: _____. *Construção e identidade:* as idéias da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2002.

LISTA DE TABELAS

LISTA DE TABELAS		
Tabela	**Título**	**Pág.**
3.1	Jovens não alfabetizados segundo faixa etária por regiões e UFs (%)	44
3.2	Ordenamento das UFs segundo jovens não alfabetizados por faixa etária (%)	45
3.3	Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)	46
3.4	Jovens não alfabetizados segundo faixa etária e sexo por regiões e UFs (%)	47
3.5	Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)	49
3.6	Analfabetismo segundo faixa etária e cor por regiões e UFs (%)	52
3.7	Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)	54
3.8	Analfabetismo segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões e UFs (%)	56
3.9	Escolarização bruta dos jovens segundo faixa etária por regiões e UFs (%)	57
3.10	Ordenamento das UFs segundo escolarização bruta dos jovens por faixa etária(%)	59
3.11	Escolarização bruta e escolarização adequada dos jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (%)	62
3.12	Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária por regiões e UFs (%)	64
3.13	Ordenamento das UFs segundo escolarização adequada por faixa etária (%)	65
3.14	Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e sexo por regiões e UFs (%)	67
3.15	Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e cor por regiões e UFs (%)	69
3.16	Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões e UFs (%)	72
3.17	Anos de estudo dos jovens segundofaixa etária por regiões e UFs (Médias)	75
3.18	Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária e sexo por regiões e UFs (Médias)	77
3.19	Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária e cor por regiões e UFs (Médias)	78
3.20	Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões e UFs (Médias)	80
3.21	Renda familiar *per capita* segundo média de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (em SM)	81
3.22	Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2001 por regiões e UFs	84
4.1	RFPC dos jovens do decil superior e dos 5 decis inferiores por regiões e UFs (em SM)	89
4.2	Ordenamento das UFs segundo a RFPC dos jovens de 15 a 24 anos (em SM)	92
4.3	Ordenamento das UFs segundo diferenças na RFPC (em SM) dos jovens de 15 a 24 anos por cor	94
4.4	Jovens de 15 a 24 anos que têm renda própria segundo sexo por regiões e UFs (%)	96
4.5.	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (%)	100
4.6	Atividades entre os jovens (%) por idade simples	102
4.7	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos por regiões e UFs (%)	104
4.8	Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos por regiões e UFs (%)	106
4.9	Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos por regiões e UFs (%)	108
4.10	Ordenamento das UFs segundo jovens sem atividades por faixa etária (%)	109

4.11	RFPC segundo as atividades dos jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (em SM)	111
4.12	Jovens dedicados aos afazeres domésticos (%) e média de horas semanais dedicadas por categorias de atividades	113
4.13	Jovens dedicados aos afazeres domésticos por faixas de renda (%)	114
4.14	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)	115
4.15	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)	117
4.16	Estrutura de atividades entre os jovens de 18 a 19 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)	119
4.17	Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões e UFs (%)	121
4.18	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)	124
4.19	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)	126
4.20	Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)	128
4.21	Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (%)	130
4.22	Jovens dedicados aos afazeres domésticos e média de horas semanais dedicadas por sexo (%)	132
4.23	Condição familiar dos jovens de 15 a 24 anos	133
4.24	Estrutura de atividades dos jovens de 15 a 24 anos segundo condição familiar (%)	133
4.25	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)	137
4.26	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)	139
4.27	Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)	141
4.28	Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo a cor por regiões e UFs (%)	143
4.29	Renda própria (em SM) dos jovens de 20 a 24 anos por anos de estudo	145
4.30	Trabalho da população de 25 anos e mais por anos de estudo (%)	146
5.1	Mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) na população total e entre jovens de 15 a 24 anos por regiões e UFs (em 100.000)	154
5.2	Ordenamento das UFs segundo as taxas de mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) entre os jovens de 15 a 24 anos (em 100.000)	156
5.3	Mortalidade por causas violentas (homicídios, acidentes de transporte e suicídios) entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (em 100.000)	157
5.4	Ordenamento das UFs segundo as taxas de mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos (em 100.000)	162
5.5	Mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões e UFs (em 100.000)	164
5.6	Óbitos evitáveis entre os jovens de 15 a 24 anos	166
5.7	Taxas de gravidez juvenil segundo faixa etária por UFs (%)	169
5.8	Freqüência à escola de mulheres jovens que tiveram e não tiveram filhos nascidos vivos segundo idade simples por UFs (%)	170
6.1	Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2003	177
6.2	Ordenamento das UFs pelos indicadores do Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ – 2003	178
6.3	Coeficientes de Correlação entre o IDH e o IDJ	179

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE GRÁFICOS		
Gráfico	**Título**	**Pág**
3.1	Jovens não alfabetizados segundo faixa etária por regiões (%)	43
3.2	Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)	51
3.3	Analfabetismo segundo faixa etária e cor por regiões (%)	53
3.4	Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)	54
3.5	Analfabetismo segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões (%)	57
3.6	Escolarização adequada dosjovens segundo faixa etária por regiões (%)	63
3.7	Escolarização adequada dos jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões	66
3.8	Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e sexo por regiões (%)	66
3.9	Escolarização adequada dos jovensde 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)	68
3.10	Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e cor por regiões (%)	69
3.11	Escolarização adequada dos jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)	70
3.12	Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e situação rural/urbana por regiões (%)	72
3.13	Anos de estudo entre jovens de 15 a 24 anos por regiões (Médias)	74
3.14	Anos de estudo dos jovens segundo faixa etária por regiões (Médias)	76
3.15	Anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (Médias)	76
3.16	Anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (Médias)	79
3.17	RFPC segundo média de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos por regiões (emSM)	82
3.18	Desempenho dos alunos nas provas do SAEB 2001 por regiões	85
4.1	RFPC dos jovens de 15 a 24 anos por regiões (em SM)	91
4.2	RFPC dos jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (em SM)	94
4.3	Jovens de 15 a 24 anos que possuem ou não renda própria segundo sexo por regiões (%)	97
4.4	Estrutura de atividadesentre os jovens de 15 a 24 anos por regiões (%)	101
4.5	Atividades dos jovens (%) por idade simples	102

4.6	Estrutura de atividadesentre os jovens de 15 a 17 anos por regiões (%)	105
4.7	Estrutura de atividadesentre os jovens de 18 e 19 anos por regiões (%)	107
4.8	Estrutura de atividadesentre os jovens de 20 a 24 anos por regiões (%)	109
4.9	RFPC segundo as atividades dos jovens de 15 a 24 anos por regiões (em SM)	112
4.10	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)	116
4.11	Estrutura de atividades entre os jovens de 15 a 17 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)	118
4.12	Estrutura de atividades entre os jovens de 18 e 19 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)	120
4.13	Estrutura de atividades entre os jovens de 20 a 24 anos segundo situação rural/urbana por regiões (%)	122
4.14	Estrutura de atividadesentre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (%)	125
4.15	Estrutura de atividadesentre os jovens de 15 a 17 anos segundo sexo por regiões (%)	127
4.16	Estrutura de atividadesentre os jovens de 18 e 19 anos segundo sexo por regiões (%)	129
4.17	Estrutura de atividadesentre os jovens de 20 a 24 anos segundo sexo por regiões (%)	131
4.18	Estrutura de atividadesentre os jovens de 15 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)	138
4.19	Estrutura de atividadesentre os jovens de 15 a 17 anos segundo a cor por regiões (%)	140
4.20	Estrutura de atividadesentre os jovens de 18 e 19 anos segundo a cor por regiões (%)	142
4.21	Estrutura de atividadesentre os jovens de 20 a 24 anos segundo a cor por regiões (%)	144
5.1	Mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) na população total e entre jovens de 15 a 24 anos por regiões (em 100.000)	155
5.2	Mortalidade por causas violentas (homicídios, acidentes de transporte e suicídios) entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (em 100.000)	158
5.3	Mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos por regiões (em 100.000)	161
5.4	Mortalidade por causas internas entre os jovens de 15 a 24 anos segundo sexo por regiões (em 100.000)	165
5.5	Mulheres jovens que tiveram filhos segundo afaixa etária por regiões (%)	168
5.6	RFPC de mulheres jovens que tiveram e não tiveram filho segundo a faixa etária por UFs (em SM)	170

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE SIGLAS	
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CENEPI	Centro Nacional de Epidemiologia
CEPAL	Comissão para a América Latina e o Caribe
CID	Classificação Internacional das Doenças
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
ICV	Índice de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RFPC	Renda Familiar *Per Capita*
SE	Secretaria Executiva
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SM	Salário-mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
UF(s)	Unidade(s) Federativa(s)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICEF	Organização das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

NOTAS SOBRE OS AUTORES

JULIO JACOBO WAISELFISZ é Coordenador Regional da UNESCO em Pernambuco. Possui Mestrado em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi Pró-Reitor Acadêmico da Universidad Nacional del Comahue na Argentina. Exerceu atividades docentes em universidades latino-americanas e foi consultor de organismos internacionais como o PNUD, a OEA e o IICA. Implantou o sistema de avaliação no ensino público no Brasil (convênio MEC/BIRD) e em Pernambuco (convênio Governo do Estado de PE/Secretaria de Educação). Dentre as suas mais recentes publicações, destacam-se: "Juventude, Violência e Cidadania: os Jovens de Brasília" (São Paulo: Cortez, 1998); "Mapa da Violência II" (Rio de Janeiro: Garamond, 2000); "Mapa da Violência III. Os Jovens do Brasil" (Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça, 2002) e "Revertendo Violências, Semeando Futuros" (Brasília, UNESCO, 2003).

ROSEANE XAVIER é Pesquisadora da UNESCO. Socióloga e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, exerceu atividades docentes em instituições de ensino superior nas áreas de sociologia da comunicação e métodos de pesquisa. Foi analista de pesquisas do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) e da empresa de consultoria Marketing e Comunicação Institucional (MCI). Possui artigos científicos publicados nas áreas sociologia do trabalho, psicologia social e pesquisa qualitativa.

MARIA MACIEL é Mestre em Educação e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Fez licenciatura e bacharelado em Letras. Tem exercido atividades de ensino, pesquisa e extensão em instituições de ensino

superior, nas áreas de Letras e Pedagogia. Foi Vice-Coordenadora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, no estado de Pernambuco, e Assessora Técnico-Pedagógica do Ministério da Justiça. Possui artigos científicos publicados sobre a temática da educação nas escolas públicas brasileiras. Pesquisadora da UNESCO/PE, é co-autora do livro "Revertendo Violências, Semeando Futuros" (Brasília: UNESCO, 2003).

PATRÍCIA DANTAS BARBOSA é Estatística da UNESCO. Fez bacharelado em Estatística na Universidade Federal de Pernambuco. Realizou atividades no PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil) CCSA/UFPE, montando e analisando os dados da pesquisa. Participou como auxiliar de estatística no resultado do SAEPE 2002 (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco).